



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 120

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 24 de Janeiro de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados a sessão iniciou-se com a Agenda da Reunião da qual constava, como primeiro ponto uma **Interpelação ao Governo Regional sobre “as políticas de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à pobreza”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM. Usou da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, seguindo-se a intervenção da Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

O debate contou ainda com a participação dos Srs. Deputados João Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), Nélia Amaral (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), José San-Bento (*PS*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Após a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

No debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011 – “regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos”**, usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*), para apresentar o diploma, seguindo-se as intervenções dos Srs. Deputados Pedro Medina (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), José Rego (*PS*), Aida Amaral (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Submetida à votação a Proposta de Decerto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

Seguiu-se a apreciação da **Petição n.º 20/2011 – “a favor da avifauna açoriana e contra a sua inclusão na lista de espécies de carácter cinegético”**, apresentada por Pedro Miguel Reis Rodrigues, na qualidade de primeiro subscritor.

Apresentado o relatório da CAPAT, pela Sra. Relatora, Deputada Isabel Rodrigues, proferiram intervenções os Srs. Deputados Francisco Álvares (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Bárbara Chaves (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/2011 – “regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos”** usaram da palavra o Sr. Secretário Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*), a quem coube a apresentação do diploma, e os Srs. Deputados Mário Moniz (*BE*), Paulo Ribeiro (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Terminado o debate, o diploma foi aprovado por unanimidade, tanto na generalidade, como em votação final global.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Muito bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Vamos iniciar o nosso período legislativo de Janeiro de 2012.

Vamos começá-lo naturalmente pela chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

Joe Valadão Rego

José Gabriel **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

António Pedro Rebelo Costa

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 44 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos entrar na nossa ordem de trabalhos propriamente dita e de acordo com o combinado em Conferência de Líderes, vai se seguir uma interpelação, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM, ao Governo, subordinado ao tema **“as políticas de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à pobreza”**.

Regem nesta matéria os artigos 183º e seguintes do Regimento.

Em Conferência de Líderes foram fixados os seguintes tempos:

Interpelante, Governo e PS, cada um, e respetivamente - 30 minutos;

PSD – 20 minutos;

CDS/PP – 15 minutos;

BE – 13 minutos;

PCP – 10 minutos.

De acordo com o Regimento, dou a palavra para a abrir o debate ao interpelante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A política em democracia é uma das mais nobres das ocupações humanas. Cabe-nos promover o bem comum, criar condições de progresso para a nossa comunidade, proteger o nosso ambiente, salvaguardar o nosso património cultural, promover a igualdade de oportunidades entre todos os homens e mulheres e proteger os mais desfavorecidos.

É para isso que aqui estamos todos nesta Assembleia. Nenhum partido ou deputado que aqui se senta possui um ideário ou um mandato diferente nesta área. Nenhum deputado deste Parlamento foi eleito ou mandatado pelos açorianos para promover a desigualdade, o preconceito, a xenofobia e a indiferença pelos mais fracos.

Eu orgulho-me disto e sei que, infelizmente, nem todos os parlamentos deste mundo se podem orgulhar desta unanimidade em torno dos ideais do humanismo e da solidariedade entre todos os homens e mulheres. Mas, todos

nós, escolhemos ser o que felizmente somos: ilhas de um império de fraternidade à imagem e semelhança do Povo Açoriano.

É claro que os que aqui se sentam têm estratégias diferentes para alcançar esses objetivos. Têm políticas diferentes, estratégias e prioridades diferentes. Mas isso não é um problema. Isso é o segredo do sucesso da democracia: a dinâmica irresistível do debate e do contraditório. A riqueza do pluralismo e da participação. Por isso, nenhum outro sistema político inventado pela humanidade teve tanto sucesso na promoção do progresso e da igualdade.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação parlamentar foi solicitada no âmbito do espírito do que acabei de escrever anteriormente. Não se trata de levantar um problema incómodo para todos e, por maioria de razão, para quem governa. Trata-se, tão-somente, de um esforço para unir consciências e vontades. Não é o primeiro, nem será o melhor. Mas é certamente oportuno e necessário.

Reuni, para este debate, uma bateria infindável de números e estatísticas que provam o aumento da pobreza e das situações de miséria no nosso país e na nossa Região. Mas, no momento em que escrevo este discurso, desisto. Desisto da linguagem fria e impessoal dos números. Prefiro os rostos expressivos dos que sofrem este flagelo. Os rostos de um número crescente de idosos açorianos que sofrem, com vergonha e resignação, um empobrecimento crescente. Nesses rostos, com vozes que já não protestam, ouvem-se dificuldades e aflições. Ouvem-se sacrifícios que não deveriam ser pedidos e a desilusão que sucede para além da idade da ilusão. Eles são os primeiros, quando deviam ser os últimos, a ser tocados por esta ou qualquer outra crise.

Que injustiça! Que ingratidão! Que vergonha! Temos de cerrar fileiras para os proteger. Que nenhum idoso, que nenhum pai, mãe, avó ou avô fique sozinho quando deve estar acompanhado. Que não lhe falte nenhum medicamento. Que não lhe falte uma cama e uma mão amiga. Que não lhe falte carinho e afeto.

E não me falem do dinheiro que falta. Esgravatem no último cais de cruzeiros ou na última promoção turística. Governar é uma questão de prioridades e as

nossas prioridades têm de ser as pessoas. O betão e os negócios têm de vir depois, muito depois. O nosso melhor cartaz turístico terá de ser, sempre, a dignidade e a felicidade das nossas gentes. Temos de apostar em milhões de sorrisos para captar a atenção de milhares de visitantes. Essa terá de ser a nossa política. Essa terá de ser a nossa ambição.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Regresso aos rostos, que não aos números. Aos rostos das nossas crianças e dos nossos jovens. São os rostos luminosos de quem tem ainda uma vida para viver e sonhos por sonhar. Esta crise é o seu presente, mas não pode ser o seu futuro. Temos de garantir que as nossas escolas terão a capacidade de oferecer refeições aos mais carenciados. Temos de garantir que ninguém, absolutamente ninguém, assiste às aulas sem ter tomado as refeições necessárias. Estômagos vazios não aprendem. Estômagos vazios não querem aprender.

Ao lado do dinheiro que não pode faltar para as nossas escolas e para os nossos alunos, temos de pedir, nestes tempos de desânimo, um esforço redobrado a todos os professores. Ninguém deve ficar para trás. Repita-se mil vezes. Incentive-se e motive-se um milhão de vezes, mas não se deixe nenhum jovem aquém do conhecimento.

A educação tem de ser a prioridade das prioridades nestes tempos de crise. Nenhum outro serviço público é tão decisivo no combate ao ciclo da pobreza e na promoção da igualdade de oportunidades. A escola pública rompeu, muitas vezes, o Rubicão da pobreza. Graças a ela, muitos filhos de gente pobre deixaram de o ser.

Temos, por isso, o dever de assegurar que as nossas escolas continuarão a ser locais de oportunidades e verdadeiros templos da promoção da igualdade de oportunidades. Não podem, por isso, faltar manuais escolares para todos. Não podem faltar apoios pedagógicos para aqueles que enfrentam mais dificuldades ou que, simplesmente, não possuem o apoio familiar adequado. A prioridade, nestes tempos, deve ser os alunos. A prioridade deve ser os nossos filhos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Existem agora rostos nas nossas ilhas que são destes tempos e que não recordamos de outros tempos. Falo de rostos, cada vez mais rostos, que ultrapassaram a vergonha e pedem pelas ruas e pelas casas a nossa solidariedade.

É algo que cresce todos os dias e se instala, lentamente, nas nossas consciências e no relento do nosso quotidiano. Outras regiões e cidades do nosso país já sucumbiram a esta indiferença. Aqui, nos Açores, ainda vamos a tempo de evitar que a rendição de uns poucos constitua a capitulação de todos os outros.

Outros rostos ainda lutam, mas enfrentam dificuldades cada vez mais insuperáveis. Falo dos desempregados e de famílias inteiras destruídas pelo efeito conjugado do aumento da carga fiscal e da redução dos salários. Falo das pessoas com deficiência. Falo das famílias monoparentais que viram os seus rendimentos reduzidos abruptamente. Falo dos trabalhadores precários.

Falo, enfim, de uma classe média destruída por uma pressão fiscal para além de toda a racionalidade e de toda a esperança. Também aqui é necessário que o Governo desenvolva as políticas adequadas para fomentar o emprego e reduzir a pressão fiscal sobre aqueles que estão à beira de cair em situações de pobreza.

Mas sejamos justos. Nenhum Governo do mundo – e não isento o nosso de muitos erros de percurso e de uma persistente má definição de prioridades – consegue derrotar sozinho, nas presentes e dramáticas circunstâncias, a pobreza e a indiferença que lhe está associada. É necessário o contributo de todos os agentes económicos, das instituições de solidariedade social e de todos e cada um dos cidadãos.

Temos de derrotar o discurso instalado que atribui todas as culpas e todas as responsabilidades aos políticos e só aos políticos. Estes, sem dúvida, falharam em muitas áreas e possuem a sua quota-parte de responsabilidade. Mas a verdade é que as responsabilidades são muitas mais vastas e repartidas por muitos mais protagonistas.

Pertencem também aos maus gestores e aos maus empresários. Às famílias que se endividaram para além do razoável e ao conformismo de tantos. Ao eleitor que premiou a dívida e a obra feita e também ao que se isentou de participar na vida cívica.

A responsabilidade pelo atual estado de coisas é muito mais vasta do que a visão simplista e fácil que se instalou em muitos sectores. Na mesma medida, o combate à pobreza tem de ter outros protagonistas que não apenas os políticos. Todas as instituições e todos os cidadãos têm o dever de dar o seu contributo. Temos, em definitivo, de agir juntos para ultrapassar as atuais dificuldades.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Termino esta intervenção deixando aqui algumas sugestões, de carácter prático, para combater a pobreza e promover a igualdade de oportunidades (que se somam às que referenciei ao longo deste texto).

Eu sei que alguns aqui pensam que tudo isto só se resolverá quando o sistema financeiro internacional for regulado e a União Europeia decidir atacar, a sério e sem contemplações, a crise da Zona Euro. Existe sempre gente pronta a olhar o cosmos sem se deter nos simples problemas terrenos. Não é o meu caso. Por isso - e enquanto não ocorrem as grandes alterações da conjuntura internacional – proponho que se faça o seguinte.

Que se criem de programas eficazes de formação profissional, estágios ou programas de ocupação de jovens desempregados em explorações agropecuárias onde estes possam aprender competências laborais e ajudar com as suas competências à modernização do sector.

Que se adeque, de forma eficaz, a formação a desempregados ao mercado de trabalho local e incentivar a aquisição de competências tecnológicas.

Que se incentive a participação do sector privado no programa de luta contra a pobreza e a desigualdade social, nomeadamente através do apoio dos privados a iniciativas de carácter social.

Que se estabeleça de uma política de proximidade através das juntas de freguesia. As juntas de freguesia são os órgãos políticos mais próximos dos

cidadãos e devem ser elas a primeira linha da frente no combate à pobreza e à exclusão social.

Que se reforce a articulação, através de um organismo do governo regional, das diversas instituições de solidariedade social (paróquias, juntas de freguesia, ONGs e IPSS) de forma a rentabilizar os recursos existentes e a evitar o desperdício de fundos.

Que se proceda à abertura das cantinas escolares durante os fim-de-semana e férias escolares para que as crianças mais desfavorecidas tenham direito a, pelo menos, uma refeição equilibrada por dia.

Que se crie um programa de bolsas de mérito desde o 1º ciclo até ao Ensino Superior, especialmente destinado a crianças socialmente desfavorecidas e que desta forma possam ser incentivadas a prosseguir os seus estudos e a obter bons resultados.

Finalmente, que se promova a criação de uma rede de excedentes através da colaboração entre a administração local e entidades do sector alimentar como supermercados, mercearias, restaurantes e pastelarias de forma a organizar uma rede de excedentes alimentares. Todos os produtos disponibilizados por estas entidades serão, posteriormente, distribuídos por famílias carenciadas de forma a ajudar a suprir as necessidades alimentares. É importante inculcar na sociedade que a pobreza é um problema de todos e que todos podem e devem ajudar.

Termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados. As situações de pobreza estão a aumentar de forma inaceitável na nossa Região. Temos de articular um plano de emergência para atacar de forma eficaz o problema. Temos de afetar mais recursos ao problema e adiar investimentos em prol dos mais desfavorecidos. Não estamos a fazer tudo o que é possível fazer. Temos a obrigação e os recursos para fazer muito mais.

Disse!

Presidente: De acordo com o Regimento segue-se uma intervenção de um membro Governo.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos, precisamente nos últimos quinze anos, o Governo, em matéria de política social e na área da segurança social, assentou em duas grandes linhas de atuação.

Uma delas foi no alargamento e qualificação da rede de serviços e equipamentos sociais e a outra foi no desenvolvimento de ações, programas destinados a diminuir a exclusão social dos públicos mais vulneráveis.

Nesta matéria, e dado o tempo que também temos, tentarei ser muito sintética para todos poderem ter oportunidade de me colocar questões.

Todos sabem que em matérias de creches, ATL's, equipamentos para idosos, equipamentos para a família e comunidade, temos vindo a ter uma rede exemplar na região, uma rede que cresceu imenso nestes últimos anos. Essa rede foi feita em colaboração com os nossos parceiros.

Deputado João Costa (PSD): Devia ter crescido ao ritmo da pobreza, mas cresceu menos!

A Oradora: Por exemplo, a nível regional, essa rede hoje é responsável pela empregabilidade de mais de 4000 pessoas, num investimento de cerca de 52 milhões de euros.

Por todas as ilhas temos feito corresponder o investimento para poder dar resposta às pessoas. As políticas de desenvolvimento social fazem-se para as pessoas e o combate à exclusão social faz-se criando e implementando essa rede, porque há muitos anos atrás, há mais de 15 anos atrás, na área da deficiência por exemplo, tínhamos pouco mais do que 90 pessoas abrangidas.

Hoje quadruplicámos esse número. Temos por todas as ilhas respostas para esses públicos e queremos ainda continuar a fortalecer essa rede, dando cada vez mais respostas às pessoas que delas necessitam.

Em matéria de trabalho, emprego e qualificação profissional, temos também implementado políticas ativas de combate à pobreza, como por exemplo, o programa FIOS, que iniciámos em 2010 e que já hoje ocupa cerca de 500

peças que não teriam tido oportunidade de se formarem em contexto de trabalho.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Aquilo que hoje é anunciado pelo Governo da República, já começámos a fazer em 2010 e estamos convictos que podemos alargar este programa já este ano a 1000 beneficiários, porque nem todos os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, não trabalham, como sabem. Muitos deles têm rendimentos do trabalho, têm é rendimentos baixos do trabalho.

Portanto, para aqueles que precisam de se formar e que precisam de estar num contexto de trabalho, estamos a alargar o Programa FIOS a todas as ilhas e a atividades que promovam a economia dos Açores, como é o caso da diversificação agrícola, num programa que será a breve trecho apresentado no âmbito da Secretaria do Trabalho e da Secretaria da Agricultura para ocupar mais pessoas na produção agrícola, para importarmos menos produtos para fortalecer a nossa economia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto é assim que vamos trabalhar.

Para além desse programa que é um programa inovador no contexto nacional, temos também o programa que lançámos, há poucos dias, de competências básicas.

A filosofia de intervenção deste Governo é de criar condições para que as pessoas tenham mais empregabilidade.

Sabemos que estamos a viver um período de crise, um período do qual o Governo não pode fazer mais do que aquilo que está neste momento a fazer. O contexto internacional é o que todos sabemos.

Há poucos dias disse, e continuo a dizer, se houver uma Região na Europa, ou no nosso País que tenha um maior número de desempregados que a nossa, digam-me...

Deputado João Costa (PSD): E de pobres, Sra. Secretária?

A Oradora: ... porque efetivamente temos desemprego, o desemprego tem crescido, mas estamos, exatamente, a agir com esses desempregados...

Deputado João Costa (PSD): Responda, Sra. Secretária!

A Oradora: ... estamos a formar os menos qualificados, já atingindo, neste momento 600 pessoas que estão a fazer as competências básicas.

Vamos abrir agora em Santa Maria, depois vamos alargar este programa com a rede Valorizar às outras ilhas, para poder formar estas pessoas, dar-lhes as competências básicas para poderem, quando a crise nos deixar, ter também um melhor emprego.

Deputado João Costa (PSD): Quando a crise nos deixar! Outra frase boa para ficar registada!

A Oradora: É evidente que também temos vindo a afetar muitos recursos, à ocupação de desempregados mais fragilizados, como é o caso do PROSA.

Também temos agido no sentido de certificar as competências dos açorianos, sabendo que neste momento mais de 5000 açorianos já nos procuraram para certificar as suas competências.

É assim, Sras. e Srs. Deputados, que se trabalha em políticas ativas de emprego. Teríamos dois caminhos: ou as Agências de Qualificação e Emprego continuavam a receber as pessoas e nós não agíamos, ficávamos parados, não chamávamos os desempregados, não os avaliávamos, não os acompanhávamos, ou então agíamos.

Foi o que fizemos e isso não é de agora, porque isso faz parte do nosso plano de emprego e faz parte de medidas que temos estruturado ao longo dos anos e por isso estávamos preparados para implementar e diversificar estas nossas medidas, de acordo, evidentemente, com os públicos que temos inscritos nas Agências de Emprego.

Para além da questão do emprego, ainda outra área que o Governo soube entender que era preciso alterar os programas que tínhamos, foi na área da habitação, como também sabem.

Temos vindo paulatinamente a abandonar os programas para dar uma casa a uma pessoa e optámos pelo arrendamento, pela implementação e desenvolvimento da habitação degradada.

Só nesta Legislatura já vamos com mais de 1000 processos, mais de 1000 famílias açorianas que tiveram apoio para habitação degradada.

No último ano aumentámos praticamente de 2 milhões para 5 milhões, o investimento na habitação degradada, criando condições de dignidade para estas famílias que viviam em piores condições de vida.

Para além disso o Governo soube dar uma resposta àquilo que era uma realidade, em vez de realojarmos mais pessoas, esse mesmo dinheiro foi investido no arrendamento. No final deste ano deveremos chegar às cerca de 1000 famílias ao abrigo do Programa “Famílias com Futuro”.

Portanto, é assim que vamos dimensionando as nossas políticas para dar o acompanhamento que as famílias necessitam nesta altura que estamos a viver.

De facto, não há mais pobres nos Açores.

Deputado João Costa (PSD): E de que maneira!

A Oradora: Não há mais pobres nos Açores!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Não há?!

A Oradora: Se os senhores fizerem a avaliação dos dados desde a última década e meia, vão verificar que mesmo a nível do Rendimento Social de Inserção há uma evolução.

Deputado João Costa (PSD): A evolução é muito pior! Sra. Secretária, o que a senhora foi dizer!

A Oradora: Não podemos querer numa década, ou em duas décadas, erradicar a pobreza da Região mais pobre de Portugal, que era como os Açores estavam em 1996, quando os Governos do PS entraram, como os senhores bem sabem.

Portanto, quanto a esta matéria todos sabem que até os filhos dos beneficiários do RSI não iam à escola. Podem ainda não ter o rendimento que desejaríamos, não têm certamente, mas eram excluídos, eram ostracizados, não frequentavam o ensino.

Temos feito o nosso percurso e, efetivamente, esse percurso não é feito numa década, como também todos sabem...

Deputado João Costa (PSD): Pelos visto não é feito numa década e meia! Nem sequer 25 mil milhões de euros chegam para isso.

Tiveram todo o tempo do mundo, como diz a canção!

A Oradora: ... por isso temos dados, percentagens tão elevadas a abranger respostas sociais em matéria de apoio às famílias e à comunidade.

É esse caminho que temos que trilhar Srs. Deputados. É esse caminho que temos vindo a trilhar e todos os Srs. e Sras. Deputadas sabem que, pelas nossas ilhas, temos duplicado, triplicado, respostas sociais, para criar condições para que essas famílias, as mães e os pais, possam disponibilizar-se para poder trabalhar, possam formar-se, possam ter acesso aos nossos programas de habitação.

É assim que se luta contra a pobreza e contra a exclusão social.

Portanto, o Governo fica muito honrado com o trabalho que tem vindo a fazer.

Deputado João Costa (PSD): Essa do orgulho e do trabalho feito é uma coisa muito antiga em Portugal!

A Oradora: Sabe que nesta altura há problemas, mas foi por isso que esta Assembleia há poucos meses atrás, há dois meses, aprovou um Plano Orçamento reforçando o Fundo de Compensação Social, exatamente para dar resposta aos problemas de emergência social, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Sabemos para que é!

A Oradora: ... decorrentes do desemprego que algumas famílias açorianas estão a viver. É assim que vamos dimensionando as situações.

Esse fundo como também já tiveram oportunidade de ver, foi publicado um despacho. Estamos a atender essas pessoas, a dimensionar com elas um programa de ajuda e, enquanto esta situação durar, agiremos em conformidade para que estas famílias possam sentir menos nos Açores do que se sente noutros sítios da Europa e do nosso país.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando em 2009, o PSD, daquela tribuna, veio alertar ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é alternativa!

O Orador: ... para os problemas que estavam a surgir na sociedade açoriana, de um modo muito ostensivo até, relacionados com a pobreza, e quando associámos o fato de 2010 ter sido o Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social ao fato dos Açores serem também a região europeia do ano de 2010, tentámos com isso que esta casa, este Parlamento, esta Assembleia e muito concretamente o Governo Regional, percebessem que este fenómeno se iria impor aos açorianos e iria entrar pela casa dos açorianos, não só aqueles que estavam já com esse problema no seio familiar, mas também aqueles que se previa que pudessem vir a sofrer as consequências da crise que se instalava nos Açores.

A nossa preocupação foi que o Governo, assumindo a responsabilidade que tem em conduzir a governação, pudesse olhar para este problema com a preocupação, não de quem se limita a fazer anúncios, mas de quem tem uma atitude pró-ativa de reconhecimento, de atenção e de procura de soluções para minimizar os efeitos dessa crise que se previa e que avisámos suficientemente que se abateria sobre os Açores, crise essa, que já o dizíamos na altura, era uma crise financeira, económica e que nos Açores iria ser também uma crise social, mas os senhores preferiram anunciar que a crise não chegava aos Açores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Olhe que o Governo lá fora agora é PSD!

O Orador: Dizia Carlos César, a 30 de janeiro de 2009, que “a crise chega mais tarde aos Açores e deixará a região mais cedo”.

Infelizmente, todos sabemos que assim não foi e todos sabemos, infelizmente, que pela ação deste Governo assim não será.

Mas também dizia o Governo na altura que os Açores estavam a passar ao lado da crise, graças ao PS – afirmações do Presidente do Governo.

De facto, quando o PSD tentou trazer com a dignidade de intervenções, da tribuna desta Assembleia (e felicito o Sr. Deputado Paulo Estêvão por retomar também nesta altura), este assunto que tanto preocupa os açorianos;

Quando o PSD se preocupou em que o Governo se associasse e nos associássemos todos neste combate, que é conjunto e é necessariamente de todos;

O Governo, na altura, e como estávamos em vésperas de Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, delineou o Plano Regional de Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social (não sei se a Sra. Secretária Regional conhece).

Este plano realmente tinha muitas medidas, muitas iniciativas e muitas propostas.

Que me lembre, ou que conste do programa, de repente, vejo o lançamento do Observatório para a Coesão Social dos Açores.

Já ouviram falar nele, Sras. e Srs. Deputados?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mais um estudo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O estudo é vosso!

O Orador: Já ouviram falar no Observatório para a Coesão Social dos Açores?

Sr. Secretário, este documento é do Governo. Não conhece! Sabemos que não conhece!

O Governo anunciou também nessas medidas integradas de combate à pobreza, do plano de ação, “a conceção de um modelo de acolhimento familiar regional”. Bem sabemos as notícias que têm surgido na dificuldade que é, na Região, de encontrar famílias de acolhimento, de resolver problemas de exclusão de muitas crianças que passam por esse drama na sua vida.

Portanto, também aqui o Governo limitou-se a anunciar, como resposta àquilo que surgia já na sociedade, que era um problema.

Há aqui também a elaboração de um plano de inclusão para a RAA. Onde é que está o plano de inclusão? Foi anunciado pela Sra. Diretora Regional, com pompa e circunstância.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não gostam de estudos e depois não cumprem nada!

O Orador: Os senhores, em reação ao apelo do PSD e em reação à iniciativa europeia de trazer para o debate político para a primazia da iniciativa política, o combate à pobreza e exclusão social, fizeram anúncios que não cumpriram.

Portanto, não admira que a Sra. Secretária venha aqui hoje, em reação a mais este debate, anunciar. Aliás, anúncios, é coisa que este Governo é pródigo. Anuncia muitas iniciativas.

A Sra. Secretária Regional anunciou mais uma série delas que certamente daqui a algum tempo poderemos avaliar.

Mas a Sra. Secretária Regional falou também do sucesso das medidas, mas das medidas do crescimento da rede de equipamentos, das obras realizadas e naquilo que implica o gasto de despesa.

Infelizmente a rede de equipamentos não cresceu tanto, como cresceu o desemprego e como cresceu a pobreza nos Açores, nos últimos anos.

Nesta primeira intervenção, só para lhe deixar um dado Sra. Secretária, peço desculpa, mas parece que a Sra. Secretária não vive neste mundo. Pelo menos não vive nesta Região.

A Sra. Secretária diz que não há mais pobres nos Açores?

Não há mais pobres nos Açores!?

Eu posso dizer-lhe que só pela evolução do Rendimento Social de Inserção em 2004, a Sra. Secretária tinha 15.600 beneficiários. Está nos 18.000 outra vez. Cresceram em dezembro, outra vez.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Quando ele começou estava nos 27 mil!

O Orador: A senhora vem dizer-nos nesta altura em que assistimos a capas de jornal que dizem que há fome na pesca.

Também poderíamos ir perguntar onde é que estão as medidas sociais relativas aos pescadores que estão a passar dificuldades, que estão a passar fome, conforme tem a coragem de vir dizer à comunicação social. O Governo que tem mecanismos de proteção social, que devia e podia ativar, não mexe um

milímetro para tomar iniciativas. Porquê? Porque se calhar, no verão, dá menos nas vistas pagar só 250 euros a um pescador.

Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Se calhar dá menos nas vistas nessa altura.

Este Governo, que ao mesmo tempo faz de conta que os problemas não existem, que os vê avolumar-se à sua volta e que se limita a anunciar medidas, não tem propriamente condições para vir justificar o injustificável.

Depois desta Região ter gasto, nos últimos 15 anos, mais de 25 mil milhões de euros, depois de termos gasto toda essa verba, esta Região apresenta um crescimento extraordinário do número de pobres, nomeadamente do número de pobres que trabalham.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

Deputado José Lima (PS): Há de ser verdadeiro! Isso é demagogia pura!

O Orador: Um desemprego como nunca se viu nos Açores e a resposta que os senhores têm para dar é “fizemos obras”.

Sra. Secretária nesta minha primeira intervenção fico-me por aqui, porque certamente terei oportunidade de vir com mais elementos ao debate.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar um bom ano a todos, espero que com saúde para todos nós e vontade de trabalhar a favor dos açorianos.

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que felicito e também ouvi as intervenções que me precederam.

Gostava de dizer que temos que ser absolutamente rigorosos nas nossas análises.

Deputado José Lima (PS): E verdadeiros, acima de tudo!

O Orador: É verdade que o Governo Regional dos Açores tem tomado medidas, e boas medidas, de apoio às pessoas e de combate, de alguma maneira, à pobreza.

Também é verdade que o CDS nesta casa, tanto na legislatura anterior, como nesta, se tem pautado não apenas por fazer discursos de tribuna, mas propondo medidas que efetivamente contribuam para mitigar a pobreza de algumas pessoas e de algumas famílias. A mais recente é obviamente os manuais escolares gratuitos que ainda ontem apresentamos e que no Plano e Orçamento já aqui foi adjudicada a verba para esse sentido.

Mas, poderia referir aqui o COMPAMID.

Deputado José San-Bento (PS): Já vai começar a cassete!

O Orador: Eu começo a minha campanha eleitoral hoje.

Deputada Zuraída Soares (BE): Já percebemos, Sr. Deputado!

O Orador: Hoje, abro a minha campanha eleitoral.

O senhor candidato do PS já começou a sua campanha eleitoral, a senhora candidata a Presidente do Governo do PSD está a acabar a sua campanha eleitoral ...

(Risos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e eu hoje começo a minha. Também tenho direito.

O Sr. Deputado José San-Bento há de o fazer.

Referi o COMPAMID como muito importante e na altura até sofremos algumas críticas, mas hoje vê-se que é uma medida importantíssima para quem precisa de ir buscar medicamentos à farmácia.

Poderia referir outras, como a ajuda aos doentes deslocados, fundamental também, para quem nessa altura sente com intensidade focos de pobreza aguda. É muito importante essa ajuda.

O CDS tem tido um papel não só de crítica, mas também de propositura nessa matéria.

Gostaria de comentar algumas intervenções que me precederam. Obviamente já disse que não nos pautamos aqui só pela crítica, mas também pela propositura e propondo medidas que contribuam para o combate à pobreza.

Mas não posso deixar de concordar com o Sr. Deputado Paulo Estêvão quando se refere aos cais de cruzeiros. Numa altura destas parece-me que não é a obra mais fundamental a fazer nos Açores e o cais de cruzeiros, obviamente, exemplifica todas essas obras que já uma vez defendi aqui e têm que ser repensadas, porque não podemos fazer uma gare de passageiros, investir dinheiro onde nunca entrou um passageiro. A gare está vazia.

Não podemos achar bem requalificar o exterior dessa gare com calçada, gastando 250 mil euros quando não serve rigorosamente para nada.

Poderia dar muitos exemplos por aqui fora.

Não podemos, por exemplo, achar que num ano o cais de cruzeiros é na Praia da Vitória, porque poupa-se dinheiro, porque é o porto mais central, porque tem infraestruturas, tem isso, tem aquilo e, passados 5 anos, dizer que afinal o cais de cruzeiros tem que ser em Angra por motivos eleitoralistas.

Portanto, não podemos ir nessa linha de política. Há que recentrar a política dos Açores e recentrá-la no combate à pobreza.

Mas também não concordo que sejam os presidentes de junta os principais atores no combate à pobreza. Diria mesmo que alguns deles, para não dizer a maioria deles, fazem exatamente o contrário.

Já vi, com os meus olhos, distribuir-se propostas de Rendimento Mínimo, na altura, de porta-luvas do carro, passados em campanha eleitoral, e dar o vale para ir buscar o Rendimento Mínimo.

Ninguém me contou. Eu é que vi numa ilha dos Açores onde ia prestar serviço, onde na altura trabalhava.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito, Sr. Deputado!!!

O Orador: Não há critério no combate à pobreza e também não há critério em ações meritórias como tem o Banco Alimentar Contra a Fome, como tem a Cáritas e essas instituições, mas sobretudo o Banco Alimentar Contra a Fome

que depois pega nos alimentos e vai levar às juntas de freguesias, às instituições, porque curiosamente não pode dar às pessoas.

Deputado José Lima (PS): Juntas de freguesia não! As juntas de freguesias não entram nesse sistema! A outras entidades!

O Orador: Sr. Deputado José Gaspar, V. Exa. é presidente de junta: Não sei se se picou com alguma coisa que eu disse, mas vou dizer-lhe uma coisa, ...

Deputado José Lima (PS): Não, não! O senhor tem que dizer é a verdade!

O Orador: ... não estou a dizer que todos os presidentes de junta fizeram, e fiz essa ressalva. Disse, alguns fazem isso e eu também assisti, na minha freguesia (sublinho Sr. Deputado José Gaspar) a uma junta distribuir alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome.

Deputado José Lima (PS): Se assistiu, assistiu mal!

O Orador: Por acaso é socialista a junta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Socialista não! Do Partido Socialista!

Deputado José Lima (PS): O senhor devia ir para presidente de junta!

O Orador: O que é curioso é que se um pobre chegar ao Banco Alimentar Contra a Fome e pedir um quilo de arroz, não lhe dão, porque tem que ser distribuído por instituições.

Depois assistimos a isto: chegar a uma casa e dar 50 quilos de arroz, 20 quilos de manteiga, 20 quilos de queijo, etc., etc.

Deputada Cecília Pavão (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Não conseguem consumir aquilo.

Em vez de fazerem um levantamento (e aí sim, as juntas de freguesia têm um papel importante, e não o fazem, de distribuir equitativamente pelos pobres da freguesia, inclusivamente pelos idosos, muitos deles por receberem uma pensão pequena não são considerados pobres, mas se tiverem o RSI já são considerados pobres, e a verdade não é bem essa) dão 50 quilos de arroz, 30 de manteiga e 50 de queijo. O idoso que vive ao lado não leva nem um quilo de arroz, nem um quilo de manteiga. Isto é rigorosamente verdade.

A Sra. Secretária falou, e bem, na multiplicidade de serviços, no investimento que o Governo tem feito a nível das creches, dos lares de idosos. É verdade Sra.

Secretária, mas também aí não tem havido planeamento, também aí tem-se duplicado serviços. Também aí há uma duplicação exagerada de serviços, em algumas áreas, que não sei se são sustentáveis no futuro. É isso que pode conduzir daqui a uns tempos novamente a uma despesa pública exagerada que pode levar novamente a mais pobres e a mais pobreza, Sra. Secretária Regional. Era preciso que essa rede fosse planeada de modo a que houvesse sustentabilidade e aproveitamento dos recursos existentes, independentemente da cor partidária que têm as instituições, ou das pessoas que estão à frente das instituições, para haver uma articulação e uma poupança nessa rede que é efetivamente de elogiar. É bom que exista, mas não podemos alargá-la excessivamente por critérios político-partidários, apenas e só, como algumas vezes também se fez e também é verdade que se tenha feito.

Agora, Sra. Secretária, enumerou aqui algumas medidas que o Governo tomou e bem, nomeadamente (também por proposta do CDS que também reforçou nesta casa), os apoios aos cidadãos com deficiência. Foi uma aposta e uma atenção que o Governo Regional teve e tem, e bem, porque esta gente precisa muito, mas nós aqui também já propusemos verba para ajuda a essas pessoas.

Devo dizer com satisfação que já algumas pessoas beneficiaram dessa verba, cidadãos com deficiência profunda e conseguiram ter melhor qualidade de vida pelas verbas que aqui foram aprovadas, nomeadamente as ajudas técnicas a deficientes, verba que também propusemos aqui no Plano e Orçamento.

Agora, Sra. Secretária, não posso concordar consigo numa coisa, quando a senhora diz que não há mais pobres nos Açores. Há!

Aí temos que ser realistas e aí o Governo tem que ser realista e encarar as coisas de frente. Existem mais pobres nos Açores e existem por uma razão, se outras não houvessem (há uma que indica que há mais pobres nos Açores), o desemprego.

Lembro que em 2002 o desemprego na RAA era cerca de 2%. Hoje é cerca de 12%. Seis vezes mais!

Isso indica que há mais pobres.

É com esses que temos que ter uma atenção. Basta ver as estatísticas que saem do INE e isso é preocupante.

Infelizmente convergimos com a República numa coisa, nos níveis de desemprego. Se em 2002 a taxa de desemprego na região era metade da República; em 2005 era metade da República; em 2007 já era um pouquinho mais de metade e em 2011 é quase igual.

Aí é que foi uma convergência que tivemos com o País e com a União Europeia, que eu não percebo, mas o Governo há de ter uma explicação.

Não percebo porquê?

Porque chegámos a um ponto em que as finanças públicas do continente estão desequilibradas, em que o país está à beira da bancarrota.

Chegámos a um ponto em que a Madeira está numa situação de emergência social, com as finanças públicas altamente desequilibradas, com o desemprego a aumentar (no continente e na Madeira). Finanças públicas desequilibradas, menos empresas, menos economia, mais desemprego.

Então o paradoxo é este: Açores, finanças públicas equilibradas ou pelo menos não desequilibradas e desemprego a aumentar. Como é que explica uma coisa com a outra?

Se no continente e na Madeira consigo explicar, nos Açores eu não consigo. Isto atendendo ao discurso oficial.

Se temos boa gestão das finanças públicas (e quero acreditar que sim), se temos as nossas dívidas equilibradas (e quero acreditar que sim), como é que se justifica então a estagnação da economia e como é que se justifica o aumento brutal de desemprego, que aumentou seis vezes mais de 2002 para 2011?

Deputado Duarte Moreira (PS): Não estamos sós neste mundo, Sr. Deputado!

O Orador: É essa a questão que o Governo tem que responder.

Sra. Secretária, efetivamente há mais pobres nos Açores.

Também fico um bocadinho desiludido, porque o Governo realmente não teve eficácia no combate à pobreza. Preocupou-se muito nas obras públicas e este plano regional de ação do Governo Regional dos Açores, “2010 Ano Europeu

do combate à pobreza e exclusão social”, foi esbanjar dinheiro. Esbanjar dinheiro foi o que se fez com isto.

Não há aqui uma única ação que tenha contribuído para se tirar daqui uma única medida que tivesse combatido a pobreza, mas vamos sempre a tempo e espero que realmente algumas das coisas, porque erros todos nós cometemos, possamos corrigir.

Espero que efetivamente essa desculpa da crise internacional não possa servir, porque se a crise internacional atingisse com a intensidade que atingiu Portugal e atingiu a Madeira, nós nos Açores também teríamos as nossas finanças públicas altamente desequilibradas. Pelos vistos não temos.

Então há que explicar esse paradoxo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entendeu a Representação Parlamentar do PPM, suscitar uma interpelação ao Governo Regional, a respeito das políticas de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à pobreza.

Nesta primeira intervenção gostaríamos de dizer o seguinte:

É um facto inegável que a política nacional, implantada no nosso País, é uma política de empobrecimento profundo e acelerado dos portugueses e portanto dos açorianos e das açorianas também.

É uma política que põe sistematicamente os cidadãos, todos os cidadãos, quem trabalha, quem procura emprego e quem já trabalhou uma vida, a temer o pior, enquanto lhes tiram tudo, ou seja, por bondade não nos matam, generosamente apenas nos põem em coma.

Também é verdade que nos Açores, existe uma pobreza estrutural, que torna esta política nacional ainda mais gravosa.

Apesar do aumento do PIB açoriano, a riqueza dos Açores e nos Açores, esta pobreza estrutural, ao invés de diminuir, tem vindo a aumentar na mesma proporção.

Quando falo em pobreza, falo evidentemente em desempregados, falo em baixos salários, falo nos trabalhadores precários, falo nos aposentados, nos reformados e em muitos outros.

Este paradoxo obriga-nos a uma reflexão mais demorada sobre as suas causas e para nós, BE-Açores, a resposta é esta: por um lado, má redistribuição da riqueza, que faz com que hajam tantos com tão pouco e poucos com tanto, ou seja, que faz com que o fosso entre ricos e pobres esteja a aumentar. Isto quer dizer desigualdade social crescente. Por outro lado, o modelo económico, quanto a nós, mal dirigido.

Um modelo que continua a assentar em baixos salários e não em produtos de maior valor acrescentado.

Este panorama é muito nítido nos Açores e sobretudo na maior ilha do nosso arquipélago, S. Miguel, ilha que pela sua expressão demográfica, é aquela que produz mais riqueza, mas também é aquela onde existe mais pobreza.

Faltam, portanto, políticas alternativas, nomeadamente ao nível do modelo económico, que alterem este estado das coisas.

Ao mesmo tempo é inegável que o Governo Regional disponibiliza uma panóplia de apoios sociais.

Quanto a nós importa indagar da eficácia e da eficiência alcançada com esta proliferação de apoios e até que ponto não seria mais útil diminuir esta dispersão e concentrá-los com valores mais significativos e com resultados mais visíveis, sem com isso gastar mais dinheiro.

Em termos de propaganda política desfiar um role de apoios fica sempre bem, mas em termos de facilidade de acesso, de conhecimento dos apoios, que na realidade existem, e da inversão das situações de pobreza real, não será este o melhor caminho.

Na verdade os pobres têm muito trabalho para conseguir algum apoio social que os tire da pobreza.

As empresas com alguma dimensão contratam gestores de impostos para fazerem planeamento fiscal, ou dito doutra maneira, para fugirem legalmente aos impostos. Os pobres não têm este tipo de gestores para os ajudar a fugir da pobreza.

Mas estamos a entrar numa nova fase e muitos destes apoios vão ser cortados, ou pelo menos substancialmente diminuídos.

É a fase da psicose generalizada que vê em cada desempregado, em cada beneficiário do RSI, em cada precário, em cada trabalhador e até mesmo em cada emigrante, os verdadeiros responsáveis, os verdadeiros culpados da crise que atravessamos porque, vejam só Sras. e Srs. Deputados, todos eles viveram acima das suas possibilidades.

Consta que o nosso Presidente da República também tem vivido acima das suas possibilidades e confronta-se agora com a realidade de ter que sobreviver com uma reforma de mais de 10.000 euros por mês e diz que 10.000 euros por mês não chegam para pagar os seus encargos. Cá temos alguém que viveu acima das suas possibilidades.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Aqui nos Açores, a estes culpados o Governo Regional resolveu, a nosso ver, muito mal, juntar um outro gastador excessivo, a escola pública.

Reduz o número de professores, precariza-os indefinidamente no seu trabalho, penaliza os alunos mais pobres e mais negligenciados, as crianças e os jovens oriundos de famílias desestruturadas ou de famílias monoparentais têm cada vez mais problemas.

Aliás, gostaria de perceber como é que uma mãe trabalhadora, à luz do novo acordo laboral que os partidos aqui representados, na sua maioria, tanto elogiam dizendo que é bom e é necessário, pode faltar ao seu posto de trabalho para ir a uma reunião da escola? Não o fazendo, qual é a consequência para o seu filho ou para a sua filha?

Era bom que, as Sras. e os Srs. Deputados, também respondessem a esta questão antes de pensar nas coimas.

Quer isto dizer que para o BE-Açores, a escola pública, que deveria ser a catedral da emancipação da igualdade de oportunidades da mobilidade social e portanto da alteração do modelo económico vigente, está a ser posta em causa.

As políticas de malabarice anunciadas para a ação social escolar, não rimam com os apoios nunca regateados aos colégios privados e ao pagamento de mensalidades que muitos açorianos e açorianas não auferem mensalmente.

A perpetuação e a reprodução da pobreza começa na escola pública e como disse ainda há poucos dias em Coimbra o socialista António Arnault, “se o PS não se levantar para defender o serviço nacional de saúde, terá que mudar de nome”.

O BE-Açores diz: quem ataca a escola pública, em vez de lhe dar todas as condições, as melhores e mais excelentes condições para cumprir todas as missões que lhe estão reservadas, de socialista tem muito pouco.

Combater a pobreza, é combater as desigualdades e é combater os privilégios e este é o combate que nós aqui nos Açores temos que reforçar, o Governo Regional incluído e sobretudo.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para todos os açorianos que se confrontam atualmente com uma situação de desemprego, para todos os açorianos que, fruto do contexto que vivemos na Região, que se vive no País e que se vive na Comunidade Europeia e um pouco por todo o mundo, se debatem com acrescidas dificuldades para fazer face ao seu papel de família, ao seu papel de cuidador, ao seu papel de prestador de serviços, que se debatem com dificuldades acrescidas no exercício da sua cidadania.

O Grupo Parlamentar do PS não foge aos problemas, os Governos do PS não escondem os problemas, não os varrem para debaixo do tapete, não faz política de avestruz, enfiando a cabeça na areia à espera que os problemas passem.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: O Sr. Presidente do Governo há dois meses atrás, aquando da discussão do Plano e Orçamento assumiu-os nesta tribuna, claramente. Assumiu a sua preocupação com os níveis de desemprego, assumiu a sua preocupação com o bem-estar das famílias e teve oportunidade de anunciar um conjunto de medidas, quer de apoio às empresas, quer de apoio às famílias, para o ano de 2012, precisamente para fazer face a esta situação com a qual nos confrontamos hoje.

Dito isto, gostaria de salientar que não é sério pegarmos num contexto atual, numa situação excecional e avaliar o sucesso das políticas sociais do PS nas últimas legislaturas com base neste contexto excecional.

Deputado João Costa (PSD): Por isso é que vivemos num oásis!

A Oradora: As políticas sociais do PS, ao longo das últimas legislaturas, orgulham-nos. Cumprem os compromissos assumidos com os açorianos e os açorianos sabem disso.

Tiraram as mulheres vítimas de violência do anonimato, tiraram crianças com deficiência de casa, tiraram idosos de situações de isolamento, levaram todas as crianças à escola, melhoraram as escolas, ...

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... democratizaram o ensino, estabilizaram o pessoal docente, democratizaram o acesso a cuidados de saúde, melhoraram as taxas de alfabetização, melhoraram as taxas de escolaridade, melhoraram a empregabilidade feminina. Orgulhamo-nos desta história, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: É óbvio que para quem hoje se debate com uma situação de desemprego, para quem hoje se debate com uma situação de precariedade económica, este percurso não resolve a situação.

É aí que, como o Sr. Presidente do Governo teve oportunidade de anunciar, surgem para situações excecionais, medidas excecionais.

A Sra. Secretária há bocadinho fez referência a algumas delas.

Alguns Srs. Deputados ficam muito preocupados com o aumento do número de beneficiários do RSI.

Deputado João Costa (PSD): O Presidente da Câmara da Praia fica bem contente por distribuir mais cabazes!

Ainda bem que há mais pobres!

A Oradora: Gostaria de vos dizer uma coisa: para mim, pessoalmente, ainda bem que há o RSI e que estas pessoas podem continuar a viver com o mínimo de dignidade, podem continuar a levar os seus filhos à escola, podem continuar a pagar a sua renda, podem continuar a adquirir os seus medicamentos, associando a isto condições e medidas que ajudam a minorar a intensidade de pobreza e sempre que possível autonomizar estas pessoas.

Podíamos muito facilmente dizer que todos os beneficiários do RSI, ou rendimento sem incómodo, como alguns gostam de lhe chamar, são malandros, não trabalham.

Mas ao invés disso desafio os Srs. Deputados a olharem para as características de alguns destes beneficiários do RSI e perceberem qual é a empregabilidade destas pessoas.

Qual é a empregabilidade destas pessoas?

Deputado João Costa (PSD): E de quem é a responsabilidade! Quem é que os qualificou?

A Oradora: Muitas destas pessoas passaram a sua idade de escolaridade, durante os governos do PSD, Sr. Deputado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A culpa é do PSD?! Grande lata!

A Oradora: Não convém que o senhor faça essa pergunta: quem foi que os escolarizou?

Não convém que o senhor pergunte quem foi que os escolarizou.

A diferença, Sr. Deputado, é que ao invés de dizermos, tem uma empregabilidade muito reduzida, não podemos fazer nada, aquilo que o Governo está a fazer é precisamente dar competências básicas a estes

beneficiários, competências pessoais, competências sociais, competências de escolaridade e competências profissionais, que lhes permitam, (obviamente que a médio prazo, não será amanhã, não será no próximo mês) ultrapassar esta situação de precariedade, autonomizarem-se e viverem com maior dignidade.

Falou-se aqui muito no aumento de pobreza, no aumento da desigualdade social. Há uma publicação do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, que faz a avaliação da implementação do RSI nos Açores.

Na sua página 87, diz o seguinte e faz uma análise de 1994 a 2005: “No período considerado, a região dos Açores passou da segunda região com maior intensidade de pobreza para uma das regiões com menor intensidade de pobreza”.

Não sou eu que o digo, é um estudo do ISCTE assinado pela Prof^a. Isabel Guerra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Mais abaixo diz: “no que concerne aos indicadores de desigualdade, verifica-se igualmente na RAA uma diminuição da desigualdade ao longo do período considerado”.

Srs. Deputados, é óbvio que podemos considerar que decresceu pouco, que se atenuaram pouco as desigualdades. Todos queríamos que se atenuassem mais as desigualdades, mas atenuaram-se. É um percurso longo, é um percurso que exige um investimento continuado, é um percurso que exige um envolvimento, como aqui já foi dito, do Governo, mas também um envolvimento das autarquias, um envolvimento das instituições e um envolvimento da população em geral.

Cada vez que algum de nós se levanta e faz uma crítica gratuita aos beneficiários do RSI, está a prestar um mau serviço ao combate à pobreza e ao combate às desigualdades sociais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Está a referir-se a quem?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: A si!

A Oradora: Estou a referir-me concretamente a si Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O senhor fez-me uma pergunta, eu respondi.

É óbvio que se nos concentrarmos no período atual, se pegarmos em indicadores de 2008 e de seguida em indicadores de 2011, podemos encontrar números que nos dizem que a situação piorou.

Mas temos que ter essa honestidade intelectual de perceber que os indicadores de 2011, que os indicadores de 2010, referem-se a um período excecional.

Deputado João Costa (PSD): Foi o que a senhora acabou de ter!

A Oradora: Nesse período excecional temos que fazer uma análise desses indicadores num prazo de tempo mais lato para percebermos a evolução que estes indicadores vinham tendo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: Numa próxima intervenção posso partilhar convosco as estatísticas e a evolução que falei há bocadinho dos índices de atividade, dos índices de escolaridade, dos índices da taxa de analfabetismo. Portanto, são todos indicadores que revelam que a Região tem vindo a fazer um percurso positivo.

É entendimento do Grupo Parlamentar, é entendimento do Governo, que o combate à pobreza e à desigualdade social não é uma tarefa exclusiva do Governo, mas dentro do Governo não é uma tarefa exclusiva da Secretaria Regional da Solidariedade e do Trabalho.

É uma perspetiva de justiça social que é transversal a todos os departamentos do Governo, que abrange aspetos como os transportes, aspetos como as tecnologias, porque os pobres também têm acesso a novas tecnologias e também lhes facilita a integração e inclusão, abrange a educação, abrange a saúde e em todos estes Departamentos do Governo, podemos ver exemplos de ações que contribuem para atenuar as dificuldades com as quais os açorianos infelizmente se debatem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por lembrar esta câmara que este debate acontecendo nesta altura é sobre um fenómeno que não é recente.

As questões da pobreza e da exclusão não aparecerem nem no último ano, São anteriores à crise internacional e afetam o País e afeta naturalmente a Região.

O ciclo de empobrecimento dos portugueses e também dos Açores é um ciclo que vem de longe e que tem a sua génese nas políticas de emprego e de distribuição de riqueza, que foram vindo ser adotadas por quem tem exercido o poder nas últimas décadas, quer na República, quer na Região.

Portanto o problema não é novo, mas de facto estamos a atravessar hoje uma situação em que esta questão está a agudizar-se.

Relativamente à intervenção e àquilo que tenho a dizer, para já, nesta primeira intervenção sobre esta matéria:

É evidente que não vou fazer nenhum juízo de valor sobre as políticas de apoio social e de combate à pobreza criadas e de exclusão que têm sido levadas a cabo pelo Governo Regional, mas relativamente a este ciclo de empobrecimento e as opções que têm sido tomadas nos últimos tempos, quero lembrar que o Primeiro-ministro Passos Coelho disse que os portugueses tinham de empobrecer, portanto diz claramente qual é a perspetiva que tem sobre este fenómeno na sociedade portuguesa e nos Açores.

Aqui, o que importa é perceber em que medida o Governo Regional dos Açores aceita, como suas, as políticas que estão a ser tomadas na República e que certamente vão agravar a situação de pobreza e exclusão que se vive no país e particularmente na Região, ou se pelo contrário o Governo Regional, fazendo uso das suas competências e das competências autonómicas, contraria e quer

contrariar este ciclo anunciado, mas que não é inevitável, de pobreza e de empobrecimento que Passos Coelho e Paulo impõem e querem impor aos portugueses, como têm vindo a fazer nos últimos tempos.

A abordagem que quero fazer tem a ver com o seguinte: se é verdade que estamos a viver uma situação de emergência, há aqui situações muito complicadas.

Quero lembrar que isso tem a ver com as políticas de emprego, com a distribuição da riqueza, tem a ver com a alteração dos apoios sociais, quer ao nível do abono de família, quer ao nível das alterações que houve no IRS, quer ao nível dos apoios ao subsídio de desemprego, etc., etc. Portanto, há aqui um conjunto de circunstâncias que têm vindo a contribuir para isso, mas não quero abordar essas políticas, mas aquilo que na Região pode ser feito.

É evidente que sendo necessário canalizar recursos públicos para acudir a estas situações de emergência, também é necessário pensar o investimento público, de maneira a que este ciclo recessivo da economia regional possa ser alterado. Para isso é preciso investimento público.

Não tenhamos dúvidas que o investimento público, quer ao nível regional, quer ao nível autárquico, é fundamental para dar algum dinamismo à economia regional. O que importa certamente é estabelecer aqui diferentes prioridades.

Já hoje aqui foi falado no cais de cruzeiros. Eu adiantaria o Centro de Arte Contemporânea.

Se estas duas obras são prioritárias, não descorando a necessidade de que haja investimento público, o investimento público na opinião do PCP deve ser canalizado para a economia produtiva, para o sector produtivo e deve ser canalizado sobretudo para questões como a dos transportes, de modo a que se encontre aqui um modelo de transportes que não seja um fator de estrangulamento da economia regional, mas sim seja um facto potenciador do nosso comércio interno.

A questão que agora toda a gente está a agarrar, todos nós agarramos e uns já traziam isto nos princípios, que é o facto de o produzir local e o do consumir local possam efetivar-se. Mas para que isso seja efetivado precisamos ter aqui

uma complementaridade entre o transporte aéreo e o transporte marítimo dentro da nossa Região, mas também para fora da Região, designadamente para zonas, áreas, de alguma proximidade. Apenas refiro a macaronésia, mas poderia referir outras zonas.

É por aí que temos de caminhar. Temos de pensar na situação atual, mas em termos não de como é que vamos resolver ou como é que vamos continuar a apoiar os pobres e os excluídos, porque, na minha opinião, esse é um princípio errado, porque é o aceitar de que pobres e excluídos têm de haver eternamente e não é verdade.

Aliás, custa-me ver o seguinte: há um sector da economia que está a crescer, que é o sector da economia solidária, o terceiro sector, como agora se chama. Esse sector aumenta na mesma medida em que aumenta a pobreza e a exclusão. Que são necessários apoios, não tenho nada contra. É fundamental, com certeza. Estamos todos de acordo.

Agora parece-me que o importante é encontrar aqui formas (na RAA sobretudo, quero deixar aqui duas ou três questões para o Governo Regional) para atender a esta situação de emergência, olhar para o presente e para o futuro e encontrar aqui soluções de criação de riqueza e que essa riqueza seja distribuída com justiça, sobretudo que se encontre aqui caminhos que nos façam sair deste período recessivo que estamos a viver.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mudar de Presidente da República, por exemplo!

O Orador: Por exemplo, mudar de Governo da República, mudar de Presidente da República... Enfim, há muitas coisas para mudar.

Gostaria de deixar aqui duas ou três questões, nesta primeira intervenção, para o Governo Regional.

Deputado João Costa (PSD): Lá não há exclusão social!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o senhor de facto, a sua criatividade relativamente à abordagem destas questões é uma coisa admirável. Nem nos apartes o senhor consegue ser criativo. É espantoso como isto acontece!

Para o Governo Regional, visto que se trata de uma interpelação ao Governo Regional, que estratégia (se é que tem estratégia!) tem para travar o aumento do desemprego? De facto, não vale a pena estarmos aqui a lamentar. Tem crescido! Que estratégia tem o Governo para travar o aumento do desemprego e para a criação de emprego?

Que estratégia tem o Governo (se é que tem estratégia!) para aumentar os rendimentos do trabalho?

Que estratégia (se é que tem estratégia!) para aumentar a produção regional e reduzir a nossa dependência externa?

Que estratégia (se é que tem estratégia!) para implementar de uma vez por todas um modelo de transportes marítimo e aéreo complementar, de modo a que a circulação de pessoas e de produtos se faça de uma forma que promova a produção e o consumo dos produtos locais, mas também possa procurar servir, até porque somos o último porto do atlântico, que essa nossa condição geográfica possa ser potenciada para alcançarmos mercados como aquele que já referi há pouco, que fica na bacia do atlântico que é a região da macaronésia?

A pobreza e a exclusão não têm que ser eternas e se são importantes os apoios sociais, mais importante é encontrarmos soluções que promovam o emprego, que promovam uma justa distribuição da riqueza que é produzida. Essa sim, será a melhor forma, na opinião do PCP, de atacar este problema, que de facto é um flagelo.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Oh Sr. Presidente, afinal dez minutos são só isto.

Deputado Mark Marques (PSD): É o entusiasmo!

O Orador: Eu termino já.

Lembro o seguinte: antes de ser decretada a crise já Portugal tinha um quinto da sua população a viver na pobreza.

Portanto a situação não é nova, é antiga e tem vindo a agravar-se.

Tem vindo a agravar-se pelas opções políticas que têm sido feitas nos últimos anos.

Muito obrigado pela tolerância Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos fazer um intervalo de meia hora.
Recomeçamos os trabalhos às doze.
Até já.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares.
Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Vamos reiniciá-los continuando o debate.

Tenho inscrita a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É bom falar verdade e nós não podemos confundir realidades diferentes.

Em 1999, quando foram registados 27.666 beneficiários do RSI não havia a situação financeira que existe hoje.

Deputado João Costa (PSD): E 98? Diga 98 antes?

A Oradora: O contexto internacional hoje é completamente diferente do contexto de 1999, quando se registaram 27.666 beneficiários.

Deputado João Costa (PSD): Que grande contradição!

A Oradora: Agora temos 18.283, mas como os senhores também sabem, a lei foi alterada e decorrente dessa alteração houve uma situação que fez com que os beneficiários passassem até a receber menos.

Portanto, não se pode comparar aquilo que não é comparável.

Se tivemos de facto menos pobres, é evidente que num contexto internacional como é o de hoje, que não é o contexto só da Região, nem só do País, é um contexto internacional grave, um dos mais graves que ocorreu no século...

Deputado João Costa (PSD): E em 2004?

A Oradora: Não. Havia mais, 27 000.

Deputado João Costa (PSD): Não? Sra. Secretária está no relatório da Assembleia. A senhora começou por dizer que ia falar verdade!

A Oradora: É evidente que decorre deste ano e meio, dois anos e desta situação financeira, o aumento consecutivo do desemprego e a fragilidade destas pessoas.

Mas mesmo assim, Srs. Deputados, por cada mil habitantes, nos Açores, há 41 desempregados; no continente há 67 e na Madeira há 80.

Mas mesmo assim ainda temos políticas ativas de apoio aos nossos desempregados.

Deputado João Costa (PSD): Os outros também têm!

A Oradora: É evidente que se entra menos dinheiro na economia, se a própria classe média deixa de receber os seus subsídios, se há toda essa situação, é natural que haja pessoas com mais dificuldades.

Mas também foi por isso que o Governo, verificando essa situação, não este ano, mas já o ano passado, criou o Fundo de Compensação Social para apoiar as famílias que necessitam deste apoio, aumentando o abono de família, majorando o abono de família, aumentando em 10% o Complemento Regional de Pensão...

Deputado João Costa (PSD): 2 euros por ano!

A Oradora: Pois é, Sr. Deputado. São dois euros, mas sabe? São 5 milhões, em 3 anos.

Deputado João Costa (PSD): É muito 5 milhões em 3 anos?

A Oradora: ... e o Complemento para os Idosos que em 10 anos cresceu para o dobro.

Imagine-se que se estes pobres, que os senhores dizem que são e efetivamente são, não tivessem estes complementos. O que seria nesse tempo, quando não havia Complemento Regional de Pensão, nem havia abono de família? O que seria nessa altura, Srs. Deputados.

Deputado João Costa (PSD): Isso é inegável

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária começou esta sua segunda intervenção por dizer que vamos falar verdade.

Num relatório feito por esta Assembleia, por uma comissão criada para a analisar o RSI, está na pag. 20 o quadro que eu citei há pouco para referir que, em 2004, havia 15.655 beneficiários e, em 2010, havia 18.283.

A Sra. Secretária pegou nesses números para citar 1999, que havia 27.666. Podia ter citado que de 98 para 99, aumentaram 3.000. Podia ter citado que em 98 havia menos 3.000 do que em 99. Falar verdade é citar os dados tal qual eles são.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): E o senhor sabe por que é que foi isso?

Isso foi o início do Rendimento Mínimo Garantido!

O Orador: A Sra. Secretária entrou em contradição, porque a senhora diz que quando os critérios eram menos apertados na atribuição, então tínhamos menos do que temos agora.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não!

O Orador: Eu peguei em 2004 porque realmente a diferença é substancial, mas em relação ao desemprego a Sra. Secretária já não cita os mesmos números.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não lhe dá jeito!

O Orador: Não lhe dá jeito provavelmente.

Veja-se como a situação tem piorado.

Em dezembro os serviços do Governo não tiveram capacidade para processar os subsídios de desemprego.

O que se verificou foi que não conseguiram registar devido ao aumento verificado de pedidos.

Isto é que deveria preocupar o Governo Regional, este aumento de desemprego para mais do dobro, durante a vossa governação. Temos atualmente o dobro dos desempregados que tínhamos, quando os senhores entraram para o Governo. O dobro!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): E quanto é que o país tem? E a Madeira? E as outras regiões ultraperiféricas?

O Orador: O problema, Sra. Secretária, é que não serve de nada.

O PSD o que pretende, com as suas intervenções nesta Assembleia, é alertar para estes problemas. Não nos serve de nada os senhores passarem a vida a compararem com a Europa, com o país, com a Madeira e com outras situações.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Quais eram os critérios?

O Orador: O que era importante era os senhores terem uma preocupação com a situação dos Açores.

Quando toca a falar de situações que são problema, de situações que são de facto dramas para as famílias açorianas, nem sequer ouvimos o candidato do PS, aliás estava ali sentado e já não está.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Isso é que é enganar o povo!

O Orador: É um assunto que não lhe interessa.

O Governo, e o candidato do PS a Presidente do Governo, que anda em campanha pelas ilhas, ...

Deputado Francisco César (*PS*): Está incomodado Sr. Deputado!

O Orador: ... que faz um pouco de Presidente do Governo interino na campanha que está a fazer pelas ilhas, em vez de fazer anúncios sobre as maravilhas que existem nos Açores por termos um Governo do PS, devia preocupar-se com o André de Santa Maria, o Filipe da Graciosa, a Diana da Terceira, a Lisandra do Pico, que fizeram o programa Estagiar e depois de o fazer estão no desemprego.

Deputada Alzira Silva (PS): O Estagiar não dá desemprego!

O Orador: Era com essas pessoas que o Governo se devia preocupar e devia olhar para o problema.

Infelizmente o que resulta do debate é que o PS e o Governo mantêm o mesmo registo que é de negação.

Acusam que não é sério vir dizer que a situação de pobreza piorou nos Açores devido à falta de possibilidade que existe, daqueles que se encontram em situações difíceis, de terem melhores oportunidades.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Onde é que o emprego melhorou?

Diga o país ou a região onde o emprego melhorou!

O Orador: Falta de qualificação, por exemplo, Sra. Secretária.

Estas pessoas que estão agora a fazer o Estagiar e depois não encontram colocação e que engrossam as fileiras do desemprego, por exemplo, entraram para a escola já o Sr. Secretário da Economia era membro do Governo.

Os senhores deviam ter a noção daquilo que é o vosso trabalho enquanto Governo Regional.

Prometeram aos açorianos qualificação. Sem qualificação, é natural que 38%, conforme revela o relatório do primeiro semestre do RSI do ano passado, dos beneficiários trabalham.

A Sra. Secretária referiu aí, e muito bem, que têm baixos rendimentos e têm baixos rendimentos porque têm baixas qualificações.

Aliás, se se preocupassem também com estudos feitos nos Açores, nomeadamente com o estudo publicado no Boletim Cultural da Horta, num artigo publicado pelo Prof. Fernando Diogo, a certa altura diz e passo a citar: “os números disponíveis mostram a persistência da pobreza no tempo e também que ela afeta um número significativo de açorianos, sendo por isso sociologicamente relevante.

Estes dados apelam claramente para a relevância da política social e mediática deste processo social na RAA.

A pobreza é, pois, um problema central nos Açores”.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é central! É em todo o mundo!

O Orador: Sra. Secretária, depois dos apoios sociais, temos 30% de açorianos (um em cada três açorianos!) em condição de pobreza. Antes dos apoios sociais era mais de metade da população. Sabe que isso nos tem sido revelado por notícias como esta, ou notícia como aquela que saiu hoje que nos diz que, por exemplo, os pescadores da Ribeira Quente estão a viver situações de dificuldade.

Onde é que está a sensibilidade social e o empenho do Governo perante situações em que há pessoas que estão a passar graves dificuldades, em que existem mecanismos de apoio social que deviam ser ativados?

O Governo ignora essas pessoas, ignora esta gente, ignora o André, o Filipe, a Diana, a Lisandra e tantos outros açorianos que vivem situações dramáticas. A única alternativa que lhes resta é saírem da sua ilha e contribuírem para o processo de desertificação.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor apresente a sua proposta!

O Orador: O Governo devia estar preocupado com isso e não em fazer esse historial, de que contribuíram para a melhoria da rede de equipamentos, que contribuíram... Ninguém põe em causa esse vosso contributo.

O problema é que a outra parte, a parte das pessoas, a parte de olhar para os problemas que as pessoas estão a viver, os senhores têm passado ao lado, porque não lhes interessa. Interessa é manter essa postura de que está tudo bem.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Ninguém disse nada disso!

O Orador: Temos 30.000 famílias a viver com menos de 540 euros por mês; temos 14.000 desempregados; temos 8% da população no RSI, e para os senhores está tudo bem. Até se alegram com o facto de se distribuírem mais cabazes de natal, ou seja, de existirem mais pobres, mais pessoas necessitadas e mais pessoas a passarem dificuldades.

Parece que isso é um feito, quando devia ser um lamento.

É essa preocupação que nós trazemos aqui.

Em relação a esta temática, eu podia também, por exemplo, pegar no relatório da Comissão Eventual, que analisou o RSI ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E que os senhores aprovaram!

O Orador: ... e perguntar à Sra. Secretária onde é que está a aplicação das medidas sugeridas por esse relatório.

Quando dizemos que aumentam os beneficiários do RSI, não estamos a dizer que aumentaram os malandros, como os senhores, erroneamente e de uma forma muito pouco séria, tentam atribuir-nos.

O que estamos a dizer é que infelizmente nos Açores, apesar de todo o dinheiro que os senhores têm tido para gastar, continuam a verificar-se aumentos e situações de pobreza extrema que são indignos do nosso tempo. É indigno, nós, enquanto representantes deste povo, podermos aceitar de bom grado que continuem a acontecer.

Em vez do vosso candidato andar pelas ilhas em campanha eleitoral, ...

Deputado Berto Messias (PS): Está tão preocupado com o nosso candidato!

O Orador: ... devia propor e mostrar a essas pessoas que estão no desemprego, a esses açorianos que não têm solução e que não encontram solução para a sua vida, o que é que o Governo se propõe fazer para conseguir lutar contra esta situação.

O que é que o candidato e o PS propõem para resolver este problema.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que a intervenção inicial da Sra. Secretária Regional, Ana Paula Marques, desiludiu-me no sentido de não reconhecer que existe um problema crescente de pobreza na RAA.

Em relação à paternidade deste problema, pois é um problema que decorre da crise económica internacional, decorre das políticas do governo nacional e

também decorre daquelas que são as políticas regionais, obviamente. Há responsabilidades partilhadas a diversos níveis.

É uma conjuntura muito difícil, é muito difícil fazer milagres e evitar que uma economia aberta, como a economia dos Açores, apanhe realmente com este contexto, do ponto de vista económico.

Agora, a Sra. Secretária não pode vir dizer que não está a aumentar a pobreza. É evidente que está!

O número de desempregados está a aumentar; os rendimentos das pessoas estão a diminuir drasticamente; o custo de vida está a aumentar. Com estas circunstâncias todas e com esta conjuntura que é conhecida de todos, dizer que não existe um aumento da pobreza nos Açores... pelo amor de Deus!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É preciso reconhecer!

O Orador: Penso que é bastante evidente que temos um problema e a melhor forma de combater um problema é reconhecer que esse problema existe.

Digo-lhe mais, Sra. Secretária. É não só um problema que existe, mas um problema que se está a agravar muito e que nos próximos tempos, podemos entrar em 3, 4 meses em cenários verdadeiramente catastróficos na RAA, por uma razão muito simples: aquelas que são as reservas das famílias estão gastas, aquelas que eram também algumas das questões mais relevantes do ponto de vista estrutural, nomeadamente em relação à criação de emprego, também estão a agravar-se.

Portanto, nos próximos tempos o problema de pobreza, o problema do desequilíbrio social na RAA vai agravar-se muito.

Mais do que isso, muitas vezes nós refugiamo-nos nos manuais e em observar valores do desemprego, valores dos apoios do RSI, que são de facto neste momento afetados em relação a esta questão, mas aqui o que interessa perceber é também o que a população está a vivenciar. Basta andar nas ruas dos nossos Açores. Basta andar de ilha em ilha.

Tive oportunidade de me deslocar a muitas ilhas da nossa RAA e o que percebemos é o seguinte:

Lembram-se de gente a pedir nas ruas na nossa região?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sempre houve!

O Orador: Eu não me lembro.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Não estava cá!

O Orador: Eu não me lembro dessa situação nos últimos 20 anos e estava cá.

Nós temos de facto essa situação.

É tudo culpa do Governo?

É evidente que não é. Temos realmente um contexto social difícil.

Não é totalmente culpa do Governo.

Agora a pior coisa que se pode fazer é olhar para o lado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ninguém está a olhar para o lado!

O Orador: Quando se diz que a pobreza não está a aumentar nos Açores isto é uma tesourinha deprimente. Desculpem, a tesourinha deprimente deste debate é dizer que a pobreza não está a aumentar nos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ninguém disse isso!

O Orador: A verdade é esta. Isto é um problema real.

Os senhores sabem que, por exemplo na Ilha de S. Miguel, estes problemas começam a ter um impacto muito real. Muitas vezes fala-se da Ilha de S. Miguel como uma ilha que é beneficiada em todos os sectores, mas esta ilha tem grandes diferenças sociais, tem uma estrutura social muito desequilibrada e há muita gente a pedir nas ruas, neste momento.

Os senhores dizem: são casos pontuais! São, mas não existiam. Nos últimos 20 anos não os víamos. É um problema que está a crescer todos os dias.

Por isso é que o PPM provocou esta interpelação parlamentar, porque considera que este é um problema grave e que tem uma tendência muito grande. Só não vê quem não quer ver, mas não vale a pena refugiarmo-nos no eleitoralismo em relação a esta questão, porque esta questão vai aparecer aos nossos olhos, nos próximos meses.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sr. Deputado, já sabemos isso!

O Orador: O que é que há a fazer?

Na minha perspectiva o que há a fazer é enfrentar este problema e dizer: este problema existe! Nós temos feito, esta, esta e esta política, mas é necessário fazer mais.

Deputado José San-Bento (PS): A Sra. Secretária já disse isso!

O Orador: É necessário ter um plano de emergência para enfrentar esta questão. É o que eu acho. Nós temos que ter um plano de emergência para enfrentar esta questão e temos que desistir de investimentos megalómanos que estão previstos no nosso Orçamento.

Temos uma situação de urgência social e é necessário redirecionar as potencialidades, a capacidade orçamental que nós temos para aquilo que é realmente necessário.

O que é necessário e o que é de capital importância é apoiar as pessoas e durante estes dois anos que temos de uma crise social profunda, o que temos que fazer, é apoiar e redirecionar o esforço, o essencial do esforço orçamental dos nossos recursos, que não são muitos, e centrar esses recursos naquilo que é essencial.

O que é essencial e o que deveríamos tentar convergir, em termos do ponto de vista político (e é muito importante, porque mesmo em ano eleitoral é essencial que todos tenham responsabilidade de convergir naquilo que é essencial) é na proteção das populações e é reconhecer que estamos numa situação grave que nos próximos meses irá agravar-se muitíssimo, muitíssimo no nosso País e na nossa Região. Não tenham dúvidas em relação a esta questão, por isso é que eu considero que este debate era um debate premente.

Não sou o primeiro a referi-lo. Muitos outros partidos e muitos outros Deputados nesta casa já o referenciaram.

É preciso reconhecer que, dadas as circunstâncias económicas, dadas as decisões que têm sido tomadas e dado o ambiente de recessão que se vive na nossa economia, é preciso chegar à conclusão que temos o caldo de cultura criado para que a situação venha a ser verdadeiramente explosiva no próximo ano.

Não estou a ser o profeta da desgraça. Penso que todos temos os elementos que nos indicam que a situação tem esta gravidade.

Dizer-vos também e aproveito esta oportunidade para referenciar uma questão muito específica em relação ao RSI.

Considero que o RSI é um mecanismo essencial e nos dias que correm é ainda mais essencial.

O que é preciso dizer é que neste momento um número significativo de pessoas estão a sair do RSI, estão a ser notificadas, sem praticamente direito a resposta no processo de exclusão do RSI que estão a receber.

Penso que neste momento existe uma burocracia fria, uma burocracia que está a agir de uma forma absolutamente deplorável em relação aos beneficiários do RSI.

Deputado José San-Bento (PS): Isto de ser da direita tem os seus custos! Eu bem que o avisei!

O Orador: Conheço vários casos de pessoas a quem, pura e simplesmente, depois de terem efetuado um recurso junto das entidades competentes, nem sequer ao longo de 4, 5, 6 meses tiveram direito a resposta por escrito.

Isto é uma questão preocupante, uma questão que nós temos que resolver.

Deixo esta denúncia aqui. É necessário que ao menos às pessoas, quando protestam, quando reclamam, se lhes dê uma resposta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Exatamente! Do Governo da República!

O Orador: Que se lhes diga por que é que retiram estes apoios, ou em que medida é que aquela situação se vai manter.

Também aqui temos muito a fazer e temos, sobretudo, além de preservar o equilíbrio destas famílias, que preservar a sua dignidade.

As pessoas têm direito a uma resposta! Pelo amor de Deus! Respondam-lhes e digam-lhes: retirámos estes apoios por isto ou por aquilo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga isso aos seus parceiros de lá!

Deputado João Costa (PSD): Nós é que temos que responder?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é nacional! Os senhores é que têm que resolver!

Deputado João Costa (PSD): Os pobres chegaram em junho ou julho, quando o Governo da República tomou posse!

O Orador: As pessoas reclamam e passados 2, 3 meses não têm direito a uma resposta. Não têm direito à dignidade, não têm direito ao exercício de cidadania. Penso que esta é uma matéria que temos que ultrapassar e temos que devolver a dignidade às pessoas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O tempo do Sócrates já acabou!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por refutar, em absoluto, as acusações de que o Grupo Parlamentar do PS e o Governo estão despreocupados, estão a olhar para o lado, estão desatentos aos problemas, às situações reais, com as quais se debatem as famílias açorianas.

Na minha primeira intervenção fiz referência à intervenção do Sr. Presidente do Governo, aquando da análise do Plano e Orçamento para 2012, mas perante a insistência na acusação de despreocupação e de não reconhecimento dos problemas, vejo-me na obrigação de citar essa intervenção.

O Sr. Presidente do Governo reconhecia as necessidades mais prementes da Região, como sendo as necessidades do emprego das nossas famílias e das nossas empresas.

Definiu um pacote de medidas para 2012.

Deputado João Costa (PSD): Isso é para ali!

A Oradora: Percebo que o senhor não queira ouvir, mas se ficar aí sentado vai ter que ouvir.

- A criação do programa de valorização do emprego destinado a empresas em risco dos setores diretamente mais afetados pelas dificuldades, associadas à falta de liquidez, empresas essas que poderão aceder a um empréstimo

reembolsável sem juros pelo período de seis anos e com três anos de carência de amortização de capital, calculado em função do número de trabalhadores que tenham e mantenham no seu quadro permanente de pessoal, permitindo-lhes simultaneamente regularizar a sua situação com o fisco e com a segurança social;

- A prorrogação da linha de crédito Açores Investe II, que nos últimos meses já assegurou a disponibilização de crédito, a mais de 300 empresas;

- Uma nova linha de crédito com financiamento até 20 milhões de euros, destinada a apoiar em geral as empresas no pagamento das suas dívidas a outras empresas regionais, ao fisco e à segurança social;

- Outra nova linha de apoio à reestruturação da dívida bancária das empresas dos Açores, mas associando a esse apoio a obrigatoriedade da banca assegurar um financiamento adicional que corresponde a um montante mínimo ou a uma percentagem de financiamento concedido:

- Mais uma linha de crédito, neste caso a curto prazo, com bonificação de juros destinado essencialmente às empresas de construção civil e de comércio, visando o financiamento intercalar para a aquisição de matérias-primas subsidiárias ou equipamentos para concretização de contratos já firmados.

Por outro lado a renovação ou alteração do sistema de incentivos às empresas que estabelece condições verdadeiramente excepcionais, no fomento do apoio ao investimento.

Se isto não é reconhecer que as empresas precisam de ser apoiadas para manter o nível de investimento, para manter o nível de emprego; se isto não é encontrar medidas excepcionais para fazer face a uma situação excepcional, eu não sei o que é que será.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: Mais adiante na sua intervenção o Sr. Presidente do Governo afirmava: “é hora de reforçar ainda mais o apoio às famílias:

- ajudar diretamente as famílias que se encontrem não só em situação de insuficiência habitacional, como nos casos de carência económica ou de sobreendividamento, de modo a honrarem os seus compromissos, as suas

rendas e amortizações, para ajudar a pagar a educação dos filhos e a cuidarem dos seus idosos”.

Se isto não é um contributo para minimizar a pobreza, os efeitos da pobreza e a exclusão social, os Srs. Deputados farão o favor de dizer o que é.

“Manteremos em 2012 o salário mínimo regional superior em 5%;

Deputado João Costa (PSD): Pouco!

A Oradora: Eu também acho pouco Sr. Deputado, mas pelo menos tenhamos a honestidade de reconhecer que não cortámos benefícios, mantivemos e reforçámos benefícios.

Deputado João Costa (PSD): Esse diferencial nem sequer é opção vossa!

A Oradora: “- o Complemento de Pensão, será aumentado em 10%;

- as taxas moderadoras não serão alargadas a outros cuidados de saúde como está previsto a nível nacional;

- a remuneração complementar para os funcionários públicos com ordenados mais baixos, crescerá 3,5%, acima do valor da inflação;

- a remuneração compensatória continuará em vigor;

- o complemento açoriano aos abonos de família não é eliminado, é reforçado;

- procederemos à atribuição gradual aos filhos das famílias carenciadas de manuais escolares, (aqui também já referenciada numa iniciativa recente do CDS/PP), e outros materiais;

- intensificaremos a ação social escolar nos transportes e nas refeições;

- não aumentaremos no próximo ano os valores a pagar nos serviços de apoio às famílias, nomeadamente apoio ao domicílio, creches, jardins de infância e ateliers de tempos livres e aumentaremos em 10% o apoio aos doentes deslocados;

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Os grupos, alvo, mais abrangidos pelos fenómenos da pobreza e da exclusão social, estão contemplados neste plano para 2012”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: O Sr. Deputado Bruto da Costa há bocadinho dizia em falar a verdade.

Efetivamente é importante falar a verdade, mas às vezes é tão importante o que não se diz, quanto o que se diz.

O Sr. Deputado numa intervenção de 2009, dizia, por exemplo, que dos beneficiários do RSI que abandonaram a prestação, que deixaram de receber a prestação, 20% regressaram ao apoio. Por que será que o senhor não referiu que 80% conseguiu viver sem regressar ao apoio?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mais abaixo o Sr. Deputado dizia: “verificamos que cerca de 30% do total dos beneficiários, trabalham”.

Deputado João Costa (PSD): Lembra-se da resposta que dei ao Sr. Secretário Contente?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A gente não se lembra!

Deputado João Costa (PSD): Então eu vou lembrar!

A Oradora: Pouco interessa para o Sr. Deputado. Por que é que os outros não trabalham? Que idades têm?

Acabei de referir na minha primeira intervenção que o Grupo Parlamentar e o Governo tiveram a preocupação de ir precisamente verificar e o senhor como participante, como elemento da Comissão Eventual que analisou a evolução do RSI na Região, sabe isso.

Houve essa preocupação de perceber quem não trabalha, quais são as características de quem não trabalha e a Sra. Secretária já falou aqui, há bocadinho, designadamente no reforço das competências desta margem deste grupo de beneficiários do RSI, que tem uma empregabilidade praticamente nula.

São pessoas com uma escolaridade reduzidíssima, sem competências profissionais e às vezes com algumas dificuldades também ao nível das competências pessoais e sociais.

O Sr. Deputado quando fala da percentagem de beneficiários do RSI nos Açores, comparado com a população residente, não se preocupa em verificar em que concelhos é que existe uma maior percentagem.

Se o senhor for fazer essa análise, se calhar vai perceber que não foi por acaso que o Projeto FIOS teve a sua versão experimental no concelho da Ribeira Grande. Se calhar foi precisamente porque é um dos concelhos com maior índice de beneficiários do RSI, face à população residente. Mas se calhar esta análise não lhe interessa.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem um minuto e meio. Faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só queria fazer aqui um pontozinho de ordem e gostaria de perguntar ao Sr. Deputado João Bruto da Costa, qual é a diferença, para além da evidente diferença de género, entre o candidato e a candidata, ou seja, entre o candidato do PS e a candidata do PSD?

Vamos lá ver, para ver se o senhor consegue explicar-me qual é a sua mais-valia.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): A diferença é quantitativa!

O Orador: Se o candidato quer um porto, a candidata quer um porto; se o candidato quer uma escola a candidato quer uma escola; se o candidato quer um museu, a candidata também quer um museu.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Isso não é assim!

O Orador: Portanto, vamos lá ver se a gente se entende. O que é que os senhores querem e qual é o modelo de desenvolvimento e quais são as propostas inovadoras da candidata. Um mercado interno que outros já propuseram no passado e já o defenderam aqui? É a diversificação agrícola, que outros já propuseram aqui verbas, e agora a candidata descobriu?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Isso já se sabe há muito tempo!

O Orador: Portanto, vamos ver qual é a alternativa. Se a alternativa é copiar aquilo que os outros já disseram e propuseram, não é alternativa!

O Sr. Deputado João Bruto da Costa vai explicar-me qual é a diferença de propositura entre o candidato e a candidata, para ver se a gente se entende e se percebe.

O que tem que se fazer de uma vez por todas não é:

É preciso passagens aéreas mais baratas! Mais baratas.

No Pico mais uma escola! Mais uma escola.

Mais um porto! Mais um porto.

Isto não pode ser e vamos denunciar isso todos os dias.

De campanha eleitoral, e até usando os seus cargos públicos, até aí não há diferença.

Portanto, vamos lá ver se nos entendemos aqui nessa matéria e vamos todos entender-nos aqui. Vamos todos combater com as mesmas armas, com a mesma frontalidade e com a mesma seriedade, Sr. Deputado.

Demagogia já estamos os dois a perceber de que lado é que vem, sem propositura, sem inovação e sem efetivamente ser alternativa.

Vou deixar uma frase para terminar, dum relatório sobre a pobreza, que não foi feito por mim, é da Universidade dos Açores que diz o seguinte: “com efeito mais do que subsidiopendência, penso que se deverá falar nos Açores de governopendência”.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para trazer ao debate uma circunstância que me parece importantíssima. Qual é a Região da Europa ou do País que está a aumentar prestações sociais ou a reforçar? Os Açores. Que eu saiba não conheço mais nenhuma.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Se estamos a fazer isso é porque reconhecemos que a situação financeira internacional, ao degradar-se nestes últimos dois anos, naturalmente

que os que ficam sem emprego, que as famílias que perdem rendimentos têm dificuldades.

Foi por isso que o governo acionou um fundo aqui apresentado e votado pelos Srs. Deputados já em 2011 e agora em 2012, o Fundo de Compensação Social que tem medidas e já está regulamentado, exatamente para apoiar as famílias...

Deputado João Costa (PSD): Já publicou? Já está regulamentado?

A Sra. Secretária importa-se de fornecer a portaria?

A Oradora: Sr. Deputado não tenho que fornecer portaria nenhuma. Consulte o Jornal Oficial, porque o despacho está publicado.

Deputado João Costa (PSD): Ah está?

A Oradora: Ponto final, parágrafo e agradeço que não me interrompa para acabar o meu raciocínio.

Queria dizer exatamente isto: nós reforçámos todos os mecanismos de apoio social que tínhamos disponíveis para apoiar as famílias e as pessoas que perderam o seu emprego, sobretudo por efeitos daquilo que é a chegada de menos rendimentos às famílias: perder o subsídio de natal, perder o subsídio de férias...

Deputado João Costa (PSD): Por decisão de?

A Oradora: Por decisão do Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Menos!

Deputado João Costa (PSD): Já ouviu falar em troika?

A Oradora: ... por pagar mais impostos.

Todas estas medidas vêm degradar a situação social nos Açores. Nós não somos extraterrestres.

Portanto, se estamos a compensar essas famílias, se temos mecanismos disponíveis para apoiar essas famílias e essas pessoas que perderam emprego e se, para aqueles que são menos qualificados, estamos a dar-lhes formação fazendo um esforço sem precedente com o Pró-Emprego para os formar, para os preparar, para quando a situação económica do País, da Europa e da Região melhorar, eles poderem ter melhores empregos, se isso não são políticas ativas

boas e amigas das pessoas, diga-me Sr. Deputado, qual é o programa que queria implementar.

Nesta discussão já ouvi muitas coisas, mas falar verdade, apresentar medidas sérias e concretas...

O Fundo de Emergência. Nós temos o Fundo de Compensação Social. O que é o Fundo de Compensação Social se não um fundo de apoio de apoio às nossas famílias e às pessoas que estão em emergência social?

Estamos aqui a brincar?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Temos que dizer a verdade, Sr. Deputado. Temos esse fundo, temos uma unidade de acompanhamento às famílias endividadas que recebe as pessoas, que as acompanha, que as ajuda a renegociar as dívidas com o banco. O senhor viu alguma medida dessas a nível nacional? Os Srs. Deputados viram? Não. O que nós temos visto e assistido é à redução sistemática dos apoios sociais às famílias.

É por isso que nós estamos a viver esta situação.

O Governo dos Açores, pelo contrário, reforça essas medidas, apoia as famílias e está aqui como se fosse o primeiro dia para continuar a trabalhar para apoiar as nossas famílias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para meu esclarecimento, confirmar ao Sr. Deputado Artur Lima que o candidato e a candidata de que há pouco o Sr. Deputado falava são candidatos a esta casa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! Não!

A Oradora: São candidatos a deputados da Assembleia Legislativa dos Açores. Não são candidatos a mais coisa nenhuma.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Era só esse esclarecimento que eu gostaria de fazer, clarificar e confirmar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Apoiado!

A Oradora: Agora que nos estamos a aproximar do fim, até por imposição regimental, do debate sobre a pobreza e as igualdades de oportunidades na nossa região, eu queria lamentar que tivéssemos de facto todos feito nesta casa o debate que interessa num período de pré-campanha eleitoral, mas não propriamente o debate que importaria fazer quando falamos de pobreza. Vou explicar porquê.

Nós podemos sempre dizer e efetivar o Governo de que as medidas de apoio de combate à pobreza não chegam. Exigir mais, dizer-lhe que aquilo que está a fazer não é eficaz, não tem respostas, não cumpre os seus objetivos... É sempre possível fazê-lo, porque é sempre possível fazer mais e melhor.

Mas há uma coisa que nós não fizemos neste debate, que passou ao lado e que na minha intervenção, na intervenção do BE, nós tentámos de alguma maneira deitar alguma acha para a fogueira, mas também passou ao lado, porque como disse, em período de pré-campanha eleitoral, são outras as questões que importam, que é tentarmos aqui nesta casa debater, quais são as causas profundas da pobreza estrutural nos Açores.

Nós pusemos duas em cima da mesa: a desigualdade na redistribuição da riqueza e o modelo económico que assenta em baixos salários.

Poderíamos ir mais longe. Os baixos salários são uma pescadinha de rabo na boca, porque os baixos salários desmotivam a qualificação, a escolaridade, a aquisição de novas competências e até o abandono escolar.

Portanto, em termos pessoais lamento, que a oportunidade que tivemos nas mãos de discutir as causas profundas desta pobreza estrutural nos Açores, tenham passado ao lado do nosso debate.

Também não posso deixar de fazer referência, de registar e de me comover com a preocupação de algumas bancadas parlamentares com a pobreza nesta Região, mas depois defendem a nível nacional exatamente o tipo de políticas que aqui nesta Região só agudizam e só aumentam a pobreza que já existe.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, como disse o Sr. Deputado Artur Lima há pouco, a campanha eleitoral já começou.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila)** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito breve que gostaria de colocar ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Na sua abordagem à questão e à problemática do desemprego, considerou que, em relação a esta matéria, nos Açores, não tem sido feito tudo, mas tudo o que está ao nosso alcance, no âmbito das nossas competências e dos nossos recursos, para minimizar o efeito desta conjuntura internacional que diz respeito e que afeta toda a Europa.

Então pergunto, Sr. Deputado: o Sr. Deputado tem a solução que mais ninguém conseguiu encontrar? Como justifica e como explica que ainda recentemente a OCDE anunciou que a taxa de desemprego em Portugal vai continuar a crescer nos próximos dois anos ...

Deputado Artur Lima (PSD): Vai, sim senhor!

O Orador: ... atingindo um máximo histórico, repito, um máximo histórico de 14,2% em 2013, ...

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que tem a receita!

O senhor é que disse que ia descer para o ano!

O Orador: ... ou seja, dois anos e meio depois do Governo cujo vosso partido lidera estar em ação?

Sr. Deputado João Bruto da Costa, vamos ser concretos: como é que o Sr. Deputado justifica que passados dois anos e meio de o seu Governo, liderado pelo PSD, estar em funções a nível nacional, a taxa de desemprego em Portugal irá atingir o seu máximo histórico de 14,2% e iremos no próximo ano ter a maior recessão económica da história do País com o decréscimo da nossa produção e do nosso rendimento de 3,2%?

Os senhores têm um discurso aqui e uma prática completamente diferente.

A culpa, digo-lhe, não é do vosso Governo.

É a mesma argumentação e a mesma coerência que justifica um enquadramento conjuntural internacional extremamente adverso e difícil que faz com que, apesar das vossas medidas, não consigam ir mais além de que atingir o máximo da taxa de desemprego no País.

Dois anos e meio depois dos senhores estarem no Governo, aquilo que os portugueses irão ter é a maior taxa de desemprego até hoje registada no país, de acordo com as instituições internacionais.

Pense nessa realidade, pense nesta conjuntura, antes de abordar nesta casa a situação do desemprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

O PSD tem um minuto e meio.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-presidente permita-me que lhe faça o desafio:

O senhor é que tem que pensar. O senhor é que disse que o desemprego ia baixar este ano!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Em 2012!

O Orador: Foi o senhor que disse que o desemprego nos Açores ia baixar no ano de 2012. O senhor é muito expedito em falar do desemprego e da maior taxa de sempre de desemprego em Portugal.

Bem sabemos onde é que está a origem da situação que o país vive atualmente, mas não é capaz de ter uma palavra e de assumir uma responsabilidade, enquanto Vice-Presidente do Governo, para falar do problema, que é a maior taxa de desemprego de sempre, que vivem atualmente os açorianos. Cada dia há mais desempregados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Daqui a 2 anos!

Deputado Francisco César (PS): Na Alemanha não é o Sócrates!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Muito brevemente para me referir à questão dos beneficiários que saem e que voltam ao RSI.

Eram 20% os que voltavam, não era Sra. Deputada Nélia Amaral?

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor é que sabe! O senhor é que disse!

O Orador: Não, foi a senhora que disse.

Deputada Nélia Amaral (PS): Eu li a sua intervenção!

O Orador: Pois, estava no relatório da comissão nacional. Como pode ver, na citação que fez, cito o relatório da comissão nacional do RSI. Foram 20% os que regressaram. No primeiro semestre de 2011 foram 27%. Sabe qual é o maior problema da análise desses números?

O maior problema é que supostamente aqueles que não regressam, abandonam a fileira da pobreza extrema, abandonam o número daqueles que se encontram em pobreza extrema.

O problema é que isso não invalida que continue a aumentar, como tem aumentado nos últimos meses, o número de beneficiários do RSI, ou seja, tal como respondi na altura ao Sr. Secretário, José Contente, respondo-lhe a si agora: o problema é que os senhores estão a criar novos pobres nos Açores. Deviam estar preocupados com esses e não com aqueles que deixaram.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para, em nome do PS, encerrarmos este debate.

Gostava de começar por reafirmar que sabemos bem que os Açores vivem um momento difícil, em que muitos açorianos e muitas famílias vivem dificuldades. Sabemos isso, sentimos isso, conhecemos esta realidade.

É por isto que este debate, de certa forma, e tendo sido colocado como objetivo pela parte do seu proponente um debate que visava unir consciências e vontades, acabou sendo um debate atípico.

Este debate só serviu para confirmar que somos um Governo inconformado, atento à situação e que está a aplicar um conjunto de medidas para superar as dificuldades.

Também revelou que as oposições, não sendo todas iguais, é certo, uniram as mãos neste debate para atirar pedras ao Governo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como assim, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aqui ninguém tem pedras!

O Governo é que parece que tem muitas pedras por aí: primeira pedra, segunda pedra!

O Orador: Se nos culpam de tudo o que está mal nos Açores, reivindicamos o mérito de tudo o que está bem na nossa Região. Isso também tem que ser dito.

É verdade que existem alguns indicadores complicados. É verdade que existem algumas estatísticas que se têm degradado, mas mesmo assim, se formos justos e coerentes na comparação, percebemos que os Açores estão melhor do que outras Regiões nas coisas boas e sobretudo nas coisas más: menor desemprego que no continente, muito menor desemprego que na Madeira e metade do

desemprego, Sr. Deputado Paulo Estêvão, do que a outra região ultraperiférica da outra monarquia espanhola.

É bom que mantenhamos isso e quando se fala aqui de indicadores, tenho aqui alguns recortes sobre as medidas de agravamento social e de austeridade do Governo da República. Quase metade dos novos cortes, até 2013, ...

Deputado João Costa (PSD): Não se esqueça de citar o acordo da troika!

O Orador: ...vêm dos apoios sociais; a recessão vai destruir 89. 000 postos de trabalho; meio milhão está sem rede de apoio social; os alunos podem ficar sem refeição na escola; a austeridade obriga a trabalhar depois da idade da reforma.

Deputado João Costa (PSD): Por culpa dos últimos 6 meses!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os culpados são...

O Orador: Srs. Deputados da oposição, sobretudo do PSD e do PP:

Com um Governo destes, como é que é possível criticar o Governo e censurar a atitude da Sra. Secretária da Solidariedade?

Há indicadores que pioraram. Há indicadores sociais e económicos que pioraram, mas pioraram não pelo Governo ser incompetente, mas apesar do Governo ser competente, que é uma coisa muito diferente.

Quando se fala aqui de um Governo que está desatento, que é preciso um plano, Sr. Deputado Paulo Estêvão, percebo muito bem, o senhor quer é paralisar a ação do Governo em ano de campanha eleitoral para nos pormos todos aqui a discutir planos de combate à pobreza. Esses planos já existem.

Em 2011, tivemos 7 milhões de euros num Fundo de Emergência Social, cuja dotação para este ano passou para 12 milhões de euros.

Esta é a prova, como disse o Governo, e muito bem, que não estamos parados, estamos a agir, estamos a vencer os desafios e estamos a superar as dificuldades.

Permitam-me por isso que faça também uma abordagem às questões dos indicadores.

O PSD utiliza alguns indicadores sociais só para criticar, só para censurar o Governo.

Srs. Deputados, é bom que se diga: há aumento de beneficiários do RSI, há um conjunto de aumentos de prestações sociais, mas isso significa que tínhamos razão quando defendemos a implementação dessas medidas e os senhores não tinham razão quando estiveram contra e quando as chumbaram.

Agora, num momento de dificuldade, os desestabilizadores sociais estão a minorar a gravidade e as dificuldades de muitas e muitas famílias por esses Açores fora.

Deputado João Costa (PSD): A primeira coisa é que isso não é verdade!

É engraçado, mas não é verdade!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, permitam-me, para terminar, que faça uma referência especial ao PSD.

Sr. Deputado Duarte Freitas, é chocante o vosso indisfarçável regozijo do quanto pior, melhor.

Os senhores não têm propostas, não têm ideias, não têm alternativas.

O que é que o PSD propôs neste debate? Zero!

O PSD sonha em ser salvo pela crise, mas não vai ter razão porque nós vamos superar as dificuldades.

Não se esqueçam Srs. Deputados, sobretudo o Sr. Deputado Duarte Freitas, a quem agradeço a atenção com que segue a minha intervenção, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não tenho tempo para lhe responder!

O Orador: ... que é nos momentos de crise que os políticos melhor são avaliados. Este debate prova nesta lógica de avaliação que o PSD não está à altura da situação. O PSD não está à altura dos desafios.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

O Orador: Os senhores têm legitimidade para criticar, mas também têm obrigação de apresentar propostas e não fizeram isso mais uma vez aqui neste Parlamento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nós temos profissão!

Deputado João Costa (PSD): Nem todos têm profissão! Nós temos!

O Orador: Termino agora, Sr. Presidente, recordando as sábias palavras de um grande historiador inglês recentemente falecido, uma pessoa que me influenciou muito em termos intelectuais e em termos de sensibilidade, sobretudo quando ele chama a atenção que ao longo da história da humanidade só houve progresso quando se confrontaram, pelo menos, duas visões alternativas, dois projetos distintos, dois caminhos diferentes.

Este é ano eleitoral.

No início de 2012, este debate também prova que o percurso que os Açores têm que fazer de progresso e de confronto de ideias diferentes, de caminhos diferentes, de projetos alternativos, é um projeto que vai ter que passar outra vez pelo PS.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Queria mesmo para terminar fazer uma referência e um encorajamento especial, uma vez que isso foi referenciado neste debate, ao Dr. Vasco Cordeiro, pela forma como tem conduzido a sua campanha de esclarecimento aos açorianos, que é diferente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Campanha eleitoral!

O Orador: Pela abertura que está a suscitar na sociedade açoriana.

Quando uma oposição não faz o seu trabalho, compete ao PS abrir-se à sociedade, convidar pessoas diferentes, com sensibilidades diferentes, com opiniões alternativas para gerar esse confronto de caminhos diferentes, de ideias alternativas, para nós podermos continuar a cimentar o progresso na nossa Região.

Os senhores não estiveram à altura do debate, mais uma vez.

Os senhores provaram que no fundo os açorianos, infelizmente não podem começar a contar convosco.

Deputado Jorge Macedo (PSD): 16 anos!

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: Mais uma vez, nós aqui estaremos e voltaremos a vencer. Os Açores podem contar connosco.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Defesa da honra.

Presidente: É capaz de concretizar melhor?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Porque foi referido, por parte do Sr. Deputado, que esta bancada não estava à altura desta discussão.

Presidente: Vou dar-lhe três minutos, Sr. Deputado.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou responder diretamente ao Sr. Deputado José San-Bento, que me citou por duas vezes, mesmo sabendo que a bancada do PSD não tinha tempo para responder.

Deputado Rogério Veiros (PS): Se não vai responder, como é que vai fazer um protesto?

O Orador: Acho que não foi a forma mais leal de terminar este debate.

Pedi a defesa da honra desta bancada para dizer que nós assumimos aqui, com a nossa dignidade, com as nossas capacidades, aquilo que são as posições do PSD e da bancada do PSD.

Fizemos este debate tentando colocar no devido tom a preocupação que temos com os açorianos que passam por enormes dificuldades.

Foi entendido pela bancada do PS acabar esta discussão, que é tão dramática para tantos açorianos, num aspeto e num tom comicieiro.

Não nos revemos neste tom comicieiro quando se trata de matérias tão importantes, de pessoas que vão para o desemprego, todos os dias nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Está a fazer uma intervenção que não quis fazer ao longo do debate!

O Orador: Isto é demasiado importante para se fazer disto pequenos comícios neste plenário.

Temos que manter aqui a dignidade e ter a atenção que estas pessoas nos merecem e tentar contribuir com as nossas reflexões, com as nossas propostas, para resolver o problema.

De facto, quem tem a responsabilidade pela situação a que chegámos não é o PSD. Quem vai ter a responsabilidade primeira de resolver a situação para os próximos 7, 8 meses, também não é o PSD, é o PS.

Quanto ao futuro, quem vai ter a responsabilidade a partir de outubro, os açorianos é que vão dizer, em função das propostas que com toda a tranquilidade já temos vindo a apresentar, estamos a apresentar e iremos apresentar.

Para já e até lá, a responsabilidade do que se chegou até aqui e daquilo que se vai passar até outubro é dos senhores e é preciso dizê-lo com toda a serenidade, mas também com toda a crueza que a realidade impõe.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem 3 minutos.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lamento o facto do Sr. Deputado Duarte Freitas não apreciar o meu registo. Cada um tem o seu estilo, eu tenho o meu. Até não desgosto do seu. O senhor não gosta do meu, enfim, viverei com isso.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Gosto, mas não foi desta vez!

O Orador: O senhor fez, apesar de tudo, aqui uma encenação para tentar salvar a honra do convento.

Permita-me, Sr. Deputado, dizer-lhe que o senhor chegou muito tarde a este debate.

O senhor fez aqui um triplo salto mortal para trás com aterragem parafuso, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): E caí em pé!

O Orador: ... tentando recompor as coisas, mas já vem tarde, a sentença já está dada Sr. Deputado.

É óbvio que o senhor não fez uma defesa da honra, porque eu não atingi a honra da sua bancada.

Fiz um juízo político, fundamentei esse juízo e portanto isso para mim é absolutamente claro.

Portanto eu queria que ficasse com esta pequena reflexão.

O senhor pergunte a si próprio: um açoriano (houve vários!) que tenha assistido a este debate, o que é que reteve de propositura, de propostas, de soluções da parte da sua bancada? Zero! Nenhuma!

Isto é preocupante Sr. Deputado e o senhor devia refletir sobre isso.

Há um ditado muito interessante que diz que hoje o mundo é excessivamente complexo para qualquer solução simplista.

O comportamento do PSD em diversos debates começa a sedimentar uma outra conclusão, é que o PSD parece ser demasiadamente simplista para qualquer solução complexa.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado José San-Bento, a ida à Madeira fez-lhe bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, para encerrar o debate na parte que lhe diz respeito.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da minha parte ainda tenho 8 minutos, mas vou sintetizar (não mais que 3, 4 minutos) este debate.

Primeira nota, para referenciar a intervenção do Sr. Deputado San-Bento que é uma intervenção fora do tom, obviamente.

Estamos aqui a discutir uma questão sobre a pobreza. É uma questão que afeta a vida de muitos açorianos e o Sr. Deputado San-Bento veio aqui fazer um comício.

Deixe-me que lhe diga isto: os tempos não estão para comícios, Sr. Deputado San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado dispenso as suas lições!

O Orador: Em segundo lugar quero dizer-vos uma coisa.

Na minha intervenção inicial apresentei dez propostas. Dez propostas, concretas, para podermos melhorar esta situação.

Num momento em que muitos querem fechar as freguesias nos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Por isso é que há pobres!

O Orador: O CDS/PP discorda desta posição, mas o PPM defende esta posição.

... o PPM o que propõe é que se reforce o papel das freguesias, enquanto primeiro patamar de combate à desigualdade, de combate à pobreza. Esta é uma diferença significativa.

Deputado Francisco César (PS): Diferença para quem?

O Orador: É uma proposta concreta que aqui tive oportunidade de apresentar.

Há outra questão que vos quero falar, ou seja, de um plano de emergência, porque a questão é urgente, muito grave e todos os indícios nos apontam que a situação será verdadeiramente explosiva daqui a 4-5 meses, com situações de pobreza extrema que afetam a dignidade de todos aqueles que têm o dever de aqui, no Parlamento dos Açores, defender a dignidade das pessoas, de defender a sua posição.

O PPM teve oportunidade de apresentar aqui esta iniciativa, de vos convocar para este plano de emergência que é necessário elaborar.

Deputado José San-Bento (PS): O que é isso que o senhor está a fazer aí?

Isso é que é um comício!

O Orador: Considero que não foi tempo perdido este debate, porque a Sra. Secretária Ana Paula Marques entrou neste debate a dizer que a pobreza não estava a crescer nos Açores e sai deste debate a dizer que a pobreza está a

aumentar, porque existe uma série de fatores nacionais, internacionais e também regionais que estão a fazer com que esteja a aumentar e que a situação se esteja a degradar gradualmente.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado está a fazer um comício!

O Orador: Nesse sentido é muito positivo, porque o Governo influiu aquela que foi a sua posição inicial.

O Governo começou por reconhecer que a pobreza aqui não estava a crescer e acaba neste debate por reconhecer que de facto temos um problema grave.

Uma outra questão que considero que é fundamental, e que foi aqui referenciada pela Sra. Deputada do BE, tem a ver com a discussão das causas.

Acho que em Portugal perde-se muito tempo a discutir as causas.

As causas da pobreza, todos nós já as referenciámos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está enganado Sr. Deputado!

V. Exa. sobre isso disse nada!

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu não ouvi nada!

O Orador: É um diagnóstico que já foi feito.

Podemos discordar da terapêutica, mas o diagnóstico está feito.

Estou farto de políticas e de políticos que levam o tempo todo a dizer que isto está mal e isto está mal por isto. Prefiro dizer: isto está mal e apresentar soluções para resolver o problema.

É esse o tipo de políticos que os açorianos querem, não os políticos que se perdem nas causas. Querem políticos que apontam soluções, que atacam o problema e que implementam as soluções.

Deputada Zuraída Soares (BE): E soluções? Não implementam nada! Por isso estamos como estamos!

O Orador: Por isso, considero que, face à emergência social em que estamos, não estamos no tempo de estudar as causas.

Não me falem em mais relatórios, nem em mais implantes de estudo. Não é preciso. O que é necessário é andar nas ruas dos Açores, junto das famílias e dos açorianos e verificar que temos um grande problema entre mãos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quanto ganha por mês, Sr. Deputado?

O Orador: Não vamos perder mais tempo a estudar as causas. Vamos ganhar tempo a implementar as soluções.

Isso é que é necessário e foi essa a proposta que aqui trouxemos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Estranhíssimo!

O Orador: Termino, Sr. Presidente, referenciando o seguinte: da parte do PPM reitero a nossa total disponibilidade, junto do governo e de todas as outras forças políticas, para considerar que estamos perante uma situação urgente, uma situação que se vai degradar muitíssimo e estamos disponíveis para nos sentarmos juntamente com as outras forças políticas e encontrar uma solução de conjunta...

Deputada Zuraída Soares (BE): Sabendo as causas!

O Orador: ... uma solução coletiva para resolver este problema.

Todos queremos atacar o problema. Todos queremos atacar a pobreza. Mesmo em ano eleitoral, eu não estou aqui numa postura de comício.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS, CDS e BE: Nãoooo!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que ideia!

O Orador: Não, não estou.

É evidente que temos que nos sentar todos, separar as nossas diferenças e concentramo-nos naquilo que é essencial e o que é essencial é servir os açorianos. O que é essencial é amenizar o problema da pobreza, o que é essencial é encontrar soluções.

Deputada João Costa (PSD): O essencial para o Deputado José San-Bento é a campanha eleitoral do Governo!

O Orador: Por isso a nossa postura que reiterarei no início deste debate, volto a afirmar: o PPM está disponível para se sentar junto de todas as outras forças políticas para encontrar soluções e não nos interessa quem é que tem o mérito, interessa-nos é que os açorianos tenham a solução.

Presidente: Agora para terminar mesmo, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, porque também já passou a hora regimental, só para dizer-vos que neste debate gostaria que tivesse havido menos demagogia, menos casuística e mais seriedade, porque efetivamente trata-se de uma matéria muito atual, de uma matéria muito séria, mas também Sras. e Srs. Deputados, ficou provado neste debate que o Governo já traçou o rumo certo para resolver e para acompanhar aqueles que nesta altura se encontram mais fragilizados.

Esta Assembleia aprovou há dois meses o Fundo de Compensação Social que vai apoiar as famílias que precisam de ajuda. Estão traçados os planos e as medidas para ajudar as nossas famílias, para ajudar os nossos desempregados, para melhor qualificar os açorianos, para reforçar as suas competências para quando a nossa economia melhorar, porque são as empresas que criam emprego, não é o Governo.

O Governo deve ajudar a formar as pessoas para que essas empresas possam ir buscar recursos humanos altamente qualificados no mundo global como hoje temos.

É bom preparar os nossos trabalhadores, os nossos desempregados. Se for preciso também, que é o que estamos a fazer, dar oportunidade para que os nossos licenciados possam vir a fazer o curso de empreendedorismo, a formarem-se ainda melhor para poderem responder à situação que há de ser ultrapassada, porque não houve nenhuma crise que durasse sempre.

É preciso sobretudo ter coragem, é preciso dar força às pessoas e não vir para um debate desta natureza com o espírito derrotado, a apontar o caso da Maria, do Joaquim e do António, ...

Deputado João Costa (PSD): Mas esses é que a deviam preocupar! São gente! São pessoas que estão a passar dificuldades!

A Oradora: ... quando temos imenso sucesso de muitos jovens (mais de 1000 a frequentar os programas de estágio), que depois de terminar, irão conseguir a sua empregabilidade.

Portanto, não são sérias algumas afirmações que foram feitas ...

Deputado João Costa (PSD): Ah, pois não! Não lhe dá jeito!

A Oradora: ... aqui e o Governo tudo fará para ajudar as nossas famílias, as nossas empresas.

Esta situação, noutros casos e noutros tempos históricos, foi ultrapassada. Também aqui nos Açores há de haver esperança, há de haver força para continuar a trabalhar para o bem-estar das pessoas, porque é esse o nosso desígnio, é essa a nossa vontade e é isso que continuaremos a fazer.

A vossa demagogia não nos faz ter menos força.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer intervalo para almoço. Retomamos às 15 com a agenda.

Bom almoço.

Eram 13 horas e 17 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a agenda.

Eram 15 horas e 10 minutos.

(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Vamos debater a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011 – “regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos”**.

Conforme é habitual foi acordada a grelha para este diploma de:

PS e Governo— 25 minutos

PSD – 19 minutos

CDS/PP – 13 minutos

BE – 11 minutos

10 minutos, respetivamente, para as Representações do PCP e PPM.

Vamos iniciar o debate.

Para tal dou a palavra ao Sr. Secretário da Economia, para a apresentar o diploma.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo apresenta a esta câmara e que visa estabelecer um regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aqui na RAA, tem uma raiz que se prende com semelhante ou similar regime jurídico que existe a nível nacional, mas tem, contudo, algumas alterações que importam salientar nesta primeira intervenção.

Em relação à razão de ser desta proposta, temos, desde logo, razões que se prendem com o ordenamento deste sector, com o ordenamento desta componente ou desta vertente do sector turístico e igualmente o facto de assim se salvaguardar também as condições em que a oferta turística, do ponto de vista de empreendimentos turísticos, e não só, pode contribuir para a afirmação do destino Açores. São estas as razões que subjazem à opção do Governo Regional em propor a esta câmara esta Proposta de Decreto Legislativo.

Do ponto de vista das alterações que existem em relação ao regime nacional, para além daquilo que são algumas singularidades do ponto de vista da classificação dos empreendimentos turísticos, nomeadamente naquilo que se refere aos apartamentos turísticos, aos apartamentos *apart-hotéis*, em que a opção da Região, tendo em vista a perspetiva com que se coloca a classificação a nível nacional, foi exatamente a de se colocar na perspetiva daquilo que são os requisitos para o surgimento desse tipo de infraestruturas e por essa via, uma vez que têm os mesmos requisitos que são definidos para os hotéis, não haver

essa distinção, há efetivamente outras questões que se assumem de importância fundamental no que respeita ao ordenamento deste sector aqui na RAA.

Aquela que se verifica com maior equidade (estas diferentes opções que no Orçamento Regional se perfilam) nesta proposta tem a ver com o relacionamento que se estabelece entre as autarquias locais, nomeadamente as câmaras municipais e a administração regional, no que tem a ver com a intervenção ao nível da classificação de empreendimentos turísticos.

A opção que, a nível nacional, se segue, de manter na dependência das autarquias locais, ou de consagrar como estando na dependência das autarquias locais todas as questões relativas ao alojamento local, no caso da RAA e no caso da proposta que está agora em análise pelas Sras. e Srs. Deputados, o que se propõe é que toda a questão relativa a alojamento, que direta ou indiretamente, ou de uma forma mais visível tenha a ver com a parte turística e com alojamento e empreendimentos turísticos, possa estar na dependência e ser fiscalizado pela administração regional.

Vários argumentos, no entender do Governo, contribuem ou militam, para esse entendimento.

Em primeiro lugar, aquela que é a dimensão da RAA do ponto de vista de empreendimentos turísticos, no que releva para uma correta disciplina de empreendimentos turísticos;

Em segundo lugar, o facto de assim se entender que melhor se salvaguarda o respeito por critérios uniformes de qualidade, critérios uniformes de definição e implementação de requisitos que têm a ver com os empreendimentos turísticos e até certo ponto, ou a partir de certo ponto também, o facto (e derivado desses dois requisitos que referi anteriormente) de assim se poder evitar situações que são menos desejáveis por todos, de alojamento clandestino, de alojamento que não cumpra aqueles requisitos que uniformemente são definidos do ponto de vista de empreendimentos turísticos para toda a RAA, efetivamente interessa que sejam acautelados numa perspetiva regional e não numa perspetiva local em relação a cada um dos concelhos da nossa Região.

A dimensão da RAA, desse ponto de vista, justifica, e quanto a nós impõe, que haja um tratamento centralizado, um tratamento que possa ter critérios uniformes de requisitos a serem seguidos pelas diversas componentes do alojamento turístico, seja ele o alojamento local ou os hotéis, mas devem ser uniformes a toda a RAA, por essa via salvaguardando-se critérios de qualidade, salvaguardando-se também critérios de confiança e de certeza daqueles que conosco trabalham a esse nível.

Daí que a opção seja, ao contrário do que acontece na legislação nacional, o de remeter o licenciamento do alojamento local apenas para a competência da administração regional.

No fundo, este diploma vem dar seguimento e complementar aquilo que já é estabelecido ao nível de outros instrumentos, nomeadamente de planos de ordenamento do território, como é o caso do plano de ordenamento turístico da RAA.

Desse ponto de vista, gostaria sobretudo de salientar aquela que é uma mais-valia que este regime dos empreendimentos turísticos dos Açores acaba por trazer para uma visão coerente e articulada de todos esses instrumentos que regulam a oferta turística na Região e que é, o de, no âmbito da gestão das disponibilidades de camas para novos empreendimentos turísticos, em primeiro lugar fixar regras claras, no que diz respeito à caducidade do direito de utilizar essas camas, de usufruir dessas camas, por essa via pretendendo evitar situações em que um proponente, em que um promotor, acaba por cativar um determinado número de camas e por essa via condiciona o desenvolvimento de projetos futuros, e por outro lado e sobremaneira, introduzindo outros critérios, que não o critério de entrada do pedido, digamos assim, no âmbito do licenciamento ou no âmbito da cativação, exatamente, dessas camas.

Explicitando de outra forma:

Não podemos ter uma situação em que entre dois projetos, um projeto não corresponda àqueles que são os objetivos e aos requisitos que entendemos que devem ser privilegiados do ponto de vista do desenvolvimento do nosso sector turístico. Por exemplo, um projeto de mais um hotel de cidade, tipicamente um

hotel de negócios numa ilha, numa cidade ou numa vila, que já tem excesso de oferta nessa área, deve ser analisado e decidido antes dum projeto que para o mesmo local seja especialmente qualificado, seja especialmente valorizador de características intrínsecas do destino turístico, seja valorizador de produtos turísticos que nos interessam apresentar.

Ora, essa situação não pode acontecer. Temos que nos guiar, do ponto de vista da afetação de camas. Aliás, esta é a sequência lógica pelo facto de termos um limite do número de camas. Não pode ser uma solução em que quem chega primeiro, tem uma decisão primeiro, mas sim uma aferição do mérito de cada um dos projetos para a estruturação da oferta turística do destino, para a estruturação da oferta do alojamento do destino.

Realço esse aspeto, porque este aspeto que consta desta Proposta de Decreto Legislativo Regional acaba por colocar o Plano de Ordenamento Turístico da RAA noutra patamar de execução, agora do ponto de vista do alojamento, da oferta hoteleira, aperfeiçoando as regras que regem a disponibilidade de camas, por essa via contribuindo para aquilo que nós entendemos ser o objetivo último a prosseguir quer por um, quer por outro, desses diplomas, que é exatamente termos um sector turístico, que também do ponto de vista da sua oferta de alojamento esteja devidamente estruturado, devidamente qualificado e seja um contribuinte líquido para a valorização do destino e que não tenha um efeito menos positivo na estruturação desse destino.

São estes os aspetos que gostaria de realçar nesta primeira intervenção, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente: Obrigado Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira intervenção para reafirmar a nossa posição em relação a este diploma que o Governo Regional traz aqui a esta Assembleia.

Dizer que, do nosso ponto de vista, o sector do turismo, aliás como todos sabemos e penso que concordamos, é um dos sectores mais importantes da nossa atividade económica, não só na promoção, como também na arrecadação de receitas para a nossa região.

Por isso entendemos que um documento, sendo estruturante deste sector, deve potenciar esta atividade com todos os agentes envolvidos e não deve excluir nem eliminar entidades, empresários que já desenvolviam esta atividade de acordo com o regime em vigor.

Aliás, quero relembrar que na legislação de 99, doze anos passaram e permitiu que surgisse um conjunto de empreendimentos na área do turismo (refiro-me a casas particulares, hospedarias e pensões) que ficam em cheque com esta nova legislação.

Também queria fazer referência a uma situação que tem a ver com a questão da inspeção e da atuação ao nível inspetivo nestas matérias.

Por exemplo, a legislação nacional é clara e objetiva nesse ponto, atribuindo à ASAE a execução do processo inspetivo neste sector.

Entende o Governo Regional que é a Inspeção Regional do Turismo que deve fazer esta mesma inspeção.

Depois, nós temos aqui uma incongruência também entre a Inspeção Regional do Turismo e a IRAE, que supostamente, como o próprio nome indica, é a Inspeção Regional das Atividades Económicas.

Há aqui um artigo neste diploma que fala na interdição de utilização:

“Cabe à Inspeção Regional do Turismo interditar temporariamente o funcionamento dos empreendimentos turísticos, na sua totalidade ou em parte, quando a falta de cumprimento das disposições legais aplicáveis puser em causa a segurança dos utilizadores ou a saúde públicas em prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades”.

Portanto, há nitidamente aqui uma duplicação de funções entre essas duas entidades, como bem sabe, Inspeção Regional do Turismo e a própria IRAE.

Aqui num aparte, permita-me, Sr. Secretário Regional da Economia, não faz sentido nenhum que a IRAE esteja dependente da Secretaria do Trabalho e da

Solidariedade Social, quando falamos numa entidade que deve inspecionar as atividades económicas e deveria estar sobre a sua tutela, como bem sabe.

Mas não é este o ponto que nos deixa mais preocupados em relação a este diploma.

Nesta primeira intervenção vou ficar-me por aqui.

Só quero recordar que concordando que deve haver esta disciplina, este controlo e em casos de incumprimento deve haver punição. O que não podemos aceitar é que este diploma possa aplicar a pena de morte a muitas entidades e empresários nesta Região, deste sector.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de “regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos” pretende regular uma atividade crucial para o desenvolvimento no turismo na nossa Região.

Pretende ser abrangente e ao mesmo tempo tornar viável a sua aplicação, o que no entender do BE é positivo.

Há, no entanto, alguns aspetos que podem suscitar dúvidas em relação ao correto enquadramento de unidades e às competências administrativas atribuídas, nomeadamente, à concorrência que poderá existir entre a administração regional e os órgãos municipais na aplicação do regime jurídico de urbanização e edificação.

Nesse sentido, queremos dar o nosso contributo ao melhoramento do diploma, propondo alterações e adendas que visam precisar o âmbito e facilitar a sua aplicabilidade.

Por outro lado, a revisão da classificação dos empreendimentos importa que conste de forma explícita e revista-se da possibilidade de acontecer a todo o tempo e sempre que se alterem os pressupostos que determinaram a respetiva classificação.

A nossa proposta de adenda ao artigo 37º. vem clarificar essa possibilidade.

Finalmente o artigo 56º.

Não concordamos com o esvaziamento de responsabilidade das câmaras municipais e há que ter em conta a diversidade estratégica que a realidade de cada ilha e concelho impõe.

A competência sancionatória municipal não foi tida em conta, o que poderá vir a criar desentendimentos entre a Inspeção Regional do Turismo e as câmaras municipais.

Com a nossa proposta de alteração pretende-se clarificar as respetivas competências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com esta proposta visa-se regular e disciplinar a oferta de alojamento turístico na RAA.

A proposta em análise vai ao encontro das especificidades regionais; caracteriza os vários tipos de empreendimentos turísticos; clarifica o nível da administração regional, relativamente às operações urbanísticas do turismo e a respetiva tutela para determinar a classificação oficial dos empreendimentos turísticos; melhora o sistema de gestão das capacidades máximas da oferta de alojamento turístico na Região.

Por fim, gostaria de realçar que esta proposta responsabiliza os empresários e a administração na área do turismo, reforça a sustentabilidade do turismo nos Açores, salvaguarda o apoio que tem sido dado às unidades turísticas dos Açores e ao mesmo tempo valoriza o destino Açores.

Por isso o PS não tem dúvidas que irá aprovar a proposta que o Governo traz a esta Assembleia.

Neste momento gostaria de fazer algumas referências aos meus introdutores que me antecederam, ao Sr. Deputado Pedro Medina e ao Sr. Deputado Mário Moniz, relativamente a algumas questões que me colocaram.

Não podemos estar de acordo com o que diz o Sr. Deputado Pedro Medina, que este diploma mata alguma iniciativa privada, como sejam as casas particulares ou as pequenas hospedarias locais.

Este diploma vem salvaguardar os empresários que estão na atividade devidamente licenciados.

Ao centralizar o licenciamento na administração regional, ou seja, na Direção Regional do Turismo, passamos a ter uma entidade única, como temos no licenciamento industrial, que se responsabiliza por esse licenciamento.

Portanto, não há aqui dúvidas se é da câmara este alojamento, ou se é da Direção Regional do Turismo, ou seja, todos os tipos de empreendimentos e o alojamento local, que é também um empreendimento, passam a estar centralizados, o seu licenciamento, ao nível da administração regional.

Tal como fizemos para o licenciamento industrial, está aqui a colocar-se ao nível do turismo a mesma situação.

Portanto não se mata o pequeno empresário, não se mata a casa particular.

O que há é uma maior fiscalização e uma centralização através dum registo único. Antes havia o registo camarário e o registo regional para empreendimentos. Passa a haver um único registo onde estão registadas as ditas casas de cidade que alugam alguns quartos ou alguns apartamentos, as pequenas hospedarias que não chegam à classificação dentro dos empreendimentos. Esse licenciamento é feito por uma única entidade, entidade esta que respeita no domínio do regime de edificações e de atividade que mantém o mesmo regime a nível nacional.

Quando o Sr. Deputado Mário Moniz vem dizer que as competências entre a administração regional e a administração autárquica ficam confusas, não. Elas são claras no diploma. Continua a haver os pedidos de parecer prévio, via câmara municipal. A câmara municipal depois envia para a Direção Regional com prazo para estas entidades responderem relativamente aos pedidos que são feitos.

Relativamente às competências autárquicas julgo que o Sr. Secretário foi claro ao dizer o quanto é que se valorizava ao centralizar, tendo em conta a nossa especificidade regional.

Conhecemos algumas pequenas autarquias que os seus departamentos técnicos são às vezes pequenos na sua dimensão e nas suas especificidades. Portanto, centralizar isso numa única entidade melhora a qualidade daquilo que oferecemos, damos mais segurança aos turistas que nos visitam, valorizamos o nosso destino Açores para qualquer turista que cá venha.

Hoje proliferam pela internet um conjunto de pessoas que oferece um conjunto de quartos que muitas vezes as entidades nem reconhecem.

Portanto o que queremos é melhorar essa oferta aos turistas que nos vistam.

Por fim, queria recomendar ao Sr. Deputado Mário Moniz que, relativamente àquilo que quer valorizar com uma das suas propostas de alteração, leia o que está no artº. 36º.

Não sei se teve o cuidado de ao introduzir o 37º-A, no artº. 36º., no seu ponto 4, permite que haja uma revisão das classificações (é praticamente o que está na vossa proposta do 37º. A).

Portanto, está claro no 4, do artº. 36º, que a revisão é possível oficiosamente ou se o interessado assim entender, se se alterar os pressupostos deste empreendimento.

Está cá salvaguardado parte do 37º-A que os Srs. Deputados propõem.

Portanto não faz sentido o que há pouco dizia que era necessário salvaguardar o que aqui já está salvaguardado no artº. 36º.

Relativamente ao Sr. Deputado Pedro Medina queria dizer ainda que o senhor tem uma obsessão pela IRAE nos Açores e as suas competências orgânicas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É só!

O Orador: A IRAE irá continuar a ter as suas competências nos Açores como tinha. Claramente se não temos a ASAE nos Açores, algumas das competências da ASAE do continente teriam que ser imputadas à Inspeção Regional do Turismo, ...

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Quem é que governa a ASAE?

O Orador: ... dentro daquilo que está previsto no diploma em termos do licenciamento, das condições de prática da atividade. Todavia questões relacionadas com a Inspeção Económica, continuarão a estar na IRAE, como o Sr. Deputado sabe perfeitamente.

Questões económicas dos empreendimentos turísticos serão da IRAE; questões do licenciamento turístico são da Inspeção Regional do Turismo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na opinião do Grupo Parlamentar do PSD este Decreto Legislativo Regional, com esta proposta sobre o regime jurídico das instalações, explorações e funcionamento dos empreendimentos turísticos, é muito importante, de todo importante, lamentando apenas a sua delonga de 3 anos para esta alteração.

O Grupo Parlamentar do PSD vê esta proposta como uma mais-valia e vem disciplinar e incrementar regras na oferta do alojamento turístico.

Vem também chamar a atenção e maior responsabilidade aos empresários para a concretização final do seu investimento.

Este Decreto Legislativo Regional reforça também, na opinião do PSD, o que foi dito em sede de comissão.

Quem investe muito não pode ficar no mesmo patamar ou igualdade de quem coloca um anúncio na internet, para alugar um simples alojamento, quarto ou casa, sem qualquer tipo de condição.

É importante salientar que, como em qualquer sector, o turismo é um sector cada vez mais exigente pelo cliente, logo, terá que ter determinados requisitos para uma maior sustentabilidade do turismo.

Açores, turismo e qualidade, é o que nós exigimos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu apoio a esta iniciativa que o Governo Regional traz aqui.

No entanto, algumas das questões que foram já aqui colocadas por alguns Deputados que fizeram as suas intervenções sobre o assunto que estamos a apreciar, queria também reiterá-las.

Desde logo, a retirada de competências às câmaras municipais, embora não seja muito relevante, mas que nos deixa aqui algumas dúvidas uma vez que temos um grande respeito não só pelo poder local democrático, como pela importância que tem devido à proximidade que tem com os cidadãos e com os agentes económicos.

Por outro lado, o facto do alojamento local e os requisitos serem remetidos para portaria, deixam-nos aqui algumas dúvidas, porque, aliás, poderão vir a retirar do mercado turístico alguns pequenos empresários.

Por outro lado, ficam também de fora, aqui, alguns conceitos como os de *hostel* (disse bem, *hostel*, não é?).

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já existe nos Açores e a nível da Europa!

O Orador: Portanto, ficam-nos estas dúvidas, Sr. Secretário Regional da Economia.

Na intervenção de apresentação da iniciativa, o Sr. Secretário abordou algumas delas. De qualquer forma e para registo de memória futura, ficam estas dúvidas que a representação parlamentar coloca sobre esta iniciativa do Governo, mas elas não são impeditivas de lhe darmos o nosso voto favorável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, para clarificar aqui, duas ou três situações que penso que o Sr. Deputado José Rego não entendeu ou não quis entender da forma como nós entendemos essas matérias.

Vou começar pela questão da IRAE.

Aquilo que parece que o Governo tem é a necessidade de criar instituições e cargos, neste caso cargos políticos, que depois na prática poderiam ser feitos por uma única entidade.

Neste caso específico até estamos defendendo a IRAE. O que nós estamos a dizer é que não faz sentido existir a Inspeção do Turismo, porque essa atuação inspetiva deveria estar nas competências da IRAE.

Fiz referência a este artigo, porque este artigo deste diploma, nomeadamente, o que se refere à parte da interdição, diz exatamente isto. No fundo, diz que a Inspeção Regional do Turismo tem competência para suspender temporariamente, mas se formos ver na prática, quem tem essa competência para zelar pela segurança ou pela saúde pública é a IRAE. A Inspeção das Atividades Económicas é que pode zelar por esta saúde pública, ou então os estatutos dessas várias entidades têm que ser revistos.

Portanto, penso que aqui há alguma confusão, duplicação e um dos objetivos do diploma nacional, que surgiu em 2008 e foi alterado em 2009, tem a ver exatamente com o SIMPLEX.

Um dos objetivos básicos deste diploma nacional e da sua reformulação tem a ver com o SIMPLEX.

Neste caso, o que o Governo está a fazer é o “COMPLIPEX”, está a complicar uma situação que deveria ser clara, objetiva e não criar mais burocracia para as empresas, nem para os empresários.

Esta legislação, vinda nesta altura, vai ter efetivamente custos acrescidos para as empresas e para os empresários, porque vai ter que haver aqui uma adaptação em muitos dos estabelecimentos que existem na nossa Região.

Não havendo essa adaptação é como afirmámos, estes empresários serão eliminados. Serão, mais dia, nem menos, sentenciados com a pena de morte na sua atividade.

O diploma nacional o que diz em relação a esta matéria, dos regimes transitórios, é muito diferente do regional.

O nacional, nas disposições finais e transitórias, tem aqui um ponto que é crucial neste processo: “a reconversão da classificação prevista no número

anterior (que no fundo dá três meses para que os estabelecimentos se adequem à nova legislação) é atribuída pelo Turismo de Portugal, ou pelas câmaras municipais, conforme os casos, após realização de auditoria de classificação, a pedido do interessado, podendo ser dispensados os requisitos exigidos pela atribuição da classificação, sempre que determinem a realização de obras que se revelem materialmente impossíveis ou que comprometam a rendibilidade do empreendimento, como tal reconhecidas pela entidade competente para aprovação da classificação.

Acontecendo casos desses nos vários tipos de empreendimentos, esses empreendimentos passam para a modalidade de alojamento local”.

O diploma regional não prevê esta situação. O diploma regional a única coisa que prevê é que haja uma reclassificação e dá um prazo de dois anos que até pode ser prorrogado, mas depois fica ao critério arbitrário do Governo Regional atribuir essa prorrogação.

Os empresários que têm quartos particulares, na questão das pensões e de pequenos investimentos que foram feitos em muitas ilhas, concelhos pequenos da nossa Região, vão ficar em causa com esta nova legislação.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): As obsessões do Sr. Deputado Pedro Medina...

Não! Não tenho paciência!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Medina, julgo que deveria ler com algum cuidado as nossas disposições transitórias.

Por algumas dúvidas que coloca parece que vai desaparecer tudo, que vai começar tudo de novo.

Só leio, a exemplo, o que diz aqui relativamente aos estabelecimentos de hospedagem licenciados pelas câmaras municipais, sistemas que temos hoje. Diz o seguinte: “ao abrigo dos respetivos regulamentos, convertem-se automaticamente em estabelecimento e alojamento local”.

Portanto, não vai criar nenhuma confusão, fechar, abrir e mais não sei o quê. Automaticamente transformam-se em alojamento local. É uma classificação diferente. Antes tínhamos as classificações de albergarias e de casas de hóspedes. Agora passa a ser tudo alojamento local.

O que diz o seu ponto 8º. é que esses estabelecimentos que foram licenciados pelas câmaras municipais e pelos respetivos regulamentos passam automaticamente para estabelecimentos de alojamento local.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): É uma exceção!

O Orador: Não é uma exceção. O senhor estava a referir-se relativamente às questões dos licenciamentos feitos pelas câmaras municipais e que iam ser postos em causa. Eles estão aqui salvaguardados nas disposições transitórias e existem para outras situações semelhantes que irão ser vistas caso a caso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para especificar melhor a nossa proposta de adenda.

A revisão prevista no artº. 36, nº. 4, não é bem a mesma coisa. Está salvaguardada a revisão de forma implícita. Nós propomos que fique explícita, como e em que condições.

Criamos ainda a obrigatoriedade de revisão, o que não é a mesma coisa que está previsto no nº. 4, do artº. 36º. É diferente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às intervenções que aqui foram proferidas, começo por dizer que não percebo qual o fantasma que o Sr. Deputado Pedro Medina está a ver nesta legislação.

Não percebo qual é o fantasma, porque parece que o Sr. Deputado está a confundir duas coisas.

Uma coisa é o processo de classificação, outra coisa são as regras a que devem obedecer os empreendimentos turísticos para obterem uma determinada classificação.

Este diploma tem a ver com o processo, não tem a ver com as regras, daí que essa afirmação de que isso é uma sentença de morte para muitos empresários da nossa Região, não só é incorreta, falsa, como o senhor não tem qualquer motivo para afirmar aquilo que afirma. Não tem! Claramente não tem!

Portanto, restará a parte não racional da questão, mas sobre isso não me quero pronunciar.

Aquilo que este diploma faz é em relação a um diploma nacional, que recordo que se nós não fizéssemos nada, já se aplicaria na Região com os inconvenientes que traria pelo facto de não sofrer a adaptação para a realidade regional.

Portanto, nós não estamos a discutir se uma determinada classificação, aquela que existia, antes da legislação nacional, se deve ou não manter.

O que nós estamos a falar é se a legislação nacional deve ou não aplicar-se na sua forma original na Região, ou se deve sofrer adaptações.

Acho que deve sofrer adaptações e é isso que o Governo propõe a esta câmara, alterando os limites mínimos de unidades de alojamento, facto que aliás é reconhecido pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e um conjunto de outras matérias que visam exatamente adaptar essa legislação nacional à realidade regional.

Claro, podia sempre dizer-se assim: mas da mesma forma que podemos fazer isso, a Constituição permite-nos, por exemplo, que nós fizéssemos legislação que mantivesse toda a classificação originária, que não houvesse uma ligação entre aquilo que era a classificação de empreendimentos turísticos na RAA e aquela que era a terminologia de classificação de empreendimentos turísticos no todo nacional. Mas essa é uma solução que não nos convém de todo. Interessamo-nos que haja, do ponto de vista de classificação, uma uniformidade de denominações.

As regras para definir que empreendimento turístico se inclui numa ou noutra classificação devem ser definidas pela Região.

É por isso que a perspectiva que o Sr. Deputado Pedro Medina quer trazer a esta casa, não tem lugar aqui.

O Sr. Deputado confundiu aquele que era o objetivo desta legislação, que não tem nada a ver com o facto de dizer, agora todos os hotéis, para serem aquilo que antes era ... Uma residencial, por exemplo, passa a ser um hotel e tem que cumprir agora isto e mais isto e mais aquilo e mais aqueloutro.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Vai ser definido por portaria!

O Orador: Não, Sr. Deputado. Então se vai ser definido por portaria, aqui está o Governo para dizer qual é o seu entendimento sobre essa matéria.

O Governo tem perfeita consciência da situação que temos no sector turístico na RAA. Não é este o momento para, do ponto de vista substantivo, alterar radicalmente aquelas que são as regras que presidem à classificação do ponto de vista substantivo, à classificação de determinados empreendimentos.

Permito-me realçar a intervenção da Sra. Deputada Aida Santos que vai exatamente ao cerne da questão. O que nós não podemos ter é um empresário que investiu na qualificação do seu empreendimento, que investiu na divulgação do seu empreendimento, que investiu na melhoria das condições do seu empreendimento (até a concorrência desleal não é de outros empreendimentos de classificação inferior, não é isso) e ter a concorrência desleal de quem nem sequer se dá ao trabalho de cumprir as regras que se aplicariam à sua classificação, fosse ela qual fosse.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Seja em que ilha for!

O Orador: É isso que nós temos em causa aqui.

Desse ponto de vista, em nome do Governo, rejeito por completo a afirmação do Sr. Deputado Pedro Medina, de que essa legislação vai conduzir a uma pena de morte de pequenos empreendimentos. Não é isso que se pretende, nem é isso que o Governo vai fazer.

Sr. Deputado Pedro Medina, não percebo qual é a questão que o Sr. Deputado coloca em relação ao regime transitório.

O artº. 68º. deste diploma, no seu ponto 4º., visa também salvaguardar aquelas situações.

Aliás, repare, Sr. Deputado: ninguém é obrigado a integrar uma determinada classificação. Isso depende claramente daquele que é o juízo de cada investidor. Tenho condições para passar agora a ser um Hotel de 4 estrelas, ou um hotel de 5 estrelas. Muito bem, faço o investimento.

Não tenho condições, quero a minha classificação como hotel de 2 estrelas ou de 3 estrelas.

Ninguém é obrigado a fazer isso, Sr. Deputado.

Gostava de realçar aquilo que consta do artº. 68º., exatamente quanto à prorrogação de classificações, manutenção de atuais classificações e quando os casos em que eventuais alterações ponham em causa a rentabilidade ou a rendibilidade do empreendimento. Isso está no diploma regional.

Não percebo qual é a dúvida do Sr. Deputado Pedro Medina em relação a esta matéria.

Compreendo a sua necessidade de neste momento querer agitar um fantasma, mas não há fantasma absolutamente nenhum. Isso é afirmado aqui com todas as letras.

O que temos é uma situação que nos interessa. É do interesse do turismo dos Açores aproximar-se, adotar a mesma terminologia em termos de classificação, que é seguido a nível nacional. É do interesse do turismo dos Açores ter esse período ou ter essas regras que presidem a esse regime transitório. Não se pretende com isso fazer revolução nenhuma, não se pretende com isso pôr em causa o que quer que seja.

Sr. Deputado Pedro Medina, empreendimentos turísticos que eram de má qualidade antes deste diploma, podem continuar a ser de má qualidade. Terão a classificação correspondente.

O senhor confunde forma com conteúdo.

Relativamente à IRAE o Sr. Deputado certamente conhecerá o artigo da Constituição que diz que é da exclusiva competência do Governo Regional a sua organização e funcionamento.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM não votará favoravelmente esta iniciativa na medida em que consideramos que cria uma série de dificuldades burocráticas nas ilhas de pequena dimensão, como, por exemplo, na Ilha do Corvo, em que as dificuldades que cria são evidentes.

Nesse sentido é uma legislação prejudicial e não tem em conta a especificidade do nosso arquipélago, nomeadamente a pequena dimensão de uma ilha, como a Ilha do Corvo.

Do ponto de vista das matérias que ficam para regulamentação posterior, são da maior importância, passa a existir um grande conjunto de regras que são de informação fundamental e que o Governo pode vir a regulamentar de forma muito diferente.

Nesse sentido, tendo em conta o muito que fica por esclarecer e também as dificuldades que se criam às pequenas ilhas, nomeadamente no caso específico à Ilha do Corvo, não posso apoiar esta legislação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, quais as dificuldades burocráticas que são criadas à Ilha do Corvo?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dentro das várias dificuldades, por exemplo, uma.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Uma não! Várias!

O Orador: Oiça! Dou os exemplos que quero. Posso dar-lhes vários, mas quero dar-lhe um já, que é evidente, que é esta questão que tem a ver com o facto das condições, para se virem instalar este tipo de estabelecimentos, não poderem ser criados junto de zonas degradadas.

Por exemplo a Vila do Corvo, como tenho vindo a dizer, em todas as ruas ...

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor recupere as suas casas!

O Orador: Desculpe. Pediram um exemplo concreto, estou a dar um exemplo concreto.

... temos habitações degradadas.

É o que está previsto no diploma.

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor que arranje as suas casas primeiro!

O Orador: Aliás, já pedi ao Governo Regional que implementasse um programa de recuperação do sector urbano.

Ora, ao impedir que se venha a criar instalações deste tipo no centro histórico da Vila do Corvo, está altamente a prejudicar a instalação e a criação deste tipo de instalações. Parece-me evidente!

Quem conhece o centro histórico da Vila do Corvo sabe que isto é verdade. Não andamos mais que 5 metros sem encontrar uma habitação degradada.

Querem mais exemplos?

Se for necessário volto a dar mais um exemplo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor não percebeu o que leu, ou não quis perceber o que leu.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Percebi!

O Orador: Aqui ninguém diz que é impossível instalar um empreendimento turístico no Corvo. Tanto não é impossível que já está lá instalado um empreendimento turístico, com o cumprimento das regras que já existem

O problema é que as Sras. e os Srs. Deputados, que sobre essa matéria têm tido dúvidas, não percebem que não estamos a partir do zero para criar regras. As regras já existem.

Os empreendimentos turísticos que estão em funcionamento têm que cumprir regras, tiveram que ser licenciados.

Não estamos a falar numa situação em que passam a existir mil e uma regras para criar um empreendimento turístico. Estamos a falar de uma alteração de classificação. O que antes era uma residencial, uma pousada, passa a ter outro tipo de classificação.

Daí a dizer que vão ser criados mais requisitos do que aqueles que já existiam vai um passo que neste momento não é possível dar, aliás, vai um passo que neste momento o Governo diz que, tendo em conta a situação que vive o nosso sector turístico, não interessa avançar para aí.

Mas então qual é a dúvida?

Estruturas urbanas degradadas. Sr. Deputado Paulo Estêvão, acha que um empreendimento turístico deve ser instalado na proximidade de uma estrutura urbana degradada? Uma fábrica? Uma oficina, que não esteja a ser utilizada, que já esteja em degradação? Acha?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já lhe respondi!

O Orador: Sr. Deputado, pelo amor de Deus.

O Sr. Deputado não percebeu aquilo que está em causa.

Então que alternativa é que temos? Os partidos que consideram que esta é uma má proposta, como é que acham que se deve proceder em termos de classificação de empreendimentos turísticos?

Deputado Berto Messias (PS): Não fazem a mínima ideia!

O Orador: Será talvez uma proposta que se subordina ao tema, “tudo ao molhe e fé em Deus”?

Não pode ser!

A sustentabilidade do sector turístico açoriano depende desse tipo (não depende só disto!) de regras.

Conforme disse a Sra. Deputada Aida Santos não é possível, quem faz um investimento num empreendimento turístico, ter ao lado a concorrência de alguém que, num vão de escada, resolve fazer um cubículo para pôr pessoas.

É necessário ter estes critérios. Tem a ver com a sustentabilidade do nosso sector turístico.

Os Srs. Deputados podem (obviamente que podem e têm toda a legitimidade) dizer que isto que aqui está não está correto.

Mas então, qual é a alternativa? Os senhores têm alguma alternativa? Achem que podemos passar para um outro modelo?

Já disse aqui, e assumi o compromisso em nome do Governo, que este não é o momento de mudar. Não é criar regras.

As regras para a instalação de um hotel de 3 estrelas já existem do ponto de vista daquilo que deve ter em cada um dos quartos (se deve ter ar condicionado...). Isso já existe! Não é disso que trata este diploma. Este diploma não trata dessa parte. Essa parte não sofrerá alterações.

Não é este o momento de dizermos que aquilo que antes era uma pousada... Agora só queremos hotéis de 4 estrelas e a pessoa que até agora estava a explorar uma residencial vê-se obrigada a fazer investimentos para corresponder a um hotel de 4 estrelas. Não é nada disso!... Não é nada disso!

Agora, não podemos ter na RAA uma classificação de empreendimentos turísticos que depois vai ser vendida por operadores nacionais. O cliente nacional está habituado com hotéis, mas nos Açores há mais uma coisa. Isso o que é?

Isso contribui negativamente para aquilo que deve ser a imagem do destino e para aquilo que deve ser o fator principal, que é a comercialização do destino.

Percebo os receios dos Srs. Deputados, até certo ponto. Percebo que dissessem assim: mas o Sr. Secretário agora, a pretexto deste diploma, quer alterar as regras, fazer mais exigências?

Não, Srs. Deputados, não é isso que está em causa, nem é isso que o Governo pretende fazer. O Governo tem perfeita consciência da situação do sector

turístico da Região, da parte do alojamento, dos empresários dessa área. Tem perfeita consciência.

Agora, temos é que ter regras. Não pode, quem investiu muito, quem fez um esforço para qualificar, sofrer a concorrência desleal, não é de um empreendimento que esteja classificado a baixo (não é disso que nós estamos a falar) mas de alguém que não cumpre qualquer regra.

Aliás este é um dos motivos também para que se aperte o crivo no que diz respeito ao alojamento local.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Ah! Já lá chegou!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Medina, na Comissão, um dos seus receios era exatamente se este diploma não seria para proteger grandes grupos económicos.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Quais grandes grupos económicos?!

O Orador: É o que está no relatório.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Então foi essa a resposta!

O Orador: Exatamente, a resposta foi exatamente essa. Está no relatório também.

É isto que está em causa nesta proposta de Decreto Legislativo Regional.

É essencial para a sustentabilidade do nosso sector turístico, é essencial para que a oferta turística, na perspetiva do alojamento, seja o mais rigorosa e de qualidade em cada uma das suas classificações possível.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário o Governo terminou o seu tempo neste debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pior coisa que se pode dizer num debate é que o oponente não percebe.

Sr. Secretário... Sr. Secretário da Economia...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Diga, Sr. Deputado! O senhor não está a falar para mim. Está a falar para a Câmara!

O Orador: O senhor é que me colocou uma pergunta e eu estou a responder. Bom, se não me quer ouvir.

Sr. Presidente, a questão é esta: o que eu estava a dizer ao Sr. Secretário da Economia é que há algo que não se deve fazer num debate parlamentar que é dizer que o outro não percebe o que leu, ou não sabe interpretar.

Penso que o Sr. Secretário está obviamente certificado, já demonstrou que sabe interpretar, e eu, permito-me dizer também, já fui certificado nos devidos locais em relação à capacidade de compreensão e de interpretação dos textos.

Portanto, esse tipo de argumento considero bastante errado.

O que aqui está é evidente. O que é que diz isto?

“Requisitos de localização: é interdita a instalação de empreendimentos turísticos na proximidade de estruturas urbanas degradadas”.

Qual é a dificuldade de interpretação disto?

O que eu lhe expliquei, Sr. Secretário da Economia, foi que dada a situação em que se encontra o centro histórico da Vila do Corvo, isto impossibilita que se venha a instalar estes empreendimentos turísticos no centro da vila. É tão simples como isto.

Isto é difícil? Qual é a dificuldade de interpretação?

O que eu acho fundamental é quando se cria uma legislação para os Açores... nós temos ilhas e temos freguesias e locais muito diferenciados.

Pergunta-me, qual é a solução então quando nós legislamos?

Não pode legislar da mesma forma para a Ilha de S. Miguel ou para a Ilha do Corvo. São realidades completamente diferentes. Então, deve diferenciar casos específicos, como por exemplo o caso específico da Ilha do Corvo que não tem as mesmas condições.

Pode dizer-me: o que é que o senhor fez ao longo desta legislatura para que o centro urbano da Vila do Corvo, fosse recuperado?

O que é que fez? Falei muitas vezes, propus muitas vezes.

Ainda no último orçamento tive oportunidade de apresentar um programa de recuperação do centro da Vila do Corvo.

Portanto, preocupei-me com esta questão sempre!

O senhor cria regras que impossibilitam que, na prática, no centro da Vila do Corvo, se venham instalar instalações deste tipo.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Isso é falso!

O Orador: É verdade.

Mais do que isso, outra coisa que lhe quero dizer também, em relação à densidade do PED:

“Os estabelecimentos hoteleiros devem dispor, no mínimo, de 10 unidades de alojamento”.

Muito bem, isto até pode estar bem para a Ilha de S. Miguel.

Isto é excessivo. A densidade é excessiva para a Ilha do Corvo, porque também o investimento é maior, a densidade é maior. Se calhar do ponto de vista urbano e daquele que é um enquadramento, dentro do urbanismo do Corvo, também é excessivo e são realidades diferentes.

O senhor está a tratar da mesma forma realidades completamente diferentes, a Ilha de S. Miguel e a Ilha do Corvo.

O que eu lhe apresentei aqui e o que aqui está escrito é isto: “os estabelecimentos hoteleiros devem dispor, no mínimo, de 10 unidades de alojamento”.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor não percebeu!

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor não percebeu o diploma!

O Orador: Depois há várias referências sobre estas densidades.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): A questão é sobre estabelecimentos hoteleiros!

O Orador: O que eu lhe quero dizer sobre estas densidades é que estes mínimos estão errados, prejudicam a atividade turística, prejudicam a construção de empreendimentos turísticos na ilha do Corvo.

Está errado, é uma densidade errada que cria dificuldades muito grandes de futuro à ilha do Corvo. É tão simples como isto.

O senhor pediu que eu lhe explicasse a minha discordância, está explicada.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não está não! O senhor não percebeu a resposta! Está a falar de uma coisa que não tem nada a ver com o diploma!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para esclarecer aqui duas situações ditas pelo Sr. Secretário Regional da Economia e por elas também conterem algumas imprecisões que convém que sejam esclarecidas.

Vou começar pela questão daquilo que foi dito em Comissão.

Há aqui um excesso de zelo, de certa forma, na aplicação do conceito de grandes grupos económicos.

Aliás, a sua resposta em comissão é perfeitamente elucidativa, em relação a essa situação.

Quando diz., e responde à questão que eu levantei, quem investe muito, não pode ficar no mesmo ponto de igualdade de quem põe um anúncio na internet para alugar um alojamento sem qualquer condição. Quem entra nesta área terá de seguir determinados requisitos.

Portanto, não estaríamos nunca a comparar grandes grupos económicos com um simples particular. Nunca poderia ser esta questão do grande grupo económico e do pequeno empresário.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Mas quem fez a acusação foi o senhor, não foi eu!

O Orador: Aliás, aquilo que V. Ex^a. diz no último parágrafo desta intervenção “quem entra nesta área terá de seguir determinados requisitos”, diz exatamente aquilo que eu afirmei no princípio

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é assim!

O Orador: Há empresários que podem correr o risco, com a entrada em vigor desta legislação, de efetivamente serem postos fora do mercado.

Fez referência também a uma situação de haver empresários que não cumprem com os requisitos mínimos.

Eu pergunto: na legislação que está vigente, na legislação atual, esses empresários e muitos deles já estão há anos no mercado, o Governo Regional nunca fez nada para corrigir a situação, permitiu que desenvolvessem a atividade nos moldes em que a desenvolveram, então estamos a falar aqui de

uma economia paralela. Se estamos a falar de uma economia paralela seja com a legislação anterior, seja com a nova legislação, ela irá sempre acontecer.

Portanto, isso também tem que ser clarificado.

Quando o Sr. Secretário Regional da Economia reafirma que os empresários vão ter que se adequar à nova realidade, estamos a afirmar que os empresários, nos últimos doze anos, tiveram e atuaram no mercado desta forma, porque o Governo Regional assim o permitiu e agora, passados 12 anos, resolve corrigir e se calhar vai pôr alguns fora do mercado.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Eu não disse que os empresários tinham que se adaptar à nova realidade! Cuidado!

O Orador: Vou terminar fazendo uma observação de uma eventual ingerência da parte do CDS/PP, na questão da orgânica do Governo.

Não é uma questão de ingerência. De facto, cada Governo elabora as orgânicas da forma que entende fazer, agora que é um bocadinho, no mínimo estranho meter a IRAE sob a tutela da Secretaria do Trabalho e da Solidariedade Social, em vez de meter sobre a tutela da Secretaria Regional da Economia, que é quem efetivamente regula a atividade económica nesta Região, a única coisa que posso dizer é que é de muito mau gosto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, há pouco relativamente ao Sr. Deputado Pedro Medina, tentei explicar que a IRAE tinha as suas competências e que a Inspeção Regional do Turismo tinha as suas competências.

Dada a competência orgânica ser do governo, gostaria que o Sr. Secretário (sei que não tem tempo) mas o PS pode ceder com a autorização do Sr. Presidente alguns minutos ao Sr. Secretário da Economia, para explicitar por que é que o Governo tem ou não uma Inspeção do Turismo e a importância dela no desenvolvimento da nossa atividade turística nos Açores.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, para clarificar aquilo que já clarificámos, mas julgo que ainda não conseguiu perceber, o que é que são classificações em termos turísticos e se terão que ser as mesmas em termos do Corvo, São Miguel ou Santa Maria. Um hotel de 5 estrelas terá que ter as mesmas características para que os mercados percebam. Um continental quando está a comprar um hotel de 5 estrelas, vai comprar um hotel de 5 estrelas de São Miguel ou da Terceira. Sabemos que para o Corvo este tipo de estrutura economicamente, provavelmente, não seria rentável, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... mas quando se está a falar de um hotel de 1 estrela, as características terão que ser as mesmas quer no Corvo, quer em S. Miguel, quando eu estou a vender aos mercados.

É isso que o Sr. Deputado ainda não percebeu. As características são iguais em todos os lados. O senhor continua a dizer que o Corvo tem que ter características diferentes.

Vamos vender um tipo de hospedagem, elas tem que ter as mesmas características do nosso mercado nacional.

Vivemos em Portugal, um sector importante é o nosso sector turístico nacional. Portanto as regras vão ser as mesmas.

Não sei se o Sr. Presidente percebeu, eu tinha colocado duas questões ao Sr. Secretário e há a possibilidade de cedermos algum do tempo.

Presidente: Eu percebi que colocou uma questão ao Sr. Secretário, mas também sabemos que o Sr. Secretário não tem tempo.

Portanto, a pergunta lógica é se o Grupo Parlamentar do PS cede tempo ao Sr. Secretário para responder.

Neste caso quanto tempo?

Deputado José Rego (PS): Cinco a seis minutos.

Presidente: Muito bem.

Tem seis minutos para responder à pergunta do Sr. Deputado José do Rego, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão que é colocada pelo Sr. Deputado José do Rego, a existência de uma Inspeção Regional do Turismo, tendo em conta o sector de que estamos a falar, as regras de que estamos a falar, que envolvem esse sector, não apenas no âmbito hoteleiro, mas no conjunto de outras atividades que estão envolvidas neste processo, na opção do Governo continua a justificar-se plenamente a existência deste corpo especializado para acautelar o cumprimento destas regras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aproveitando o tempo que ainda me resta, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão o seguinte: o Sr. Deputado diz que é gravíssimo, a pior coisa que se pode fazer num debate é dizer que o outro não percebeu. Eu acho que não. Sabe qual é a pior coisa que se pode fazer num debate? É ler as coisas pela metade e com isso querer construir um argumento, que foi isso que o senhor fez.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: Aquilo que o senhor fez foi apenas ler o artº. 12º., que diz efetivamente que “os estabelecimentos hoteleiros devem dispor no mínimo de 10 unidades de alojamento”.

Mas o Sr. Deputado não se deu ao trabalho de ler o artigo 13º. que no âmbito dos aldeamentos turísticos, reduz para 7 unidades de alojamento, como no caso de aproveitamento de condições existentes em núcleo urbano, cujo valor arquitetónico seja reduzido, aí pode ser autorizado um número inferior de unidades de alojamento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão o problema não é o que o diploma diz, o problema é que o senhor não leu o diploma.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Acha que isso é argumento?

O Orador: É o argumento que a sua afirmação me permite.

Sr. Deputado Pedro Medina, 4 anos depois de este Governo entrar em funções e de ser publicada a orgânica deste Governo, que passou a IRAE da tutela da

Secretaria da Economia para a tutela da Secretaria Regional do Trabalho, chega V. Ex^a. à conclusão de que efetivamente discorda dessa solução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda vai a tempo!

O Orador: Ainda vai a tempo, faltam alguns meses.

Gostava, porque me falhou, em relação ao Sr. Deputado Mário Moniz de esclarecer algumas questões que me tinha colocado e que por lapso não tive oportunidade de responder antes.

Não me parece que as opções que foram tomadas em relação a este diploma, no que diz respeito ao relacionamento entre as autarquias locais e a administração regional, deram lugar a quaisquer conflitos.

As regras são claras, do ponto de vista de garantir uma uniformidade na apreciação das condições para que o alojamento local, e é exatamente aí que há uma solução diferente, as autarquias locais continuam a ter todas as competências para se pronunciarem sobre projetos de empreendimentos turísticos, não na perspetiva da salvaguarda da política de turismo nessa componente, mas sim na salvaguarda de política de urbanismo dessas condições.

Agora, para a existência de alojamento local, tendo em conta a dimensão do destino, tendo em conta a importância que esse aspeto pode relevar para uma regularidade de funcionamento do mercado nesta área é que se entende que deve haver uma intervenção da administração regional no licenciamento do alojamento local e não das autarquias locais.

A competência das autarquias locais continua a estar salvaguardada na intervenção da componente urbanística, enfim, é tudo aquilo que tem a ver com o regime jurídico das edificações e urbanizações.

Essa parte continua, sem sombra de dúvida, a ser das autarquias locais. A parte do alojamento local, e apenas nessa componente, é que passa a estar centralizada pela administração regional.

Nem se quer se coloca o caso de dizer que é uma questão de critérios diferentes.

Os critérios para a existência de alojamento local serão fixados em portaria.

O que estamos a enveredar é por uma solução que, do ponto de vista do licenciamento, as condições para que operem o reconhecimento da sua existência, possam efetivamente ocorrer numa perspetiva regional e não numa perspetiva que é multiplicada por dezanove.

Julgamos que há todo o ganho de eficácia, de melhor gestão da nossa capacidade nessa área, de melhor regulação deste sector se houver essa uniformidade de atuação a nível regional e não propriamente a nível local.

Deputado Costa Pereira (PSD): Os terrenos do Varadouro passaram para a Câmara e para a SPRHI!

O Orador: Julgo que agora sim, pelo menos tentei responder a algumas das questões que me tinha colocado.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem 3 minutos. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta discussão não tenho nenhum Grupo Parlamentar que me possa ceder o tempo.

Nesse sentido vou tentar ser breve nesta discussão que é evidentemente desigual, porque tenho muito menos tempo.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E tem muito menos deputados!

O Orador: De qualquer das formas o que é importante dizer, relativamente à crítica que o Sr. Secretário da Economia me fez (eu dei um exemplo, não dei todos) de que não li o diploma todo, só li metade, é que só tenho dez minutos, não tenho tempo para ler o diploma todo. Dei-lhe dois exemplos. Dos dois exemplos que lhe dei, o Sr. Secretário da Economia não conseguiu desmentir, porque é isto que aqui está escrito.

Disse: mas para os alojamentos turísticos são só sete. Ninguém disse o contrário, mas também acho que está mal. Acho excessivo. É mais um exemplo que poderia ter-lhe dado, mas não estou aqui para lhe dar os exemplos todos, nem tenho tempo para isso.

Em relação àquelas que são as posições do PPM, o PPM fez o seu trabalho de casa. Tem aqui as votações definidas, tem aqui as questões todas que tem que colocar e temos o nosso trabalho feito.

O que se sucede é que o nosso trabalho nestas questões que dizem respeito ao facto do senhor estar a legislar da mesma forma para realidades insulares tão diferentes que é um erro recorrente do PS, eu tenho a fazer-lhe, nesta matéria, críticas, como eventualmente noutras matérias não terei.

O Sr. Secretário ficou exaltadíssimo. Percebo que o Sr. Secretário quer ter uma boa discussão, que não o deixam ter dentro do seu partido, porque não o deixam discutir em Congresso a sua liderança. É isto que aqui está em causa.

Como não o deixam discutir a liderança em Congresso de forma democrática, então o Sr. Secretário vem aqui, com ânsias, discutir, porque de facto não tem nenhum oponente à liderança do seu partido.

Portanto, é isto que está subjacente à sua atitude e à sua vontade de discutir. Não o deixam discutir no seu próprio partido. Não deixam que seja escolhido líder, através dum Congresso democrático. Aí é que está a questão, Sr. Secretário.

A sua ânsia de discutir do ponto de vista interno no PS, o PPM não tem culpa em relação a essa matéria.

Mantemos a nossa interpretação. Esta legislação é uma legislação que prejudica e muito o futuro desenvolvimento turístico da Ilha do Corvo e doutras ilhas mais pequenas.

É uma legislação cega, é uma legislação que não sabe diferenciar realidades completamente distintas e, por isso, na defesa do povo que me elegeu, voto contra.

Presidente: Acabou o seu tempo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para esclarecer o Sr. Secretário Regional da Economia em relação a dois pontos.

O primeiro tem a ver com o facto de nós em 2008 termos tido conhecimento da orgânica do Governo e agora temos um entendimento diferente.

Como lhe disse, isso é uma questão de gosto, e não só.

Não sei se V. Ex^a. se sente à vontade pelo facto da Inspeção das Atividades Económicas não estar sobre a sua tutela.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Acredite que me sinto muito à vontade!

O Orador: Penso que não faz muito sentido, quando é tutelar de uma área tão importante como a economia, que assim o seja.

Quero só relembrar aqui uma outra situação.

Existe um Memorando de Entendimento e esse Memorando de Entendimento implicou ou vai implicar uma coisa que tem a ver com as reestruturações das administrações públicas.

O Governo Regional já disse que ia reestruturar a sua administração pública, também, na vertente da sua orgânica.

Aquilo que estávamos a dizer é que numa fase em que já está em marcha esse processo se calhar era de bom-tom o Governo Regional também começar a proceder a alguns ajustamentos na sua própria orgânica de forma a não duplicar serviços e funções.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O porta-voz do poder central!

O Orador: Vou terminar levantando uma questão muito direta ao Sr. Secretário Regional da Economia, que é a seguinte: em caso de deteção de problemas de saúde pública numa entidade ou num empreendimento turístico, quem é que tem competência para atuar? A IRAE ou a Inspeção Regional de Trabalho, nomeadamente na questão da interdição deste mesmo estabelecimento?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer a intenção das nossas propostas de alteração aos artigos 22º. e 56º..

Sr. Secretário, uma coisa são concelhos com a dimensão de Ponta Delgada, outra coisa, bem diferente, são concelhos em outras ilhas com outra realidade económica.

Não se trata de manter a legislação vigente, mas sim criar a possibilidade de ter em conta cada realidade económica e estratégia turística.

É esta realidade que pretendemos manter com o envolvimento e responsabilização das respetivas câmaras municipais, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia. Tem 1 minuto.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Medina, em relação a reestruturações estou mais do que à vontade nesse aspeto. Este Governo está mais do que à vontade nesse aspeto, desde a fusão das empresas que têm a ver com os portos, até no âmbito da orgânica do Governo, ...

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Sim! Do Sector Público Empresarial!

O Orador: ... à extinção de 22 serviços intermédios que correspondeu à extinção de cerca de 11 cargos de chefia.

Para aproveitar o tempo que me resta nesta intervenção:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, curioso mundo este em que V. Ex^a. me acusa de falta de democraticidade! Logo o senhor! O líder de um partido que defende que a chefia de um Estado se deve fazer por sucessão dinástica.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): É o que está a acontecer no PS

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os Açores são mais ou menos isso!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para defesa da honra, uma vez que sou acusado de defender ideias não democráticas.

Presidente: Tem 3 minutos Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Economia, a Espanha é uma ditadura? A Suécia é uma ditadura? A Dinamarca é uma ditadura? A Grã-Bretanha é uma ditadura?

O senhor quando tiver que reunir com um responsável holandês, vai dizer que vai reunir-se com um responsável pela ditadura holandesa? Ou belga? Ou norueguesa? Ou dinamarquesa?

Acha que estes países recebem lições de democracia por parte de um partido que candidata a líder um líder que não é sufragado pelos seus próprios militantes e que foi escolhido através duma sondagem para saber qual era o mais bem-parecido e qual era o que tinha um aspeto físico mais agradável aos eleitores?

Deputado Francisco César (PS): Ele não é líder do Partido Socialista!

O Orador: Quero dizer-lhe que quem defende instituições monárquicas não tem nenhuma lição de democracia a receber por parte dum PS cujo candidato às eleições não é sufragado nem sequer no seu próprio partido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do Deputado Artur Lima)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia. Tem 3 minuto.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estava eu longe de pensar que a honra do Sr. Deputado Paulo Estêvão ia da Europa do Norte à Europa do Sul.

De qualquer das formas, Sr. Deputado, V. Ex^a. perdoar-me-á a expressão, mas enfiou o barrete que quis, porque eu não disse que nenhum desses países não era uma democracia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Eu constatei um facto. O Sr. Deputado, defende que a chefia do estado se deve processar por sucessão dinástica.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas constatou mal!

Deputado João Costa (PSD): Mas meteu a palavra democraticidade pelo meio!

O Orador: Foi isso que eu disse. Isso não atenta contra a honra de ninguém, julgo eu.

No fundo, é exactamente a ideia que subjaz à proposta do seu partido quanto à chefia do Estado.

Quanto à questão da democracia não está, nem nunca esteve em causa.

O Sr. Deputado quis “chutar para canto” porque viu desmascarada a contradição do seu discurso, mas Sr. Deputado Paulo Estêvão, a vida é assim!

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pois é!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir neste debate, mas devo dizer-lhe Sr. Secretário que a sua afirmação foi infeliz.

Deputado Berto Messias (PS): Vai defender a causa monárquica, Sr. Deputado? Não me diga!

O Orador: Foi infeliz, porque refere-se à monarquia e às monarquias constitucionais com algum desdenho e isso não é aceitável.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Desdenho? Desculpe! Desdenho o quê?

Deputado João Costa (PSD): Meteu aí a palavra democraticidade!

O Orador: O regime é perfeitamente transparente, é perfeitamente democrático e por alguma coisa é que as monarquias da Europa são dos países mais avançados da Europa e não têm défice nem dívidas públicas excessivas como têm as repúblicas da Europa. É por algum motivo.

Deputado Rogério Veiros (PS): E a Espanha?

O Orador: Monarquias constitucionais, Sr. Secretário. O senhor como candidato a Presidente do Governo devia ter um bocadinho mais de cuidado na linguagem que usa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Candidato a Presidente do Governo? Temos que desfazer este engano!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Candidato a Deputado!

O Orador: De resto, Sr. Secretário, relativamente ao diploma aqui em discussão devo dizer-lhe o seguinte.

Recebi neste espaço 3 *faxes*, de 3 empresários, pequenos empresários, de pensão residencial, de residenciais, etc, onde os senhores já desde outubro de 2010, obrigam os empresários a fazer o que estão a propor agora, o que quer dizer que este diploma vir aqui agora, não adiantava nada.

Nesta altura de crise, em que a crise se agravou substancialmente, de 2011 para 2012, há hotéis que fecham a metade, há pequenas unidades que não têm clientes e os senhores querem exigir em 2012 que montem cofres nos quartos, internetes gratuitas, internetes sem fios, e por aí fora.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Para determinada classificação!

O Orador: Querem obrigar os empresários a investir numa altura que não têm para pagar aos funcionários. O que isso vai provocar é mais desemprego nessas pequenas unidades hoteleiras.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

É isso que os senhores têm que fazer.

Sr. Secretário, revolta-me um bocadinho (já me revoltou no passado, quando vim para esta casa, e até escrevi um artigo sobre isso, que se chamava “O galheteiro”), terem sido mais papistas que o Papa, quando obrigaram a ter pacotinhos esterilizados de maionese, pacotinhos esterilizados de azeite, galheteiros esterilizados invioláveis para não se conspurcar o azeite, casas de banho com compartimentos para senhoras e para senhores (e mais não sei o quê que os senhores exigem, com não sei quantos metros quadrados, no nossos

cafés) e chegamos a Paris e a Bruxelas e vemos os cafés que vemos, sem o mínimo de condições, galheteiros de lata e de latão em cima das mesas, até no Parlamento Europeu.

Aqui, sendo mais papistas que o Papa, estamos a prejudicar o comércio, a prejudicar os pequenos empresários, a obrigá-los a investimentos desnecessários. Sobretudo nesta altura de crise, era bem desnecessário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Por isso não aprovamos este diploma, porque são os pequenos empresários, as pequenas e médias empresas, mais de 90% das empresas dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Neste caso também são mais do que isso e sempre prestaram um bom serviço aos Açores. Neste caso o conceito de *hostel*, Sr. Deputado Aníbal Pires, já existe nos Açores há muito tempo.

A residencialzinha com cinco quartos, casa de banho comum e limpinha, já tínhamos antes da Europa ter inventado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado pelo esclarecimento!

O Orador: Em Portugal, no continente, já cá tínhamos.

As pensões limpinhas, asseadinhas, com casa de banho, com isto correm o risco de fechar.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Deputados Luís Silveira (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José Lima (PS): Está a ganhar uns votozinhos à custa dos nossos empresários!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, julgo que o Sr. Secretário foi bem claro há pouco, quando disse que com este diploma, e até foi buscar as palavras da Sra. Deputada Aida, ninguém ficará prejudicado.

Fez uma jura de honra a dizer que não ficaria prejudicado.

O senhor há pouco perguntava, e como dizia a Sra. Deputada Aida, que isso até estava atrasado em termos de adaptação à Região, agora muda logo o sentido de voto, porque as coisas não correram bem para o seu partido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que mudou o sentido de voto?

O Orador: O que interessa é que as regras têm que ser as mesmas para o País e para todos os empresários. Não pode um empresário de vão de escada e um empresário que aplica todas as regras ter a mesma classificação.

Portanto o que queremos aqui é clarificar as regras.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que mudou o sentido de voto?

O Orador: Se um hotel de 3 estrelas tem que ter ar condicionado, ele tem que ter. Hoje se não tinha vai ter uma classificação diferente. O que nós dissemos foi que ninguém vai ser prejudicado, têm é que ter os mesmos padrões de qualidade para ter a respetiva classificação, uma classificação idêntica para todo o País.

Portanto, não muda a sua classificação. Agora porque o senhor traz esses *faxes*, nem ninguém lhe mandou esses *faxes* agora em 2 ou 3 minutos. Diz o senhor que foi ao longo desta discussão que chegaram esses *faxes*.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que mudou o sentido de voto?

O Orador: Crie outros momentos mas não este.

O que queremos é que nos Açores haja regras para os hoteleiros e quem está na atividade...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que mudou o sentido de voto?

O Orador: ... que melhore nossa qualidade, que valorize o nosso destino. Se é isso que o senhor não quer, fique com a sua taça que nós queremos um bom destino para os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que mudou o sentido de voto?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Secretário pede a palavra para?

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Para saber se ainda tenho tempo, Sr. Presidente.

Presidente: Não tem, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Obrigado.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Se o Bloco de Esquerda tiver, dispensa!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Eu também se tiver, cedo!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Eu ainda tenho tempo?

Presidente: Creio que não, que o Sr. Deputado Artur Lima também não tem tempo, aliás excedeu.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): O BE ainda tem?

Presidente: O BE ainda tem tempo. Quer a palavra?

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Queremos ceder ao Sr. Secretário 3 minutos. Não sei que tempo é que temos?

Presidente: Cedem 3 minutos ao Sr. Secretário?

Ao Sr. Secretário e ao Sr. Deputado Artur Lima? Três minutos a cada um?

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Não, não. Três minutos a um. Um minuto e meio ao outro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, a questão que o Sr. Deputado traz aqui, não tem a ver com este diploma.

Sr. Deputado, já antes, havia uma classificação de empreendimentos turísticos.

Já antes, para um hotel ter a classificação de hotel de 4 estrelas, tinha que cumprir determinados requisitos.

Para ser um hotel de 3 estrelas tinha outros requisitos que era preciso cumprir.

Não é disso que estamos a falar aqui.

Esses requisitos, obviamente, têm que ser cumpridos.

Essa afirmação que o Sr. Deputado faz, de que vir ou não este diploma aqui não quer dizer nada porque já antes se estava a exigir, estamos a exigir isso de acordo com a legislação que está em vigor.

Obviamente que tem que exigir-se. Abre-se um hotel e a classificação é dada em função de um conjunto de comodidades que o hotel tem que cumprir.

Mas a decisão de solicitar a classificação de 3 estrelas, de 4 estrelas ou de 5 estrelas, não é a administração que obriga o promotor a dizer: o senhor vai ter que ter um hotel de 5 estrelas!

- Mas eu não quero!

- Ai, não, vai ter que ter um hotel de 5 estrelas, quer queira, quer não queira e para isso vai ter que ter ar condicionado nos quartos, minibar, secador, espelho, iluminação!

Não é isto. É o promotor que diz: eu quero ter um hotel de 3 estrelas.

Para ter um hotel de 3 estrelas, aliás a própria legislação também é favorável nesse aspeto, o senhor tem um conjunto de requisitos obrigatórios e um conjunto de requisitos opcionais.

Desse conjunto de requisitos obrigatórios há determinado número deles que têm que ser cumpridos para dar uma determinada pontuação. Essa pontuação soma a um conjunto de requisitos opcionais, que têm também que ser cumpridos para dar mais uma pontuação. Somadas as duas é que se chega à conclusão, em função da pontuação global, se cumpre ou não aquilo que é o requisito de classificação.

Não percebo qual é a dúvida.

Acho, Sr. Deputado Artur Lima, que há alguma confusão em relação aos objetivos deste diploma.

Não estamos a falar a partir do zero. Não estamos a partir duma situação em que não existia nada e que agora vamos criar regras para dizer o que é um hotel de 3, 4 ou 5 estrelas.

Estamos numa situação em que havia um de conjunto de classificações, de empreendimentos turísticos e agora passa a haver apenas essas.

Do ponto de vista substantivo, os requisitos que devem ser cumpridos por cada um dos promotores que querem integrar o seu empreendimento numa determinada categoria, são aqueles que estão fixados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os que não querem?

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): São obrigados!

O Orador: São obrigados como?

Não se obriga uma pessoa a pôr um hotel de 3 estrelas. Se a pessoa quer integrar em 3 estrelas tem que cumprir.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): E se não quer?

O Orador: Mas então a opção está do lado do empresário.

O que não se pode é dizer: o senhor não tem esses requisitos, quer manter a classificação de 3 estrelas, está dispensado de cumprir esses requisitos.

Aliás, esta legislação que a câmara se prepara para votar, tenta conseguir um bom ponto de equilíbrio entre aquilo que são as necessidades de salvaguardar uma uniformidade de critérios para determinada classificação e sobretudo naqueles que já existem, e aquilo que podem ser investimentos muito dispendiosos que põem em causa a rentabilidade do empreendimento, quando tiverem que ser feitos.

É isso que diz o tal artigo 64º. ou 68º, já não me recordo bem. É exatamente o ser possível, se se demonstrar que a rentabilidade do empreendimento está em causa, se forem cumpridos todos os requisitos. É exatamente isso que se acautela.

Agora, acho que isso é um bom ponto de equilíbrio, é uma forma que com bom senso e com ponderação, se acautelam todos os interesses que estão aqui em causa.

Menos do que isso é deixar completamente aberto a que cada um possa fazer o que quer e o que entende, penalizando aquilo que é um interesse fundamental de ter regras claras, para a gestão e para a oferta hoteleira da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem um minuto e meio. Faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Presumo que o Sr. Secretário percebeu bem o que eu quis dizer.

A questão é esta: uma atual residencial é obrigada a reconverter-se.

É isso que diz nos ofícios que os senhores mandaram aos donos das residências.

Têm duas hipóteses: ou reconvertem-se num hotel de 1 estrela, ou num hotel de 2 estrelas. Mesmo que não queiram passam a ser hotéis e se não cumprirem aqueles requisitos não podem funcionar.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Mas a nível nacional também desaparecem todos!

O Orador: E a autonomia Sr. Secretário?

Deputado Rogério Veiros (*PS*): E o mercado?

O Orador: É isso que acontece e são em algumas dezenas delas que isso acontece.

Sr. Deputado José do Rego, fiz-lhe a pergunta várias vezes, em aparte, onde é que eu mudei o meu sentido de voto?

O Sr. Deputado vai ter que dizer onde é que esta bancada mudou o seu sentido de voto.

O senhor vai ter provar por A + B, sob pena de ser adjetivado depois, onde é que nós mudamos o sentido de voto?

Fundamente.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à mudança de sentido de voto, só lhe quero dizer o seguinte:

O senhor teve um Deputado da sua bancada que começou por elogiar o diploma, que o diploma era necessário para enquadrar a realidade turística dos Açores, os estabelecimentos.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sentido de voto, Sr. Deputado!

O Orador: Quem diz isto está dizendo: este Governo propõe isto, isto é necessário.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Seja correto!

O Orador: Eu estou a fazer a minha leitura.

Dizem que isto é necessário e é importante para os Açores e apresentam duas meras críticas aquando do início deste debate (duas meras críticas!), em relação à inspeção da IRAE e da Inspeção do Turismo, dizendo que matava o turismo nos Açores, ou os hoteleiros com esta legislação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O sentido de voto!

O Orador: Os debates servem para rebater as questões aqui trazidas e eu fui o próprio a dizer que o CDS estava muito enganado, que este diploma não mata, mas sim valoriza os hoteleiros da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O sentido de voto!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, continuo ainda a falar para si.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estou a ouvi-lo!

O Orador: O senhor ainda não percebeu que grande parte do mercado regional do turismo, é o mercado nacional.

Se no mercado nacional as pessoas quando vão para o Algarve, ou vão para o porto, ou vão para o Minho, vão para um hotel de 1 estrela, não poderiam vir para os Açores para uma residencial.

Ao querermos assumir nos Açores que temos também uma nomenclatura semelhante à nacional de hotéis de 1 estrela ou 2 estrelas, é isto que leva a que as pessoas se autopropõem a ir para 1 ou 2 estrelas.

Se querem ir para 1 ou para 2 vão para os ditos requisitos, mas a pessoa é que se autopropõe para o tipo de classificação é que quer e conforme for a classificação deve obedecer a um conjunto de regras.

Ninguém está a desclassificar a residencial e pondo num hotel de 1 ou 2 estrelas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estão a obrigar!

O Orador: Estão é a dizer: o senhor para ser hotel de 1 ou 2 estrelas, conforme a sua opção, escolhe quais os critérios que quer obedecer.

Esses critérios foram definidos pelo Sr. Secretário e o senhor se quer perceber continue a discutir para mim e não para o lado.

Se quer obedecer a um conjunto de critérios de 1 ou 2 estrelas, se quer ir para 1 vai somar os pontos como o Sr. Secretário mostrou, se quer ir para 2 tem que ter outras condições.

É uma opção do hoteleiro. Residencial é que não há, porque no nosso País não há residenciais.

Portanto, a turista que vem do Algarve, que vem do Minho vem para uma Região no seu País, com os mesmos critérios a nível das classificações.

É só isto que este diploma faz e não é dizer que vamos matar um hoteleiro. Ele vai ter um hotel, naquilo que ele quiser ter.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem quarenta segundos. Faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José do Rego, afinal não havia nenhuma alteração de sentido de voto desta bancada.

Acabou V. Ex^a. por dizer, e ainda bem, só que da próxima vez V. Ex^a. tem que ter um bocadinho mais de cuidado com a linguagem.

Sr. Deputado José do Rego, V. Ex^a. diz uma coisa fenomenal. Nós já descobrimos há muito tempo que o turismo era nacional.

Os senhores é que não. Tanto que pagaram para vir suecas para os Açores a preço de ouro.

Os senhores é que não descobriram!

Os senhores é que andaram a financiar para vir turismo do norte da Europa para cá, Sr. Deputado.

Aí é que está a questão.

Os senhores é que andaram a financiar turismo da Europa, financiado com hotel, com carro, com cama e tudo, enquanto os portugueses tinham que pagar para vir aos Açores.

Essa é que é a verdade.

Deixe-me dizer-lhe só mais uma coisa, relativamente ao hotel de 1 ou 2 estrelas.

É verdade! É classificado em 1 ou 2 estrelas, mas não tem hipótese de dizer: eu quero continuar a minha residencial.

Deputado José Rego (PS): Não pode!

O Orador: Ah não pode. Pois não pode Sr. Deputado.

O problema é esse, porque tem que investir na internet sem fios, nos cofres nos quartos, no cartão de crédito, no serviço de bebida e bar para os clientes, Sr. Deputado.

Isso até vai prejudicar muitos dos doentes deslocados que ficavam nessas pequenas residenciais, que não tinham dinheiro para ir para hotéis e que vão ter que pagar mais caro, porque os senhores ainda hoje em dia, não lhe pagam uma diária decente. O problema é esse.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, com muita pena minha venho outra vez ao debate.

Na RAA se não se fizer qualquer legislação nesta matéria, qual é a legislação que se aplica?

Deputado José Lima (PS): É a nacional!

O Orador: Não havendo qualquer alteração da legislação nos Açores, qual é a legislação que se aplica?

Deputados José Lima e Rogério Veiros (PS): É a nacional!

O Orador: A nível das classificações surgiu uma nacional nova e os Açores tinham legislação própria para algumas áreas, mas não tinham para tudo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A nacional é de quando?

O Orador: Em 2008.

O Sr. Deputado há bocado dizia que pecava por ser tarde e agora já não lhe interessa.

Portanto, continuamos a dizer que queremos fazer a nossa legislação e essa nossa legislação tem que ser compatível em alguns aspetos, tendo em conta a

especificidade regional (foi com isso que começámos o nosso discurso, quer os Srs. Deputados, quer eu, a dizer que há que ter em conta as especificidades regionais) e ao mesmo tempo ser compatível com a legislação nacional.

Relativamente ao turismo, Sr. Deputado Artur Lima, nós não recebemos lições do CDS/PP. Nós sabemos o que é que é mais importante para os Açores. Não podemos estar dependentes dum único mercado. Fomos para a Suécia, vamos para a América, vamos para o Canadá, vamos para a Alemanha e para onde nós entendermos, para melhorar a diversificação do turismo nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em qualquer economia não podemos estar dependentes de um único cliente. Se não fosse a nossa diversificação e se o senhor olhar para os últimos números do turismo, o que é que vai ver? É o mercado nacional que tem penalizado os Açores.

Deputado João Costa (PSD): Porque os senhores não sabem para onde vão!

O Orador: Portanto, foi pela diversificação que nós aumentámos as nossas possibilidades turísticas dos Açores.

Sr. Deputado Artur Lima, isso dói ouvir, mas o senhor vai ouvir mais uma vez: se não tivéssemos feito a diversificação muito pior estaria o turismo nos Açores. Portanto, continuaremos a diversificar, continuaremos à procura de novos mercados, tendo sempre presente que o mercado nacional é importante para os Açores, por isso as nossas campanhas têm sido bastante direccionadas para o mercado nacional.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais inscrições, assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a proposta foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Eu creio que faz mais sentido, aproveitarmos então, e termos um intervalo de meia hora.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 20 minutos.

Pedia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Adjunto o favor de se aproximarem da mesa.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 29 minutos.

(O Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Vamos reiniciá-los com votações como sabem. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Vamos então passar à votação na especialidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011 – “regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos”.

Vamos votar o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Devo esclarecer a câmara, aliás foi distribuído, que o PS subscreve as duas propostas de alteração advindas da Comissão, para os artigos 62º. e 72º., se não estou em erro.

Há uma proposta do PS para o artº. 2º.

Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 2º. da proposta, com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 3º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o n.º. 1 do artigo 4.º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o n.º. 2 do artigo 4.º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o n.º. 3 do artigo 4.º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Não havendo propostas de alteração para os artigos 5.º. a 10.º., inclusive, vamos proceder à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 11º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora alínea a), do artigo 11º., da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alínea a) foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora alínea b), do artigo 11º., da proposta

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alínea b) foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Do artº. 12º. ao 21º., inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Posso colocar à votação em conjunto?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 22º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 22º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Dos artigos 23º. ao 35º. não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocar estes artigos à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar os nºs. 1, 2, 3 e 5, do artº. 36º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o n.º 4, do art.º 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretário: O n.º 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o art.º 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do BE de um art.º 37.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Dos artigos 38.º. ao 55.º. não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artº. 56º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 56º., da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Dos artigos 57º. ao 61º. não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artº. 62º., advinda da Comissão e subscrita pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 62º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Dos artigos 63º. ao 70º., inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta substituição, com exceção da epígrafe, apresentada pelo PS, para o artº. 71º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar a epígrafe do artº. 71º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A epígrafe foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artº. 72º., advinda da comissão e subscrita pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 72º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 4 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Por deliberação da conferência de líderes foram trocados os pontos 4 e 5, ou seja, vamos passar a analisar agora a **Petição n.º 20/2011 – “a favor da**

avifauna açoriana e contra a sua inclusão na lista de espécies de carácter cinegético”, apresentada por Pedro Miguel Reis Rodrigues, na qualidade de primeiro subscritor.

Dou a palavra à Sra. Relatora da CAPAT para apresentar o respetivo relatório.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APPRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 20/2011 – A FAVOR DA AVIFAUNA AÇORIANA E CONTRA A SUA INCLUSÃO NA LISTA DE ESPÉCIES DE CARÁTER CINEGÉTICO

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 12 de Janeiro de 2012, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição nº 20/2011 – “A favor da avifauna açoriana e contra a sua inclusão na lista de espécies de carácter cinegético”.

A mencionada Petição, contendo 808 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 22 de Novembro de 2011, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei 43/90, de 10 de Agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respectivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, as matérias relativas a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, na reunião de 9 de Dezembro de 2011, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

b) Objeto da petição e caracterização da situação atual

A petição visa a não inclusão das espécies de aves nativas (reprodutoras ou visitantes) na lista de espécies de carácter cinegético dos Açores; a não introdução de espécies exóticas, nomeadamente aves, com um propósito cinegético no meio natural dos Açores; o desenvolvimento de um turismo verde associado à observação de aves que traga vantagens económicas a todas as ilhas açorianas.

Para fundamentar a pretensão os signatários invocam os seguintes argumentos:

- A falta de estudos científicos sobre a biologia destas espécies e dos seus habitats;
- A falta de atribuição de um estatuto de conservação às aves incluídas nesta lista;
- A falta de estudos sobre o impacto da caça nestas espécies e os seus habitats;
- A impossibilidade prática de aplicar esta lista devido à enorme dificuldade de identificar corretamente as espécies;
- O problema da introdução de espécies exóticas;
- A necessária aposta no turismo de observação de aves.

A atividade cinegética está regulada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/A, de 9 de Julho, que aprovou o regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos e pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2009/A, de 5 de Maio, que procede à regulamentação das matérias previstas no artigo 37.º do citado Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/A.

Nos termos do disposto na alínea b) do artigo 3.º daquele diploma, a política cinegética regional está sujeita “a uma gestão otimizada e ao uso racional, com vista a assegurar uma produção sustentável, no respeito pelos princípios da conservação da natureza e do equilíbrio biológico, e em articulação com as restantes formas de exploração da terra”. O ordenamento dos recursos cinegéticos obedece ao princípio “da sustentabilidade e da conservação da diversidade biológica e genética e do respeito pelos normativos cautelares que a eles se aplicam”.

No quadro jurídico vigente, compete ao Governo Regional organizar a lista ou listas das espécies que podem ser objeto de caça (alínea d) do n.º 2 do artigo 4º do DLR 17/2007/A).

As espécies cinegéticas são as constantes do Anexo I do DRR 4/2009/A e são as mesmas que as constantes do Anexo I da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 – “regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade”, pelo que, no plano material, a proposta referida não introduzirá qualquer alteração no ordenamento jurídico regional, nesta matéria.

Refira-se que as espécies de aves em causa constam todas, à exceção da *Coturnix coturnix*, da Parte A do Anexo II da Diretiva n.º 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens, ou seja, podem ser objeto de caça na zona geográfica marítima e terrestre de aplicação da Diretiva. Quanto à *Coturnix coturnix*, está incluída na Parte B do referido Anexo, pelo que apenas pode ser objeto de caça nos Estados-membros para os quais é mencionada. Estando mencionada para Portugal, pode aqui ser caçada.

No que se refere aos repovoamentos, estes são permitidos mas apenas com espécies cinegéticas, devendo os exemplares utilizados possuir comprovativo do seu estado sanitário e da pureza genética das populações de onde são provenientes, como resulta do disposto no artigo 10.º do DLR n.º 17/2007/A. O DRR n.º 4/2009/A, no seu artigo 7º, faz depender o repovoamento da aprovação do departamento do Governo regional com competência em matéria cinegética e impõe restrições à origem dos espécimes.

No que se refere ao estado de conservação das espécies de aves incluídas na lista de aves cinegéticas da Região, integram todas a categoria de *Least Concern* da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza, a qual corresponde ao nível mais baixo de risco determinado em resultado da avaliação do estado de conservação de uma espécie.

c) *Diligências efetuadas*

Admitida a Petição, e ainda na reunião de 9 de Dezembro de 2012, a Comissão decidiu efectuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor;
- Pedido de parecer às associações cinegéticas da Região Autónoma dos Açores;
- Pedido de parecer à Direção Regional dos Recursos Florestais.

A Comissão deliberou não solicitar parecer às organizações não-governamentais de ambiente uma vez que as mesmas foram chamadas a pronunciar-se sobre a matéria objeto da petição no âmbito da apreciação da proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2001 – “Regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade”.

1. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

A Comissão procedeu à audição do primeiro subscritor da petição, Dr. Pedro Rodrigues, na sua reunião do dia 12 de Janeiro, p.p.

O **Presidente da Comissão** enquadrou a audição e relevou a participação dos cidadãos, usando dos recursos para tanto disponíveis. Seguidamente, deu a palavra ao peticionário para expor a sua pretensão e respetivas motivações.

Usando da palavra, o **Peticionário** referiu que, perante o conhecimento de que a lista de espécies cinegéticas seria alterada, decidiram fazer a petição em apreciação, a qual conta já com mais de 1500 assinaturas na versão que corre na Internet.

Referiu que é biólogo e que está a fazer doutoramento em avifauna dos Açores e que outros ornitólogos e pessoas associadas a atividades como *birth watching*, subscreveram a petição.

Referindo-se ao ponto 1. da petição, disse que os patos são raros nos Açores e que no caso das espécies *Anas strepera*, *Anas acuta* e *Anas clypeata* apenas aparecem nos Açores um ou dois indivíduos por ano. Acrescentou que a retirada dos patos da lista de aves cinegéticas não afetará a caça e que a petição não é contra a caça nem contra os caçadores, mas a favor de um recurso único que os Açores oferecem. Destacou, ainda, a questão do saturnismo e da introdução de espécies invasoras.

Quanto à narceja, disse tratar-se de uma ave que apenas nidifica na zona dos Graminhais e referiu as questões ligadas à sua distinção da galinha americana. Considerou que é a ilha do Pico que tem maior número de indivíduos desta espécie e que os estudos sobre a mesma ainda estão em curso.

A Deputada **Isabel Almeida Rodrigues**, do **PS**, saudou a participação dos cidadãos através do recurso aos meios disponíveis para a sua participação cívica em geral e, em particular, no processo legislativo que originou a petição em apreciação. A Deputada, considerando que todas as espécies de patos mencionadas são espécies cinegéticas nas suas regiões de origem, pretendeu saber se e em que medida a caça que se pratica nos Açores pode afetar o estado de conservação destas espécies e quais as que ocorrem com maior frequência no território da Região.

Respondendo à Deputada, o **Peticionário** considerou que uma das espécies que ocorre mais abundantemente é a *Anas crecca*, ou marrequinha, com bandos de 30 a 40 indivíduos, que se avistam sobretudo nas Sete Cidades e Furnas. Quanto à *Anas platyrhynchos*, ou pato-real, disse que é uma espécie que hibridou com espécies domésticas e que se supõe que, antigamente, alguns casais nidificavam nos Açores. Quanto a esta espécie, questionou como se garante que se caçam patos-reais, uma vez que as fêmeas são muito semelhantes aos machos e são necessários anos de experiência para uma identificação segura.

Segundo o peticionário, supõe-se que existam alguns países com problemas de conservação da espécie e, referindo-se aos Estados Unidos da América, disse tratar-se de um país com muitas restrições à caça, quer em termos de zonamento quer quanto à época de nidificação e migração.

Em relação aos patos que vêm aos Açores, considerou que não pode fazer-se nos Açores o mesmo que noutros locais, pois trata-se de espécies que estão a criar um nicho muito importante, em termos económicos, com a vinda de largas centenas de pessoas anualmente aos Açores.

Para o peticionário, a caça não afetará globalmente as espécies, mas há que ter em atenção os efeitos adversos que podem advir.

O Deputado **Paulo Ribeiro**, do **PSD**, começou a sua intervenção referindo a importância do turismo ambiental e salientando o crescimento da procura da Região para a bird-watching. Prosseguiu referindo que, tal como a observação de aves é um atrativo turístico, a caça também o é, questionando sobre como será possível conciliar a caça e a proteção das aves.

Respondendo ao Deputado, o **Peticionário** disse não compreender que se venha do Continente aos Açores para caçar, uma vez que lá terão milhares de aves à disposição, pelo que considera que a aposta nos Açores como destino de caça não é a melhor aposta, até porque a sua mais-valia económica não será comparável à que resulta da preservação do ambiente, acrescentando que nos Açores não há stock para desenvolver a caça.

Disse supor que os estudos nos Açores abrangem a codorniz, a galinhola e a narceja e questionou o lançamento dessas espécies. Quanto à codorniz, disse que se discute a existência ou não de codorniz endémica, podendo as aves introduzidas ser portadoras de parasitas e doenças.

Quanto à conciliação, considerou ser necessário respeitar os períodos de nidificação e impedir a caça em zonas de grande importância, como é o caso das lagoas. O Peticionário relevou, também, a importância de um estudo de prós e contras e concluiu esta sua intervenção considerando que o ambiente é, certamente, o melhor produto dos Açores.

O Deputado **Mário Moniz**, do **BE**, pretendeu saber se os indivíduos das espécies em causa que passam pelos Açores são sempre os mesmos e se a sua passagem pelos Açores resulta de um acaso, por exemplo de condições climatéricas, ou de habituação.

O **Peticionário** respondeu que há espécies que ocorrem após grandes tempestades e que morreriam se não tivessem encontrado os Açores. São aves que chegam muito fragilizadas. Disse, também, que muitos desses bandos estarão nas suas rotas migratórias feitas no passado e que teriam como destino migratório, por exemplo, a Pedreira do Cabo da Praia. Uma vez que as aves continuam a migrar, considerou que isso pode ser um sinal de que no passado migravam para a Região.

O Peticionário revelou ter um projeto que visa marcar os indivíduos para perceber as suas rotas, inclusivamente entre as ilhas dos Açores e referiu a importância da proteção das espécies para o turismo e a atividade de *birth watching* e para a proteção da biodiversidade dos Açores. Para o peticionário, a lista de aves cinegéticas implicará o fim daquela atividade nos Açores.

Os Deputados **Paulo Ribeiro** (PSD) e **Isabel Almeida Rodrigues** (PS), alertaram para o facto de a petição em nenhum momento referir as espécies a que aquela se reporta e solicitaram os devidos esclarecimentos.

O **Peticionário** esclareceu que, quanto às nativas, estão em causa a narceja, que ocupa turfeiras e é indicadora de *habitats* muito frágeis; a galinhola, relativamente à qual estudos feitos permitiram encontrar em França espécimes anilhados; o pato-real, que não pode ser considerado totalmente nativo devido ao fenómeno da hibridação; a marrequinha, que nidifica esporadicamente, chegando de Inverno para passar a Primavera; a codorniz; a perdiz vermelha e a perdiz cinzenta; o pombo-da-rocha, que era considerado uma subespécie dos Açores e relativamente ao qual deve ser salvaguardada a caça apenas em situações de saúde.

O Peticionário defendeu a necessidade de um controlo rígido em relação à *Anas penelope*, dado tratar-se de uma espécie muito parecida ao pato americano. Relevou a importância da salvaguarda das espécies nativas e do controlo rígido da saúde das espécies introduzidas para caça.

O Deputado **Mário Moniz**, do **BE**, pretendeu saber se o pardal é ou não um invasor.

Respondendo ao Deputado, o Peticionário começou por referir o canário da terra, que é tido como endémico da Macaronésia e disse que no caso do tentilhão e de outros passeriformes, decorrem estudos para determinar se são espécies endémicas e alertou para o caso do papagaio, que está a nidificar nos Açores e que poderão vir a competir com outras espécies.

Quanto ao pardal, referiu que este ocupou um nicho de outras espécies e os seus *habitats* nas cidades. Considerou que o pardal e espécies como os papagaios são os mais graves para o ambiente, uma vez libertados. Tratando-se das únicas espécies que podem ser importadas para lojas de animais, alertou para a importância de estas aves não serem libertadas por quem as adquire.

Referindo-se à *Columbia livia atlantis*, considerou-a uma subespécie da *Columbia livia* e disse que atualmente não se sabe se subsiste.

O Peticionário disse saber que existem na Região muitos *lobbies* e que espera que se atenda aos Açores como local de natureza e amigo do ambiente, pelo que considera importante que a Região seja livre da caça a espécies que são importantes para a sua biodiversidade e *habitats*.

Ao terminar a audição do Peticionário o **Presidente da Comissão** destacou a qualidade do contributo que a mesma trouxe à apreciação da iniciativa e referiu que a Comissão adiou o agendamento da proposta relativa ao regime da conservação da biodiversidade para ter mais um elemento na respetiva apreciação.

2. PARECERES SOLICITADOS

Foram solicitados pareceres às associações cinegéticas da Região e à Direção Regional dos Recursos Florestais. Os pareceres recebidos são juntos ao presente relatório, do qual fazem parte integrante.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* registou, agradavelmente, a participação dos cidadãos através do instrumento de participação cívica e política da petição, referindo ainda que as preocupações expressa na petição já foram, parcialmente, abordadas nas propostas de alteração apresentadas pelo GPPS à Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 14/2011 – “Regime jurídico da conservação da natureza e proteção da biodiversidade”.

Os *Grupos Parlamentares do PSD* e do *CDS-PP* não se pronunciaram aquando da apreciação da Petição em Comissão, reservando as respectivas posições para a apreciação em reunião do Plenário.

Capítulo V

CONCLUSÕES

Com base nas diligências realizadas, quer no âmbito da apreciação da presente Petição, quer na apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 – “Regime jurídico da conservação da natureza e proteção da biodiversidade” –, para cujo relatório se remete, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu, por maioria, com os votos a favor do PS, e as abstenções do PSD e do CDS/PP, que, na Região Autónoma dos Açores, as espécies cinegéticas são as constantes do Anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2009/A, de 5 de Maio, e são as mesmas que as constantes do Anexo I da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011, pelo que a referida iniciativa legislativa não introduzirá qualquer alteração no ordenamento jurídico regional, e que, apesar disso, são pertinentes algumas das preocupações manifestadas pelos subscritores da Petição n.º 20/2011 – “A favor da avifauna açoriana e contra a sua inclusão na lista de espécies de carácter cinegético” –, na exacta medida em que constam das alterações propostas à referida iniciativa legislativa.

Considerando que a Petição foi subscrita por 808 (oitocentos e oito) cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 192.º do Regimento.

Ponta Delgada, 12 de Janeiro de 2012

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

Presidente: Obrigado, Sra. Relatora.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Sabem as regras, constam do art.º 192.º.

Cada Grupo Parlamentar pode falar até 10 minutos, por uma só vez; cada Representação Parlamentar até 5 minutos por uma só vez.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, começa esta curta intervenção, saudando, desde já os peticionários por este ato de cidadania, mas igualmente porque ele nos permitirá, também, igualmente, aclarar e desmistificar algumas ideias feitas e pré-concebidas sobre o exercício da caça.

Naturalmente, que o PSD respeita esta diferente posição, mas começa, desde logo, por afirmar que aquilo que está na origem, digamos assim, desta petição, ou seja, a eliminação da caça às aves para que se torne sustentável o *bird watching*, não pode merecer, de maneira nenhuma, a nossa concordância. Desde logo, porque elas não são, de maneira nenhuma, incompatíveis.

Aliás, a eliminação das espécies cinegéticas que aqui se propõe e que são obviamente aquelas que são caçadas nos Açores, a maior parte delas não tem até grande apetência por parte dos mais entusiastas ornitólogos. Posso afirmá-lo aqui categoricamente.

Penso que este é o momento para dizer, que neste momento, temos plena consciência de que não há, ou há pouco mais gente interessada do que os caçadores na preservação da biodiversidade e na manutenção, naturalmente, das espécies, porque sem as espécies os caçadores não podem caçar.

Aliás, tem sido muitas das vezes os caçadores que têm contribuído para o rastreio destas mesmas espécies e para facultar informação, até aos próprios serviços florestais, no caso dos Açores, para que se possa manter e preservar efetivos que sejam razoáveis para permitir o exercício da caça.

Daí que talvez por desconhecimento, só assim o podemos admitir, esta petição tenha sido feita nos moldes em que foi feita, até porque nos seus diferentes considerandos eles carecem, todos ou a maior parte deles, de sustentação, até porque várias referências não correspondem minimamente à verdade.

Esta posição que nos parece bastante extrema revela aqui, em nosso entender, uma visão de alguma forma facciosa e hoje há até que admiti-lo, na RAA, como toda a gente sabe, há alguns estudos realizados, estudos esses importantíssimos,

para depois decidir com que meios, que quantidade, com que processos e em que espaços de tempo é possível caçar essas espécies.

Aliás, quando há bons exemplos também penso que os deveremos aqui referenciar. Permitia-me aqui relevar e sublinhar, porque penso que é um caso de sucesso e até nem conheço muitos em outras localidades, a experiência que se fez com a *Coturnix coturnix* (codorniz) que se considera ativa nos Açores e que tem sido, em minha opinião, um caso de sucesso e que permitiu recuperar efetivos que estavam já em níveis extremamente baixos.

A este propósito há outros exemplos, aqui na Região, que podem ser citados, não com a caça, mas, por exemplo, com a recuperação de pomóideas que o Eng^o. Moniz da Ponte está a fazer nos viveiros das Furnas e que acho que também é um exemplo significativo daquilo que deve ser feito nesta Região, aproveitando os recursos locais, que podem potenciar e valorizar a economia local.

Mas é igualmente falso que não hajam estudos relativamente à narceja e à galinhola e já agora porque este aspeto vai estar em discussão no diploma que se vai seguir, é bom que se diga que os efetivos de galinhola e de narceja estão reconhecidamente estabilizados.

Há aqui também que referir que as ilhas, todas elas, são bastante diferentes em termos de população cinegética e efetivos.

Por isso mesmo, à exceção de S. Miguel, onde a narceja está confinada praticamente ao Planalto dos Graminhais, há ilhas, como seja a Ilha do Pico e a Ilha das Flores, onde os efetivos de narceja se têm mantido estáveis. Portanto, não há qualquer razão para que se proíba o exercício da caça a estas espécies, até porque (eu acho que este aspeto é particularmente importante) todos os estudos indicam que a maior parte das narcejas caçadas, atualmente, são de duas variedades, a europeia e a americana. Por isso mesmo, estas variedades, a maior parte dos efetivos que são caçados, são provenientes da migração.

A pergunta que se coloca, num momento como este, é a seguinte: por que é que vamos proibir a caça à narceja, por exemplo, nos Açores, se a caça à narceja é permitida nos países de onde ela emigra e para onde ela emigra?

Ao falar em narcejas falaria igualmente na caça aos patos, que é feita da mesma maneira.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): As coisas que este homem sabe!

O Orador: Por isso mesmo, penso que muitas destas razões não fazem qualquer sentido, só a argumentação se pode concluir que a proibição do exercício da caça contribuiria, isso sim, para prejudicar essa atividade que é tão importante na economia de tantas regiões do mundo e em particular, naturalmente nos Açores.

Relativamente à dificuldade de identificar as espécies, obviamente, que esse é um problema que tem que ser ultrapassado na formação dos caçadores.

Já agora refira-se a este propósito também, a referência que há aqui a duas espécies, a perdiz cinzenta e a *alectoris rufa*.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Quem?

O Orador: *Alectoris rufa*.

A perdiz vermelha que já existiu em muitas das nossas ilhas e neste momento era bom que fosse possível, mas percebemos de quem sabe do que está a falar, a dificuldade em fazer o repovoamento através dos efetivos que neste momento só existem, de acordo com os dados que possuímos, em estado selvagem, na Ilha do Pico.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Na minha classificação só havia os pássaros, os passarinhos e os passarões!

O Orador: E passarinhas. Também há!

Para terminar por agora, a proibição da caça a estas espécies, obviamente, como toda a gente percebe, traria prejuízos elevados em nosso entender à própria economia regional.

Falando de caça naturalmente estamos a falar de um envolvimento económico muito grande que vai desde a venda de rações, da compra de cães, das armarias, dos alojamentos, das viagens, etc., etc., para não falar de uma outra circunstância, porque normalmente os desequilíbrios populacionais geram consequências graves.

Neste momento os Açores são paradigmáticos num exemplo que acho que deve ser retido e pensado na tomada destas decisões, que é o exemplo (para não falar do pardal, porque o pardal não é espécie cinegética) do pombo torcaz que, em consequência de uma diretiva europeia, foi suspenso da atividade cinegética e hoje é uma praga terrível em algumas ilhas, particularmente na Terceira e no Pico e se alguém tiver dúvidas vai aqui ao pátio da Assembleia e pode observá-los a passar com muita frequência, por cima da cabeça.

Em conclusão, aquilo que diríamos que é fundamental é que se faça cada vez mais uma gestão racional da atividade cinegética, do exercício de caçar, porque ela pode ser particularmente importante para a economia regional. Aliás, pensamos inclusivamente que esta atividade pode ainda ser desenvolvida noutros moldes, muito mais rentáveis em algumas ilhas dos Açores. Obviamente, quanto à observação de aves, naturalmente somos particularmente favoráveis e reconhecemos o interesse e o valor que ela tem, sem prejuízo de que a mesma possa prejudicar o exercício da caça.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por fazer uma declaração de interesses e dizer que ao contrário do Sr. Deputado que me antecedeu, na realidade eu estou longe, eu e o meu Grupo Parlamentar, de sermos especialistas em avifauna açoriana ou outra qualquer e temos a convicção que a maior parte das Sras. e dos Srs. Deputados partilharão desta limitação com os dois Deputados do BE.

No entanto, temos que ser capazes, apesar dessa limitação, de apreciar uma petição com largas centenas de peticionários, de assinaturas, mais de 800, que chega até nós e que visa, de acordo com o seu próprio conteúdo, defender a avifauna açoriana e opor-se à sua inclusão na lista de espécies de carácter cinegético.

Esta petição surge em reação, como os peticionários nos explicam, à Proposta de Decreto Legislativo Regional sob a epígrafe “Regime jurídico da

conservação da natureza e da proteção da biodiversidade”, diploma que dentro em breve iremos debater e votar e que inclui espécies de aves nativas açorianas na lista de espécies cinegéticas.

As preocupações expressas nesta petição são, do ponto de vista do BE, louváveis e a iniciativa cidadã é de felicitar, o que fazemos na pessoa de todos os peticionários.

Repito, não somos especialistas em avifauna, mas tendo, enfim, consultado alguma bibliografia, procurado esclarecimento, até no seguimento da leitura atenta de alguns dos pareceres que chegaram à Comissão, quer a propósito desta petição, quer a propósito do diploma do regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, não podemos deixar de dizer que se nos afigura que os considerandos desta petição são razoáveis, são sensatos e são absolutamente explicativos da síntese final em três pontos desta petição, que aliás há pouco foi realçada pela senhora relatora, mas que eu vou novamente acentuar.

Primeiro, a não inclusão de espécies de aves nativas na lista de espécies de carácter cinegético dos Açores;

Segundo, a não introdução de espécies exóticas com propósitos cinegéticos;

Terceiro, o desenvolvimento de um turismo verde, associado à observação de aves, que traga vantagens económicas a todas as ilhas açorianas.

Não nos aprece aconselhável, e menos ainda justo, transformar estas pretensões num ataque aos caçadores como parece que é isso que se pretende fazer, ou seja, estes peticionários serão completamente adversos à caça e, portanto, estarão contra qualquer atividade de caça. Em última análise, estão contra os caçadores.

Estas pretensões destes peticionários teriam que ser lidas como um ataque aos caçadores.

Não nos parece que tal seja razoável ou justo, tal como também não nos parece que a defesa dos amantes e dos defensores legítimos da caça tenha que passar pela descredibilização ou pela frontal oposição ao conteúdo desta petição.

Para o BE-Açores, todos os fundamentalismos são maus conselheiros. Venham eles dos caçadores, ou venham eles dos protetores e dos conservadores da natureza, não deixam de ser fundamentalismos.

Sras. e Srs. Deputados, lamento dizer que os pareceres das associações de caçadores que chegaram à comissão, não são de maneira nenhuma menos fundamentalistas do que o conteúdo desta petição.

É isso que nos parece um mau caminho.

Nós consideramos que nem o *bird watching* tem que ser privilegiado, relativamente à caça, nem a caça tem que ser privilegiada relativamente ao *bird watching*. Pelo contrário terão que ser as duas muito bem regradas com toda a transparência e regras muito claras no terreno, por forma a reverterem a favor da economia desta Região, em última análise de todos os açorianos e açorianas.

Não são opostas, não têm que ser opostas, podem ser complementares, mas para isso provavelmente, quer um lado, quer outro, terão que ceder alguma coisa.

Isto é que é o contrário do fundamentalismo.

É por esta razão que o Grupo Parlamentar do BE-Açores, levando em consideração aquelas que nos parecem pretensões justas, no espírito e na letra de algumas daquelas que estão vertidas no texto desta petição, decidimos incorporá-las como propostas de alteração no diploma legal sobre a conservação da natureza e a proteção da biodiversidade, que daqui a pouco iremos analisar e votar. Parece-me que assim também é uma forma de honrar o exercício da cidadania destes 800 e muitos peticionários.

Já agora, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de partilhar um pouco convosco (a minha declaração de interesses) o facto de ter começado por dizer que não há aqui no nosso Grupo parlamentar, especialistas da avifauna.

Gostaria de vos dar conta de algum do caminho que eu fiz, eu e os meus colegas de bancada e o meu grupo de assessores, ao ponto de dizer com toda a franqueza que se houvesse mais aves nos Açores para analisar, provavelmente eu transformar-me-ia numa caçadora furiosa, porque a determinada altura, para quem não é especialista, é muito difícil de acompanhar.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho aqui uma fotografia de duas piedeiras, que dão pelo nome de *Anas Penélope*, uma delas é europeia, a outra é americana; uma delas é protegida, a outra é cinegética.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto-vos uma coisa:

A menos que um destes passarinhos fale, como é que é possível distinguir a americana da europeia?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): É pela pronúncia!

A Oradora: Estamos num local pacífico, sem vento, com luz, completamente iluminado, não estamos numa situação de caça, Sras. e Srs. Deputados.

Se as Sras. e Srs. Deputados não são capazes de o fazer, eu pergunto como é que um caçador, com todos os binóculos que possa usar, é capaz de fazer a distinção?

Deputado João Costa (PSD): Há sempre a hipótese de acertar!

A Oradora: Se elas falarem eu ainda acredito que tal seja possível, como não me parece que esse milagre aconteça nos Açores, aceito o argumento dos peticionários que a confusão é possível e havendo confusão não é possível cumprir a regra e a lei de quais é que são cinegéticas e de quais é que são protegidas.

Já agora continuo.

A narceja, sobre a qual o Sr. Deputado que me antecedeu deu aqui uma pequenina aula a todos nós, que eu muito agradeço, que é uma espécie cinegética, num livro patrocinado pelo Governo Regional dos Açores, nas ameaças a esta espécie de ave, diz assim: “uma das ameaças é uma pressão cinegética excessiva e um calendário venatório muito longo”.

Está aqui. O Governo Regional dos Açores, patrocinou uma literatura sobre aves, que eu analisei com todo o cuidado e com a possibilidade das minhas competências, mas parece-me que não bate a bota com a perdigota, porque uma espécie de ave não pode simultaneamente ser cinegética e depois termos um livro de análise a esta espécie que diz que ela é objeto de ameaça, sendo que uma delas é exatamente a caça.

Portanto, há aqui qualquer coisa que não bate bem, pelo que, mais uma vez, um dos argumentos utilizados pelos peticionários nesta Petição colhe por uma questão de bom senso, que não de formação académica sobre a temática.

Por outro lado, outra coisa que eu também não percebo, mas lá está, eu já confessei que não sou especialista, o pardal. O pardal é uma espécie protegida.

Deputado João Costa (PSD): Americana!

A Oradora: Muito bem, mas neste mesmo livro diz assim, relativamente ao pardal que é uma ave de rapina ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados das diversas bancadas).

A Oradora: Era uma palavra de ordem estrita nas paredes da nossa cidade de Ponta Delgada: o pardal é uma ave de rapina.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados o vosso entusiasmo é tocante, mas gostaria de continuar a ouvir a Sra. Deputada.

A Oradora: Posso continuar?

Obrigada, Sr. Presidente.

O pardal, que é então uma espécie protegida, neste mesmo livro académico, científico, que é feito pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, diz: “não existe nenhuma preocupação quanto à sua sobrevivência no arquipélago, contrariamente a sua presença pode constituir uma ameaça a outras espécies residentes de passeriformes”.

Agora pergunto: é protegida e constitui uma ameaça?

Também não compreendo.

Aquilo que os peticionários dizem nesta petição, de que há confusões e de que há erros que importa clarificar, por uma questão mais uma vez de mero bom senso e de procura de esclarecimento, colhe no Grupo Parlamentar do BE e daí as nossas propostas de alteração ao diploma que em breve iremos analisar.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais felicitar os peticionários pelo direito de participação, em trazer ao órgão máximo da autonomia a sua preocupação, no caso em concreto, a favor da avifauna e contra a inclusão na lista de espécies de carácter cinegético na região.

Depois, dizer-se que percebemos a preocupação destes peticionários, pese embora, na nossa opinião, entendamos, que boa parte dos argumentos usados não corresponde à realidade.

Não corresponde à realidade, desde logo, porque no âmbito da audição parlamentar ao peticionário tivemos oportunidade de ouvir o senhor dizer-nos que, na maioria dos casos onde estas aves possam eventualmente estar, são zonas onde a caça não é permitida.

Portanto, se a caça na maioria dos casos não é permitida, ou seja, é proibida, desde logo não haverá qualquer confusão do caçador entre um pato e outro ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas as aves voam!

Deputado Mark Marques (PSD): Nem tudo o que tem penas voa!

O Orador: ... porque eventualmente eles não podem caçar nessas zonas.

Portanto, um dos maiores argumentos do primeiro peticionário foi que, de facto, essas aves que são raras e que em pequena escala possam parar na região, param nas lagoas, param nas tofeiras, ou seja, param na maioria dos casos em zonas onde é proibida a caça.

Portanto, desde logo cai por terra, na nossa opinião, aquela que é a primeira preocupação destes peticionários.

Depois, dizer-se que na nossa opinião, é perfeitamente possível reconciliar o turismo cinegético com o turismo de observação de aves na Região, por uma razão muito simples: há que louvar o Governo pelo trabalho que tem sido feito em relação ao turismo de observação de aves, pese embora estejamos muito aquém daquilo que é o necessário, mas de facto o Governo, até na presente legislatura, já deu alguns passos em relação a essa matéria.

Portanto, na nossa opinião parece-nos de todo exagerado o âmbito desta petição, quando, ao dizer que ao estar mencionado nesta lista de carácter cinegético algumas das aves que aqui são mencionadas, pode colocar em causa a vinda de turistas à Região para a observação de aves.

Por isso parece-nos que cai por terra um bocado as preocupações destes peticionários e como tal, percebemos a intenção deles, a preocupação que nos foi transmitida, não faz grande sentido, por aquilo que acabei de explanar.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras vão para os peticionários e subscritores desta petição, saudando-os e enaltecendo a iniciativa aqui em análise.

Independentemente do objeto da petição e das opiniões de cada um de nós sobre esta ou outras matérias, importa realçar o facto de um grupo de cidadãos se ter mobilizado em torno de um objetivo comum, demonstrando um elevado sentido de responsabilidade e conferindo convicção naquilo em que acreditam e pelo que lutam no seu quotidiano. Uma sociedade participativa e ativa é uma sociedade desenvolvida e por isso gostaria de enaltecer a apresentação dessa petição.

Aos Peticionários move-os os interesses ambientais, que muito prezo, nomeadamente as questões associadas à proteção e a conservação das espécies de aves residentes ou que visitam os Açores, sendo contra a inclusão de algumas espécies na lista de espécies passíveis de serem caçadas nos Açores, bem como a proibição de introdução de espécies exóticas no espaço natural dos Açores, destinados à atividade cinegética.

Revelam ainda que são favoráveis ao desenvolvimento de um turismo associado à observação de aves, que traga aos Açores ornitólogos que promovam o desenvolvimento económicos das ilhas alvo dessas visitas.

Refira-se que esta pretensão decorre da apresentação da proposta de criação do Regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade, que será analisado e debatido no ponto seguinte da agenda desta Assembleia,

pelo que é ainda passível de alteração em algumas normas, como forma de inclusão de algumas das pretensões dos subscritores da petição no texto final do diploma.

Sobre esta matéria, gostaria de tecer algumas considerações:

- O atual quadro de legal relativo às espécies cinegéticas da Região, define já quais as espécies passíveis de serem caçadas e que são as mesmas que constam da proposta de Decreto Legislativo Regional relativo ao regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade que iremos analisar nesta sessão plenária, pelo que, com a aprovação desse diploma, não haverá qualquer alteração às espécies cinegéticas da Região Autónoma dos Açores, não haverá qualquer alteração ao ordenamento jurídico existente e em vigor na Região.

Ou seja, na proposta de DLR que analisaremos mais tarde nesta sessão, não serão introduzidas novas espécies passíveis de serem caçadas nos Açores para além daquelas que, desde 2009, constam do Decreto Regulamentar Regional 4/2009/A e que decorre da aprovação, nesta casa e por unanimidade, do Decreto Legislativo Regional 17/2007/A, relativo ao regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos.

Aliás, há que referir que desses diplomas:

- constam regras para a prática da caça, com princípios bem definidos e claros, que são mais restritivos para as espécies que apresentam populações mais frágeis,
- com uma gestão partilhada entre os vários agentes e intervenientes no sector,
- com determinação de calendários venatórios fixados por espécie e que tem em conta os ciclos de reprodutivos das espécies cinegéticas sedentárias e às épocas e natureza das migrações, no caso das espécies migratórias,
- com preocupações ao nível da sustentabilidade, onde são definidas normas claras ao nível da conservação que visem, nomeadamente, a preservação do potencial biológico das espécies cinegéticas e a manutenção da biodiversidade e

dos equilíbrios biológicos do meio, o respeito pelos estádios de reprodução, o uso e exploração sustentável das espécies cinegéticas,

- Com a proibição de determinadas práticas que poderiam implicar a degradação de habitats e assim tornar mais vulneráveis as espécies cinegéticas,

- Com regras ao nível dos repovoamentos de espécies cinegéticas,

Ou seja, existem já normas claras em termos de ordenamento jurídico interno que regulam as atividades cinegéticas nos Açores, com preocupação ao nível da sustentabilidade, com preocupações em termos de conservação da natureza, resultantes dos vários trabalhos e estudos que a Região tem desenvolvido em matéria cinegética, com a colaboração com instituições científicas de reconhecido mérito.

Outra questão que se considera importante realçar é o facto de qualquer uma das espécies de aves passíveis de serem caçadas na Região e que constam do DLR que será debatido nesta casa, são classificadas pelo Livro Vermelho das Aves Ameaçadas da IUCN como *Least Concern*.

Ou seja, são consideradas espécies, aves, que não tem qualquer estatuto de conservação desfavorável, não se encontrando em risco de ameaça, não sendo raras, nem ameaçados nos locais onde são oriundas.

Por último, considero importante realçar as preocupações dos peticionários em termos de ecoturismo. Esta é também uma preocupação desde grupo parlamentar.

Qualquer recurso que tenhamos à nossa disposição, que promova a vinda e rotatividade de mais pessoas à Região tem que ser potenciado e não descorado. No entanto, tem que existir um equilíbrio entre todas as atividades, entre todos os sectores, compatibilizando todos os usos.

É este o desafio e é com esse sentido de responsabilidade que trabalhamos todos os dias, com o mesmo empenho e dedicação, como forma de desenvolvimento dos Açores, como forma de promoção da economia regional, como forma de crescimento dos Açores e dos Açorianos.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As intervenções que me antecederam foram suficientemente claras, quer as favoráveis, quer as desfavoráveis, mas de qualquer forma gostaria também de deixar aqui a opinião da Representação Parlamentar do PCP relativamente a esta questão e depois desenvolvê-la quando estivermos a discutir o diploma da avifauna.

Desde logo, saudar os peticionários por esta iniciativa e, sobretudo, porque eles colocam uma questão à Região e colocam-nos aqui uma questão que vai um pouco para lá do próprio objeto e que tem a ver com opções que têm que ser feitas relativamente àquilo que queremos oferecer como destino turístico do destino Açores, isto é, há que fazer algumas opções.

Oferecemos os Açores como um destino turístico onde a natureza e a qualidade ambiental são marca. Portanto, considerando os equilíbrios que entretanto a Deputada Bárbara Chaves aqui referiu, não podemos, nem devemos deixar de refletir e interrogar-nos sobre o caminho que queremos seguir relativamente à questão do equilíbrio entre diferentes atividades que têm, em si mesmo, o mesmo objeto.

A questão é esta: queremos ou não continuar a oferecer o destino Açores, como temos vindo a oferecê-lo, como um destino onde a qualidade ambiental e a natureza primam? A questão é tão-somente esta.

Esta opção tem que ser feita e estar refletida no DLR que iremos discutir ao longo deste plenário e então na altura teremos oportunidade para aprofundar a discussão sobre esta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não sei se há mais inscrições.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Não podemos! Só pode haver uma de cada grupo parlamentar!

Presidente: Só pode haver uma de cada grupo parlamentar, o Sr. Deputado Francisco Álvares tem razão, eu devia perguntar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se quer intervir nesta matéria, ou se damos o debate por encerrado.

Então está encerrado o debate relativo à petição.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Pelas minhas contas regressamos às 18 horas e 55 minutos.

Até já.

Eram 18 horas e 27 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 01 minutos.

Vamos então debater a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/2011 – “regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos”**.

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo entendeu trazer, à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, esta proposta de regime jurídico relativo ao acesso de recursos naturais para fins científicos, que incluem, como o diploma quer dizer no seu preâmbulo, quer os recursos biológicos, quer os recursos genéticos e mesmo os subprodutos derivados do ar, da água, dos minerais e do solo, mas sobretudo que Açores, a

partir de agora, possam ter um instrumento para utilizar a partilha desses recursos, mas também recolher benefícios dessa partilha, aliás, o que se passou em finais de 2010 no Japão, com o estabelecimento do chamado Protocolo de Nagoya, que acabou por ser a retificação sobre os auspícios da ONU, onde 190 países concordaram e acordaram em partilhar recursos genéticos e naturais, desde que houvesse benefícios para a Região originária desses recursos.

Trata-se por isso, na ordem jurídica regional, de estabelecer um conjunto de regras, de parâmetros, que possam defender os nossos recursos de qualquer situação que tenha a ver com a transferência desse património para fora da Região.

É do senso comum que isso poderá já ter acontecido. Pode haver até casos conhecidos em que um investigador, uma entidade que se desloca aos Açores, leva num simples tubo de ensaio uma amostra das nossas caldeiras, no caso das Furnas, ou de outro sítio qualquer, e transforma-a, sob o ponto de vista da transferência do conhecimento, em atividades de investigação e desenvolvimento em contexto empresarial, que geram mais-valias para esses países.

Isso já aconteceu e obviamente que acontece em outras partes mundo.

Este diploma, que não existe na ordem jurídica nacional, visa só a questão dessas amostras científicas. Não se trata de utilização doutros instrumentos que têm a ver, por exemplo, com a exploração de recursos minerais ou recursos naturais, em larga escala, em que há outro tipo de legislação que serve para regular essas matérias.

Neste caso concreto, é exatamente no âmbito do chamado Protocolo de Nagoya e nesse espírito, que se deve acautelar o nosso património, genética e natural, de modo a que ele possa, de algum modo, trazer benefícios à Região.

Neste sentido, estipulam-se um conjunto de regras, de autorizações prévias e certificados de conformidade para que se tenha alguns requisitos que efetivamente possam ser depois estabelecidos nessa partilha mútua de recursos e de conhecimentos também.

Não é só uma questão de partilha de recursos financeiros, tal qual prevê o Protocolo de Nagoya, é também a possibilidade de transferência de conhecimento para a Região.

De resto, há também um conjunto de normas internacionais que são vistas aqui como os chamados marcadores. Trata-se só, ao fim e ao cabo, de linguagem mais simples, de dizer que são etiquetas próprias que a região terá que produzir para certificar esse tipo de amostras científicas que saiam daqui.

Isto poderá permitir no futuro, ou de impedir, por exemplo, que se vendam fósseis de Santa Maria em Lisboa, ou outras situações deste tipo, que de algum modo conduziria a uma situação de termos uma Região quase a saque.

Também devo dizer que na ordem jurídica europeia, nem todos os países ainda avançaram para este tipo de regulamentação, mas penso que estamos a tempo, face àquilo que também é o Protocolo de Nagoya de 2010, de avançarmos para este tipo de legislação.

É com este espírito que o Governo traz à Assembleia Legislativa Regional este diploma, porque pensa, vendo ao longe, que podemos todos ter razão antes e acautelar de uma maneira mais segura esta questão dos recursos genéticos e naturais.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma do “regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos”, sendo um diploma que visa acautelar os nossos cobiçados recursos, tem à partida o nosso apoio.

No entanto, ficam-nos algumas dúvidas sobre o cabal êxito da sua aplicação, no que concerne a acautelar as nossas riquezas naturais.

Vale a pena ter em atenção as questões levantadas pela Universidade dos Açores, nomeadamente na preservação da biodiversidade e na finalidade da recolha de amostras.

Não há nada nesta iniciativa que regule administrativamente experiências com recursos naturais.

Estamos em crer que isso se deve à intenção anunciada pelo Governo de apresentar, a breve trecho, legislação nesse sentido.

Por outro lado, esperamos que o Governo não ceda às pressões que já se fazem sentir e apresente rapidamente nesta Assembleia a proposta legislativa que garante os Açores como região livre de transgénicos.

O Presidente do Governo Regional dos Açores levantou-se a favor do mar como se não fizesse sentido que assim fosse, desde sempre.

É uma boa altura para o Governo fazer *jus* a essas declarações sobre a aposta no mar e no seguimento desta intenção dar todo o apoio necessário para o DOP, neste caso específico do mar, cumprir a sua missão.

Não basta regular este assunto. É também necessário fornecer mais condições e meios para que, em conjunto com a legislação sobre o sistema científico e tecnológico, o DOP possa fazer mais e ainda melhor pelo mar dos Açores.

Ciente da legislação que se está a produzir relacionada direta e indiretamente com este assunto e que esperamos que colmate as lacunas enunciadas, o BE-Açores dá o seu contributo no âmbito estrito proposto na iniciativa, apresentando propostas de alteração e adendas, que colmatam nomeadamente a preocupação manifestada pela Universidade dos Açores sobre a utilização de recursos para amostragem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que agora estamos aqui a debater abre-nos portas para que possamos tirar partido daquelas que são as nossas riquezas naturais, os nossos recursos.

Embora estejamos a falar das amostras para fins científicos, sabemos que a partir daí muito pode acontecer com o que a partir dos Açores for descoberto.

Com este diploma abre-se caminho também para que existam novas portas de desenvolvimento na região, não só com aquilo que vamos exportar no sentido

dos nossos recursos, mas daquilo que ficamos a conhecer e que possamos produzir cá. Quanto maior for a cadeia de valor cá, melhor para a Região, melhor para todos nós, maior é a riqueza que aqui se vai produzir.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta questão dos recursos naturais é, por isso, uma oportunidade para os Açores. Saibamos nós tirar partido dela, saibamos nós ter vontade de apoiar a investigação científica cá e o desenvolvimento destas técnicas com vista à produção de novos produtos e de novo *know-how*.

Sabemos que existe na região vários Centros de Investigação Científica que fazem excelente trabalho, reconhecido a nível internacional.

O que o PSD se preocupa neste momento, e que é uma preocupação desses Centros de Investigação e dos investigadores que lá trabalham, é saber se com este diploma, com o regime que agora vai ser aprovado, se vai atrasar ou se vai dificultar a criação de parcerias entre as instituições de investigação regionais e potenciais investigadores e centros de investigação estrangeiros?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É manifesto, conforme já foi aqui referido, que a evolução científica e tecnológica tem colocado, e coloca, uma crescente pressão sobre os recursos disponíveis na natureza, sobretudo sobre aqueles que têm utilidade para uso humano, ou seja, que incorporam valor.

Torna-se por isso necessário, conforme já foi referido, preservá-los e valorizá-los.

O diploma que agora apreciamos surge precisamente nesta linha de pensamento, abrangendo no seu âmbito, todos os recursos naturais e acompanha muito de perto o clausulado no Protocolo de Nagoya, que já foi aqui também invocado, pese embora este protocolo se restrinja exclusivamente ao património genético.

Trata-se também, como já foi aludido e nunca é de mais referenciá-lo, de uma iniciativa pioneira no ordenamento jurídico nacional e também muito pouco frequente além-fronteiras.

Este pioneirismo, e a já referida intenção de abranger a generalidade dos recursos naturais, para além dos recursos genéticos, coloca ao legislador e coloca a quem preparou a iniciativa especiais dificuldades, como a nós próprios na sua análise.

É natural, e aqui respondendo à questão colocada pelo Sr. Deputado Mário Moniz, que não estejamos perante um diploma perfeito, mas da aplicação do mesmo saberemos certamente retirar os devidos ensinamentos que levarão a que o mesmo possa, no futuro, ser aperfeiçoado e que a regulamentação possa concretizá-lo e aproximá-lo mais da realidade, mas essas dificuldades só realçam a importância e a urgência desta iniciativa.

Se me permitem, gostaria de ilustrar esta importância e esta urgência, precisamente com uma história real.

Há mais ou menos uma década, um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, envolvendo diversas entidades e universidades nacionais, efetuou missões nos mares dos Açores, concretamente em quatro zonas hidrotermais submarinas desta Região: Menez Gwen, Monte Saldanha, Lucky Strike e Rainbow.

Nessas missões, a última das quais realizadas em 2002, foram recolhidas diversas amostras de água, pequenos animais e alguns sedimentos.

Uma das universidades envolvidas retirou e usou, dessas amostras, 93 microrganismos que deram origem a uma coleção de 187 extratos com potencial uso comercial.

O grupo de pesquisa envolvido nesse processo, nessa universidade criou, em 2005, uma empresa, vulgarmente designada por *Spin-off* que em 2007 viria a comprar à dita universidade, os direitos comerciais sobre essa coleção de extratos.

A partir de 2009, a dita empresa, a *Spin-off*, tem vindo a comercializar aqueles extratos, vendendo-os à indústria biofarmacêutica e à indústria da cosmética.

O Jornal Expresso, em outubro de 2009, noticiava com o seguinte título: “Açores ajudam a fazer remédios”.

Esses recursos naturais açorianos ajudam a fazer remédios, geraram rendimento a essa universidade que vendeu os direitos comerciais desses estratos, asseguram negócio à empresa, dita *Spin-off* e conhecimento à mesma empresa, já que nesses contratos comerciais essa empresa, não só recebendo pagamentos iniciais, contratualizou percentagens nas vendas futuras, como também contratualizou aquilo a que se designa de *mile stones*, ou seja, com realização de controlos e testes da funcionalidade do produto ao longo do respetivo processo de elaboração e garantirá certamente rendimentos futuros à indústria farmacêutica e à indústria da cosmética que já utilizam esses mesmos estratos.

O que é que ficou nos Açores, perguntamos nós?

Nada! Nem dinheiro, nem conhecimento.

É isto precisamente que esta iniciativa visa acautelar, ou seja, o controle do acesso aos nossos recursos naturais, impondo regras para a justa repartição dos benefícios daí resultantes.

Por tudo isto, esta iniciativa merece o nosso apoio, o apoio deste Grupo Parlamentar e desde já anuncio que acompanharemos favoravelmente as propostas de alteração oriundas da bancada do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Felicitar o Governo Regional por nos trazer hoje este diploma aqui.

Na nossa opinião é uma iniciativa positiva, uma iniciativa que vem dotar a Região de um instrumento legal que até agora não tínhamos e que vem defender as eventuais investigações científicas que possam acontecer na Região, à semelhança, e como acabou de dizer o Deputado Hernâni, já aconteceu no passado e acabaram por não nos trazer, se calhar, as mais-valias a que tínhamos direito.

Desta forma, é um documento que salvaguarda aquele que é o nosso património e os eventuais benefícios, inclusive, económicos também, que poderão advir para a nossa Região.

Por outro lado, há que salvaguardar uma eficaz fiscalização para que estas pesquisas e estas amostras recolhidas, de futuro, na Região, não percam o rasto e de facto nos tragam essas mais-valias e não se venham a perder, como até agora aconteceu e que mais uma vez o Deputado Hernâni aqui acabou de frisar. De facto os Açores ajudam, mas não foi mais do que isso. Os Açores ajudam mas não têm qualquer benefício com isso, o que nos dá agora este diploma, com a sua aprovação, alguma garantia que de futuro assim não será.

É uma iniciativa muito positiva. Aquilo que deixamos aqui como alerta é que o Governo tem que estar bastante atento e que a fiscalização tem que ser muito eficaz para que não se perca o rasto dessas amostras que venham a ser autorizadas pelo Governo dos Açores, recolhidas na Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria a posição do PPM é de apoio à iniciativa, no sentido de a valorizar. Dou os parabéns ao Sr. Secretário por ter apresentado esta matéria aqui no Parlamento. Considero que era uma daquelas pechas, que tínhamos na nossa legislação. De facto, os nossos recursos naturais não estavam devidamente protegidos, tendo em conta até o valor crescente destes recursos, o que significa, hoje em dia, a valorização que tem a biodiversidade e os recursos que dela podem advir.

Nesse sentido não tenho muito mais a acrescentar, a não ser transmitir que o PPM votará, obviamente, a favor desta iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero também saudar a iniciativa do Governo Regional, quer ao nível da enunciação dos princípios preambulares, quer relativamente ao objeto e ao fim que se pretende atingir com esta iniciativa legislativa.

O Deputado Luís Silveira referiu há pouco, e bem, concretamente, o que tem a ver com a questão da fiscalização, até porque o diploma tem aparentemente uma carga burocrática grande, mas de qualquer forma essa carga traz ali, alguma prioridade à fuga, por exemplo, se eu não declarar que aquilo que levo comigo são amostras para fins científicos ou se as amostras forem recolhidas por terceiros ou acidentalmente.

Há, portanto, aqui algumas questões sobre as quais, depois da avaliação do diploma e depois de ele estar aprovado, promulgado e em execução, deve haver aqui alguma vigilância e alguma fiscalização.

Aquilo que estou a alertar o Sr. Secretário é apenas para isto.

Apesar da carga burocrática que tem associada e que aparentemente até é pesada, eventualmente tem ali algumas possibilidades de fuga, designadamente nas questões que anunciei.

De resto, como já disse, terá o apoio da Representação Parlamentar do PCP e saudar a iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Governo também está ciente de que a eficácia e a eficiência deste diploma depende também agora da sua regulamentação e do modo como ele vai ser aplicado.

É uma área nova, mesmo na ordem jurídica nacional.

Como se sabe, em termos de direito internacional, o que nós temos neste momento é um Decreto-Lei, penso que é o 21/93, de 21 de junho, que está mais ligado à questão da convenção da biodiversidade, que é uma matéria mais vasta

onde isto se integra e é tratado. Até nem é pelo Departamento que eu tutelo, sob o ponto de vista mais de macro, mas é uma matéria também que o Governo Regional está atento.

De resto, também gostava de dizer que o Governo, sob o ponto de vista do mar e da Universidade dos Açores, continua com a mesma postura, o que o tem levado, por exemplo, a investir na Universidade dos Açores, nos últimos 5 anos, mais de 50 milhões de euros, incluindo o apoio à tripolaridade nos últimos 3 anos, que ultrapassou 1,3 milhões de euros.

Portanto, não há nenhuma razão para temores da Universidade dos Açores sob o ponto de vista do apoio em termos de bolsas de pós-doutoramento, doutoramento, mestrado, bolsas para licenciados e até bolsas de investigação à iniciação científica. Elas não só são direcionadas para a Universidade dos Açores, como são direcionadas para a investigação que tem a ver com a nossa região.

O regulamento é muito apertado nessa matéria, como não poderia deixar de ser, face aos nossos recursos e aos recursos que nós temos.

Queria dizer que essas próprias bolsas são superiores em montante às bolsas do Fundo de Ciência e Tecnologia. Isso significa, de facto, essa atenção.

Portanto, o Governo continua com essa postura e face a este diploma nós estaremos atentos também, para que essa regulamentação de uma área nova e de um diploma novo confira a este instrumento toda a sua utilidade que, ao fim e ao cabo, é a preservação e sobretudo a defesa e acautelamento dos nossos recursos naturais e genéticos.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Assim sendo vamos passar à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade a proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este diploma é objeto dum conjunto de alterações, todas apresentadas pelo BE.

Pergunto à câmara se há alguma oposição em que elas sejam postas à votação em conjunto, as 11 alterações do BE?

Creio que não. Assim sendo vamos votar as propostas de alteração do BE para este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se podemos votar os artigos 1º. a 31º. do diploma em conjunto?

Creio que sim.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pedia aos líderes parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência o favor de se aproximar da Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos ficar hoje por aqui.

Retomamos os nossos trabalhos às 10 horas da manhã, de amanhã, com um debate de urgência, apresentado pelo BE.

Muito boa noite a todos. Bom jantar e até amanhã.

Eram 19 horas e 25 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

Berto José Branco **Messias**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Gaspar Rosa de **Lima**

Lizuarte Manuel **Machado**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro - N.º 38/XII - 171/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 03

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 23;

Assunto: Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso - N.º 40/XII - 173/IX

Autor: Gabinete da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 04

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 24.

2 – Ante-Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece um regime transitório e excecional de apoio aos desempregados com filhos a cargo e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 5 de novembro - N.º 176/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2011– dezembro – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 02;

Assunto: Estabelece, no âmbito do sistema previdencial, o quadro legal da reparação da eventualidade de desemprego dos trabalhadores que se encontrem enquadrados no regime dos trabalhadores independentes e que prestam serviços maioritariamente a uma entidade contratante - N.º 177/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2011– dezembro – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 02.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2012 - n.º MFAP - (Reg. DL 255/2011 – N.º 178/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2011– dezembro – 30

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 09;

Assunto: Estabelece o regime de derrogações aplicáveis à comercialização de misturas de preservação destinadas a serem utilizadas na preservação do meio natural no contexto da conservação dos recursos genéticos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2010/60/UE, da Comissão, de 30 de agosto, que prevê determinadas derrogações à comercialização de misturas de sementes de plantas forrageiras destinadas a serem utilizadas na preservação do meio natural - MAMAOT - (Reg. DL 264/2011).- N.º 179/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2012 – janeiro – 03

Comissão: Economia;

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 12;

Assunto: Regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e estabelece procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que

estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas - MAMAOT - (Reg. DL 266/2011) – N.º 180/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2012 – janeiro – 03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 12;

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria - MAMAOT - (Reg. DL 287/2011) - N.º 181/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2012 – janeiro – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 12;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 256/2009, de 24 de setembro, que estabelece os princípios e orientações para a prática da proteção integrada e produção integrada, bem como o regime das normas técnicas aplicáveis à proteção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, e cria um regime de reconhecimento de técnicos em proteção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, no âmbito da produção agrícola primária, conformando-o aos princípios e objetivos preconizados no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços realizadas no território nacional, e que igualmente transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno - MAMAOT - (Reg. DL 289/2011) - N.º 182/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2012 – janeiro – 02

Comissão: Economia;

Assunto: Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, e estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO₂) - MEE - (Reg. DL 284/2011) - N.º 183/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2012 – janeiro – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 16;

Assunto: Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, e aprova a lei-quadro das fundações - PCM - (Reg. DL 222/2011) - N.º 184/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2012 – janeiro – 05

Comissão: Política Geral;

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 16.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores – N.º 38/2011](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2011 – dezembro – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 25;

Assunto: [Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário - N.º 39/2011](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2011 – dezembro – 21

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 27;

Assunto: [Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário nos Açores – N.º 40/2011](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2011 – dezembro – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – janeiro – 30.

5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Revê o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis PROENERGIA – N.º 1/2012](#)

Autor: PS

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 06

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – fevereiro – 13;

Assunto: [Empréstimo de Manuais Escolares – N.º 2/2012](#)

Autor: CDS/PP

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 23

Comissão: Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

6 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda que seja assegurado o funcionamento regular e de acessibilidade funcional das ligações à Internet no Grupo Ocidental – N.º 1/2012](#)

Autor: PPM

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 09

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012 – fevereiro – 13;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o destino das verbas resultantes da aplicação das reduções remuneratórias e suspensão de subsídios previstos no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012 – N.º 2/2012](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Declaração de urgência e dispensa de exame em comissão.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Pensões de invalidez e complementos de pensão emperrados na Segurança Social](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.12.19

Referência: 54.03.00 – N.º 567/IX;

Assunto: [Habitação em risco de derrocada no leito da ribeira da Agualva](#)

Autores: Zuraida Soares e Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2011.12.19

Referência: 54.06.07 – N.º 568/IX;

Assunto: [Distribuição de sinal TDT](#)

Autores: Paulo Ribeiro, Clélio Meneses, António Ventura, Luís Garcia, Jorge Costa Pereira, Cláudio Lopes e Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2012.01.03

Referência: 54.03.00 – N.º 569/IX;

Assunto: [Onde para a segurança no aeródromo do Corvo?](#)

Autores: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2012.01.04

Referência: 54.01.09 – N.º 570/IX;

Assunto: [Concurso público para instalação de Centros de Inspeção Técnica de Veículos Automóveis e Reboques](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia, Cláudio Lopes, Aida Santos, Mark Marques, João Bruto da Costa e Pedro Gomes (PSD)

Data de Entrada: 2012.01.04

Referência: 54.03.00 – N.º 571/IX;

Assunto: [Construção da Casa do Povo do Topo - Afinal em que ficamos?](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2012.01.05

Referência: 54.03.05 – N.º 572/IX;

Assunto: [Ação - Promoção de hábitos de vida saudáveis](#)

Autores: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2012.01.05

Referência: 54.06.00 – N.º 573/IX;

Assunto: [Dívidas do Serviço Regional de Saúde põem em causa salários](#)

Autores: Clélio Meneses, António Ventura e Paulo Ribeiro (PSD)

Data de Entrada: 2012.01.06

Referência: 54.03.00 – N.º 574/IX;

Assunto: [Regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo](#)

Autores: António Marinho e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2012.01.11

Referência: 54.03.00 – N.º 575/IX;

Assunto: [Bolsa Regional aos estudantes do ensino superior.](#)

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2012.01.16

Referência: 54.06.00 – N.º 576/IX;

Assunto: [Programas de aquisição e empréstimo de recursos pedagógicos](#)

Autores: Zuraída Soares e Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2012.01.16

Referência: 54.06.00 – N.º 577/IX;

Assunto: [Fundo-Pesca](#)

Autora: Zuraída Soares (BE)

Data de Entrada: 2012.01.20

Referência: 54.06.00 – N.º 578/IX;

Assunto: [Problemas com a implementação do IS-ARD \(Sistema de Informatização da Saúde-Açores Região Digital\)](#)

Autores: Clélio Meneses, António Ventura e Paulo Ribeiro (PSD)

Data de Entrada: 2012.01.20

Referência: 54.03.00 – N.º 579/IX.

9 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Receitas e despesas da SAUDAÇOR, SA.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.26

Referência: 54.01.00 – N.º 532/IX;

Assunto: [Os Trabalhadores das Casas do Povo não podem ser as Vítimas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.26

Referência: 54.03.00 – N.º 555/IX;

Assunto: [Bolsas Universitárias](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.01.23

Referência: 54.03.00 – N.º 396/IX.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Interpelação ao Governo Regional a respeito das políticas de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à pobreza

Proveniência: O Representante do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2011.12.16;

Assunto: Ofício a remeter a resposta à pergunta efetuada ao Sr. Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre "Restrição da emissão Própria da RTP/Açores"

Proveniência: Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes"

Data de Entrada: 2011.12.20;

Assunto: Ofício a solicitar que anule a Petição sobre a Segurança aos Transportes Escolares dos Alunos da EB/S do Nordeste, dado que o assunto já sofreu melhoria substancial

Proveniência: A Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária do Nordeste, Edna Maria Moniz

Data de Entrada: 2011.12.21;

Assunto: Ofício a dar conhecimento das verificações internas de contas de gerência aprovadas e a seguir indicadas:

- VIC. n.º 13/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.28) – "FUNDOPESCA";

- VIC. n.º 14/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.29) – "Proconvergência".

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.11.21

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a dar conhecimento dos relatórios de auditorias internas de contas de Gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 16/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/114.02) – "Auditoria à Cabimentação Orçamental e Acatamento de Recomendações no Centro de Saúde da Ribeira Grande";
- Audit. n.º 17/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/116.03) – "Auditoria ao Município de Vila Franca do Campo – acompanhamento do pleno de saneamento financeiro";
- Audit. n.º 25/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.02) – "Freguesias do Concelho de Nordeste";
- Audit. n.º 26/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.03) – "Freguesias do Concelho de Povoação";
- Audit. n.º 27/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.04) – "Freguesias do Concelho de Santa Cruz da Graciosa";
- Audit. n.º 28/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.06) – "Tesouraria de Ponta Delgada";
- Audit. n.º 29/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.07) – "Tesouraria de Angra do Heroísmo";
- Audit. n.º 30/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.08) – "Tesouraria da Horta";
- Audit. n.º 31/2011-FS/VIC/SRATC (Proc.º n.º 11/109.20) – "Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico".

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.12.22

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a solicitar a substituição temporária por motivo relevante, com efeitos a 24 de dezembro, por um período de 10 dias, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro

Proveniência: Alzira Maria Serpa Silva

Data entrada: 2011– dezembro – 23;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da suspensão do mandato da Deputada Alzira Maria Serpa Silva, por um período de 10 dias, e da indisponibilidade, por incompatibilidade prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, dos candidatos Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa e Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores, essa vaga será preenchida pela Sra. Deputada Ana Paula Garcia de Lemos, com efeitos a 24 de dezembro

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data entrada: 2011– dezembro – 23;

Assunto: Ofício a comunicar que não está disponível para assumir o mandato de Deputada Regional, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA e na alínea j) do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Sandra Isabel Goulart Pereira da Costa

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 23;

Assunto: Ofício a comunicar que não está disponível para assumir o mandato de Deputado Regional, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA e na alínea j) do artigo 22.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Victor Rui Ramalho Bettencourt Dores

Data entrada: 2011– DEZEMBRO – 23;

Assunto: Ofício a enviar voto de Protesto – Cancelamento da obra de ampliação da pista do aeroporto da Horta

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data entrada: 2011– dezembro – 30;

Assunto: Ofício a enviar documento Verde da Reforma da Administração Local - Rejeição dos Órgãos Autárquicos da Freguesia de Livramento

Proveniência: O Presidente da Junta de Freguesia de Livramento, Manuel António Botelho Soares

Data entrada: 2011– dezembro – 30;

Assunto: Explanação

Proveniência: Bernardete Lurdes Rosa Silva Madruga

Data entrada: 2011– dezembro – 30;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Pesar - Dr. Luís Carlos Decq Mota

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, João Fernando Castro

Data entrada: 2011– dezembro – 30;

Assunto: Envio de artigo publicado em revista da especialidade “Caça e Cães de Caça”

Proveniência: O Pedro Miguel da Silveira

Data entrada: 2012– janeiro – 02;

Assunto: Recomposição do Conselho Económico e Social - Representantes da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Conselho Económico e Social

Data de entrada: 2012 – janeiro – 03;

Assunto: Composição do Grupo de Trabalho de Estudo do Conceito de Serviço Público de Audiovisual na RAA

Proveniência: Subcomissão de Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal, SA - RTP

Data de entrada: 2012 – janeiro – 04;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Protesto, referente ao cancelamento do aumento da pista do Aeroporto da Horta

Proveniência: O Presidente do Conselho de Ilha do Faial, Guilherme Pinto de Sousa

Data de entrada: 2012 – janeiro – 04;

Assunto: Ofício a enviar parecer – “Documento Verde da Reforma da Administração Local”

Proveniência: Presidente em Exercício da Junta de Freguesia de Ribeira Grande, Mário José Coelho Furtado

Data de entrada: 2012 – janeiro – 04;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2011 – “Plano Anual Regional para 2012”

Proveniência: Gabinete do Senhor Representante da República para a RAA

Data de entrada: 2012 – janeiro – 05;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2011 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012”

Proveniência: Gabinete do Senhor Representante da República para a RAA

Data de entrada: 2012 – janeiro – 05;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 36/2011 – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”

Proveniência: Gabinete do Senhor Representante da República para a RAA

Data de entrada: 2012 – janeiro – 05;

Assunto: Ofício a enviar para Publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2011 – “Regime Jurídico de Licenciamento, Instalação e Operação de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas, Tapetes e Equipamentos Similares”

Proveniência: Gabinete do Senhor Representante da República para a RAA

Data de entrada: 2012 – janeiro – 05;

Assunto: Ofício a enviar para Publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2011 – “Exercício industrial na Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Gabinete do Senhor Representante da República para a RAA

Data de entrada: 2012 – janeiro – 05;

Assunto: Ofício a enviar para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 39/2011 – “Define condições excecionais para o transporte particular de trabalhadores em veículos de mercadorias de caixa aberta na RAA”

Proveniência: Gabinete do Senhor Representante da República para a RAA

Data de entrada: 2012 – janeiro – 05;

Assunto: Documento Verde da Reforma da Administração Local - Moção de Rejeição aprovada pela Assembleia de Freguesia de Água Retorta.

Proveniência: Presidente da Junta de Freguesia de Água Retorta, Marisa Medeiros Dias

Data de entrada: 2012 – janeiro – 09;

Assunto: Moção de Rejeição ao “Documento Verde”

Proveniência: Presidente da Assembleia de Freguesia da Assembleia de Freguesia de Faial da Terra, Cecilia Medeiros

Data de entrada: 2012 – janeiro – 09;

Assunto: Ofício a para audição do Senhor deputado Rogério Paulo Lopes Soares Veiros, na qualidade de testemunha

Proveniência: Tribunal Judicial de Velas

Data de entrada: 2012 – janeiro – 13;

Assunto: Ofício a enviar Moção de Rejeição Reforma da Administração Local “Documento Verde”

Proveniência: O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Francisco José Guedes

Data de entrada: 2012 – janeiro – 13;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Protesto, apresentado pelo Partido Socialista

Proveniência: O Presidente da Assembleia de Freguesia de Castelo Branco, Amândio de Almeida Teixeira

Data de entrada: 2012 – janeiro – 18;

Assunto: Solicitação de Debate de Urgência sobre a assinatura do Acordo tripartido “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego”

Proveniência: A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores, Zuraida Soares

Data de Entrada: 2012.01.18;

Assunto: Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2/2012 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o destino das verbas resultantes da aplicação das reduções remuneratórias e suspensão de subsídios

previstos no artigo 21.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2012.01.19;

Assunto: Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional - Empréstimo de Manuais Escolares – N.º 2/2012

Proveniência: CDS/PP

Data de Entrada: 2012.01.23;

Assunto: Envio de um extrato da Ata Sobre Documento Verde da Reforma Administrativa

Proveniência: O Presidente da Assembleia de Freguesia da Ribeira Seca, Arsénio Chaves Puim

Data de Entrada: 2012.01.23;

Assunto: Ofício a enviar a Reflexão do CNADS sobre Resíduos Urbanos e Industrias

Proveniência: O Presidente da CNADS, Mário Ruivo

Data de Entrada: 2012.01.23;

Assunto: Pedido de Cancelamento de Projeto de Decreto Legislativo Regional – Isenção de Preenchimento e Registo Eletrónico do Diário das Pescas n.º 15/2011

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2012.01.23.

11 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2012 – janeiro – 24

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei n.º 284/2011 – “Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, e estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO₂)”.

Data de entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei n.º 287/2011 – “Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria”

Data de entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Proposta de Resolução – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2010”

Data de entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Pedido de autorização para o Deputado Artur Manuel Leal de Lima prestar depoimento, na qualidade de arguido, no Processo de Inquérito n.º 3796/11.0TDLSB, que corre termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo

Data de entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Pedido de autorização para o Deputado Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de Processo Comum \(Tribunal Singular\) n.º 47/09.1TAPVC, que correm termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Povoação](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Pedido de autorização para a Deputada Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de Processo Comum \(Tribunal Singular\) n.º 47/09.1TAPVC, que correm termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Povoação](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Pedido de autorização para o Deputado Carlos Alberto Medeiros Mendonça prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no Processo de Inquérito N.º NUIPC 56/11.0PFPDL, que corre junto da Esquadra do Nordeste das Brigadas de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 – “Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Protecção da Biodiversidade”](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 19

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/2011 – “Regime jurídico do acesso e utilização de recursos naturais da Região Autónoma dos Açores para fins científicos”](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 20

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Petição n.º 20/2011 – “A favor da avifauna açoriana e contra a sua inclusão na lista de espécies de carácter cinegético”](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 24

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: [Proposta de Lei - “Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008”](#).

Data de entrada: 2012 – janeiro – 02

Comissão: Subcomissão de Política Geral;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 33/XII – “Institui o sistema de informação dos certificados de óbito \(SICO\) com vista a permitir a desmaterialização dos certificados médicos de óbito e a sua emissão em suporte eletrónico”](#).

Data de entrada: 2012 – janeiro – 04

Comissão: Subcomissão de Política Geral;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, e aprova a Lei-Quadro das fundações - PCM - \(Reg. PL 222/2011\)](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 16

Comissão: Subcomissão de Política Geral;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 38/XII – Proceda à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código do Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 16

Comissão: Subcomissão de Política Geral;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Procede à extinção das caixas de previdência social - MSSS”.](#)

Data de entrada: 2011 – dezembro – 22

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Anteprojeto de Decreto-Lei que “estabelece, no âmbito do sistema previdencial, o quadro legal da reparação da eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes e que prestam serviços majoritariamente a uma entidade contratante”.](#) [Anteprojeto de Decreto-Lei que “estabelece, no âmbito do sistema previdencial, o quadro legal da reparação da eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes e que prestam serviços majoritariamente a uma entidade contratante”.](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 06

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Anteprojeto de Decreto-Lei que “estabelece um regime transitório e excepcional de apoio aos desempregados com filhos a cargo e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro”.](#)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 06

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei – “Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso – PCM \(MF\) – \(Reg. PL 254/2011\).”](#)

Data de entrada: 2011 – dezembro – 22

Comissão: Economia;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que Estabelece as normas de Execução do](#)

Orçamento do Estado para 2012 – MFAP – (Reg. DL 255/2011)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 09

Comissão: Economia;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime de derrogações aplicáveis à comercialização de misturas de preservação dos recursos genéticos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2010/60/EU, da Comissão, de 30 de agosto, que prevê determinadas derrogações à comercialização de misturas de sementes de plantas forrageiras destinadas a serem utilizadas na preservação do meio natural – MAMAOT – (Reg. DL 264/2011)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 12

Comissão: Economia;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas – MAMAOT – (Reg. DL 266/2011)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 12

Comissão: Economia;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 256/2009, de 24 de setembro, que estabelece os princípios e orientações para a prática da proteção integrada, bem como o regime das normas técnicas aplicáveis à proteção integrada, produção integrada e de modo de produção biológico, no âmbito da produção agrícola primária, conformando-o aos princípios e objetivos preconizados no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços realizadas no território nacional, e

que igualmente transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno – MAMAOT – (Reg. DL 289/2011)

Data de entrada: 2012 – janeiro – 12

Comissão: Economia;

Assunto: Proposta de Lei 40/XII – Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso

Data de entrada: 2012 – janeiro – 12

Comissão: Economia.

12 – Diários:

Consideram-se aprovados na presente Sessão Plenária os Diários n.ºs 110 e 111 da ALRAA.

Estão presentes os Diários n.ºs 112 e 113 114, 115 e 116, bem como as Separatas n.ºs 1 e 2.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco